



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA - CCEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

**AVALIAÇÃO DAS MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DA ATIVIDADE
TURÍSTICA EM SERRA NEGRA – BEZERROS/PE – PELO MÉTODO GTP**

JEFERSON EMANUEL DE LEMOS

JOÃO PESSOA

2020

JEFERSON EMANUEL DE LEMOS

**AVALIAÇÃO DAS MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DA ATIVIDADE
TURÍSTICA EM SERRA NEGRA – BEZERROS/PE – PELO MÉTODO GTP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) – da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Eduardo Rodrigues Viana de Lima

JOÃO PESSOA

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L557a Lemos, Jeferson Emanuel de.

Avaliação das mudanças socioambientais decorrentes da atividade turística em Serra Negra - Bezerros/PE - pelo método GTP / Jeferson Emanuel de Lemos. - João Pessoa, 2020.

128 f. : il.

Orientação: Eduardo Rodrigues Viana de Lima.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Turismo. 2. Serra Negra - PE. 3. Brejo - altitude.
4. GTP - método. 5. Abordagem sistêmica. I. Lima, Eduardo Rodrigues Viana de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 338.484(043)

JEFERSON EMANUEL DE LEMOS

**AVALIAÇÃO DAS MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DA ATIVIDADE
TURÍSTICA EM SERRA NEGRA – BEZERROS/PE – PELO MÉTODO GTP**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

João Pessoa, 30 de novembro de 2020.

Aprovada por:

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Viana de Lima (UFPB)

Avaliador interno: Prof. Dr. Bartolomeu Israel de Souza (UFPB)

Avaliador externo: Profa. Dra. Joelma Abrantes Guedes Temoteo (UFPB)

Avaliador externo: Prof. Dr. Nilson Cortez Crocia de Barros (UFPE)

DEDICATÓRIA

Às minhas avós, Júlia Maria de Oliveira e Maria do Carmo de Lima, que se foram no início desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por tudo o que me ofereceu durante este período, através também da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), com a concessão de bolsa emergencial para manutenção acadêmica em um momento crucial desta jornada. Esta bolsa foi decisiva para possibilitar a continuação do meu percurso na pós-graduação. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por dar continuidade a esta bolsa posteriormente.

Muito obrigado ao orientador e amigo Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Viana de Lima pelo apoio, pelas orientações e participações precisas nas minhas reflexões e na construção deste trabalho. Sua confiança, liberdade e oportunidade ofertadas foram fundamentais.

Obrigado às secretárias, Dona Sônia e Rejane pelas ajudas e atenção ofertadas sempre e, a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, os quais sempre se mostraram disponíveis para quaisquer questionamentos, com destaque para o Prof. Dr. Bartolomeu Israel de Souza.

Muito obrigado a todos os amigos e companheiros de mestrado, sobretudo ao caro Suliman Sady de Souza, que ofereceu abrigo e me recebeu com toda a generosidade em sua residência sempre que necessário. Aos demais amigos de turma agradeço imensamente pelas conversas, pelas discussões, geográficas ou não, pelos momentos de descontração, sempre necessários, haja vista as batalhas enfrentadas para seguir o percurso acadêmico.

Agradeço aos moradores de Serra Negra pelo acolhimento, pelas conversas e esclarecimentos, sem os quais esta pesquisa, com certeza, não seria a mesma.

Fora do âmbito profissional/acadêmico, agradeço aos amigos e familiares por todo o apoio oferecido durante esta jornada, com especial carinho e reconhecimento aos meus pais, senhor e senhora Jorge e Sandra Lemos, os quais sempre me amaram e acolheram. Agradeço, também, ao meu querido irmão, Jorge Júnior, por todo o amor e carinho. Agradeço imensamente à minha esposa, Gislayne Rodrigues, por estar comigo em todos os momentos de adversidade e por me dar, durante esta trajetória acadêmica, o maior presente que eu poderia ganhar, o nosso querido e amado filho, Pedro Lemos.

Por fim, agradeço à vida pelos caminhos tortuosos e espinhosos que toma em algumas curvas, mas que no final nos mostra que tudo o que aconteceu foi necessário para nos fortalecer e ajudar a construir o que somos e o futuro que queremos.

“O homem fez um motor
um rádio e televisão
fabricou um avião
obra de tanto valor
o homem fez um motor
prá correr nas profundezas
fez uma cama e um mesa
um revólver e um faca
morre e não faz uma jaca
que é fruto da natureza”.

Beija-flor (embolador paraibano)

RESUMO

As atividades humanas têm impactado de maneira cada vez maior o funcionamento do sistema Terra-mundo, e é fundamental que se analise com atenção as alterações de uso da terra e das mudanças nas paisagens. O turismo faz parte dessas ações que têm interferido no equilíbrio ambiental, e também social. Com base nesses princípios, o intuito deste trabalho foi realizar uma avaliação das mudanças socioambientais ocorridas nas últimas décadas, decorrentes da atividade turística em Serra Negra, brejo de altitude localizado na área rural do município de Bezerros, Pernambuco, através de procedimentos baseados no método GTP (Geossistema-Território-Paisagem). Para tanto, neste estudo, foram adotados alguns passos, os quais ajudaram a alcançar os objetivos almejados. Para os estudos relacionados à dinâmica ambiental, optou-se por avaliar um elemento que compõe o geossistema, a vegetação. Dessa maneira, foram analisadas imagens de satélite, o que possibilitou o monitoramento do desmatamento, da exposição e erosão dos solos, com o uso de dados do sensor TM dos satélites *Landsat 5* e *Landsat 8*. O levantamento multitemporal da cobertura vegetal da Serra Negra foi feito a partir das imagens do sistema supracitado, relativas aos anos de 1992, 2007 e 2018. Para a dinâmica territorial, além de pesquisa bibliográfica a respeito das políticas públicas que incentivaram a prática do turismo na região, foram aplicados questionários com os moradores. Para a dinâmica relacionada à paisagem, foram aplicados, também, questionários, bem como foram feitas entrevistas abertas, junto aos moradores mais antigos com o intuito de, através da relação de suas representações com os fatos históricos ocorridos ao longo dos anos, entender e melhor explicitar se as mudanças ocorridas na paisagem/lugar foram significativas. As entrevistas foram realizadas com cerca de 10% da população tradicional do povoado. Em relação ao quadro ambiental, pôde-se comprovar que houve aumento significativo das áreas degradadas em todo o perímetro analisado ao longo do período, que compreende, mais ou menos, as duas últimas décadas. Nas questões territoriais, políticas, econômicas, foi confirmado que houve melhoria na renda e na geração de emprego para a população tradicional, contudo, houve êxodo dos antigos moradores devido ao desconhecimento dos planos de implementação do turismo na região e por falta de esclarecimento/apoio do poder público, que contribuíram para que as propriedades, no início, fossem vendidas a baixo custo. No tocante à paisagem, houve sentimentos e percepções divergentes do lugar, ou seja, ao mesmo tempo que os sujeitos se sentem bem em Serra Negra pelas suas características naturais e sociais, como o clima ameno e a tranquilidade do lugar, descrevem, com certo desânimo, que a vila fica “deserta” durante os dias úteis da semana, devido a venda da maioria das casas para propriedades de segunda residência, que só visitam a localidade nos fins de semana, feriados ou períodos festivos. Dessa forma, é importante que os impactos negativos, ambientais ou sociais, sejam amenizados, com as devidas precauções dos órgãos envolvidos, contando com a participação da população no processo de decisão.

Palavras-chave: Turismo. GTP. Serra Negra. Brejo de Altitude. Abordagem Sistêmica.

ABSTRACT

Human activities have increasingly impacted the functioning of the Earth-world system, and it's fundamental to carefully analyze the alterations in land use and changes in landscapes. Tourism is part of these actions that have influenced in the environmental, but also social balance. Based on these principles, the aim of this work was to carry out an evaluation of the socioenvironmental changes occurred in the last decades, resulting from the tourist activity in Serra Negra, an altitude swamp located in the rural area of the municipality of Bezerros, Pernambuco, through procedures based on the GTP method (Geosystem-Territory-Landscape). For this purpose, in this study, some steps were adopted, which helped to achieve the desired aims. For studies related to environmental dynamics, we have opted to evaluate an element that composes the geosystem, vegetation. In this way, satellite images were analyzed, which made it possible monitoring deforestation, exposure and soils erosion, using data from the TM sensor of the *Landsat 5* and *Landsat 8* satellites. The multitemporal survey of the Serra Negra vegetation cover was made from the images of the above system, referring to the years 1992, 2007 and 2018. For the territorial dynamics, in addition to bibliographic research about public policies that encouraged the practice of tourism in the region, questionnaires were applied with residents. For the dynamics related to the landscape, questionnaires were also applied, as well as open interviews were conducted with the oldest residents in order to, through the relationship of their representations with the historical facts occurred over the years, understand and better explain whether the changes occurred in the landscape/place were significant. The interviews were carried out with about 10% of the traditional populations of the village. In relation to the environmental framework, it can be verified that there was a significant increase of the degraded areas on the whole analyzed perimeter over the period, which comprises, more or less, the last two decades. In territorial, political, economic issues, it was confirmed that there was an improvement in income and in the creation of jobs for the traditional population, however, there was an exodus of ancient residents due to the lack of knowledge of the implementation plans to tourism in the region and due to lack of clarification/support of the public power, which contributed to the properties, at the beginning, were sold at low cost. Regarding the landscape, there were divergent feelings and perceptions of the place, in other words, at the same time that the subjects feel good in Serra Negra for its natural and social characteristics, such as the pleasant climate and the tranquility of the place, describe, with a certain discouragement, that the village gets "deserted" during weekdays, due to the sale of most houses to second home properties, that only visit the place on weekends, holidays or festive periods. This way, it's important that negative impacts, environmental or social, are alleviated, with the appropriate precautions by the involved bodies, counting on the participation of the population in the decision making process.

Keywords: Tourism. GTP. Serra Negra. Altitude swamp. Systemic Approach.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização da área de estudo.....	17
Figura 2. Massas de ar atuantes no Nordeste (Sistemas de circulação atmosférica perturbada na região Nordeste.....	26
Figura 3. Esquema do Sistema GTP.....	54
Figuras 4a a 4m. Atrativos e equipamentos turísticos de Serra Negra.....	87
Figura 5. Tabela com os polos e/ou destinos enquadrados em cada nível de desenvolvimento do Plano.....	87
Figura 6. Rota do Cicloturismo do Agreste.....	89
Figura 7. Mapa dos tipos de vegetação/geossistema de Serra Negra.....	90
Figura 8. Mapa da Cobertura Vegetal de Serra Negra no ano de 1992.....	91
Figura 9. Mapa da Cobertura Vegetal de Serra Negra no ano de 2007.....	93
Figura 10. Mapa da Cobertura Vegetal de Serra Negra no ano de 2018.....	94
Figura 11. Desmatamento em Serra Negra.....	95
Figura 12. Gráfico da evolução areal da cobertura vegetal de Serra Negra entre os anos de 1992, 2007 e 2018.....	96
Figura 13. Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta “Houve a saída de moradores da comunidade devido à venda de casas e terrenos/sítios?”.....	98
Figura 14. Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta "Os preços dos imóveis e terrenos/sítios na comunidade aumentaram com a “fama” turística de Serra Negra?".....	99
Figura 15. Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta "Você e/ou outros conseguiram melhorar a renda através da atividade turística?".....	100
Figura 16. Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta "Os hotéis/pousadas trouxeram oportunidade de emprego aos moradores de Serra Negra?".	101

Figura 17. Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta "Houve desmatamento com a venda dos terrenos/sítios para os turistas?".	102
Figura 18. Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta "A prefeitura, o governo do estado e/ou o governo federal ofereceram cursos profissionalizantes aos moradores?".	103
Figura 19. Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta "A prefeitura, o governo do estado e/ou o governo federal ofereceram benefícios aos moradores da comunidade depois que houve o aumento do turismo em Serra Negra?".	104
Figura 20. Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta "Antes da implementação das políticas públicas em benefício do turismo nos anos 1990, a prefeitura, o governo do estado e/ou o governo federal consultaram os moradores para saber se eles queriam ou não que Serra Negra se transformasse em um polo turístico?".	105
Figura 21. Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta "Com a venda das casas do vilarejo pelos antigos moradores e a compra pelos mais novos, que só usam estas casas como segunda residência nos fins de semana, feriados, e períodos de festas juninas ou férias escolares, a comunidade ficou “deserta” durante a semana?”.	106
Figura 22. Modelo/proposta de roteiro metodológico para análise sistêmica de áreas rurais sob influência turística.....	114

SUMÁRIO

1ª PARTE	14
1. Introdução.....	15
1.1 Justificativa.....	18
1.2 Objetivos.....	18
2. Serra Negra e os Brejos de Altitude do Nordeste.....	19
2.1 A preocupação com a degradação das áreas de brejo.....	28
2.2 Plano de Recuperação ambiental das áreas de brejo e o turismo: o caso do Vale do Ipojuca	29
3. A Geografia e o Turismo	32
3.1 A evolução do Turismo	34
3.2 Turismo e consumo: turistas e sociedade atual	39
3.3 Espaço e turismo.....	42
4. O Pensamento e a Abordagem Sistêmica	46
4.1 A Evolução da Noção de Sistemas	46
4.2 Os Sistemas e a Geografia	48
4.3 O Método/Modelo GTP (Geossistema – Território – Paisagem) e sua contribuição neste trabalho.....	51
4.3.1 O Geossistema	54
4.3.2 O Território.....	57
4.3.3 A Paisagem.....	60
5. Procedimentos metodológicos.....	66
2ª PARTE	72
6. As políticas públicas do turismo em Serra Negra a partir do final dos anos 1990 e suas imbricações.....	73

6.1 As ações governamentais no turismo brasileiro	73
6.2 O PNMT e outros programas turísticos em Bezerros e em Serra Negra.....	78
6.3 O Geossistema e o quadro ambiental	90
6.4 O Território e as relações de poder.....	97
6.5 A Paisagem e as interpretações espaciais	108
7. Modelo de análise sistêmica de áreas rurais sob influência turística	113
3ª PARTE	116
8. Considerações finais	117
9. Referências bibliográficas	119
10. Apêndices	129

1ª PARTE

A preocupação com os impactos ambientais é tarefa inerente à atividade do geógrafo, com toda a sua potencialidade aplicativa, mas para a sua execução há necessidade de se obter conhecimento adequado dos processos, do funcionamento e equilíbrio do geossistema, dos limites dos fenômenos e da interação com as atividades humanas.

Antonio Christofolletti

1. INTRODUÇÃO

A comunidade científica ao redor do mundo concorda, quase que unanimemente, que as ações sociais têm sido prejudiciais e impactam demasiadamente o meio ambiente. É consenso também que esses impactos ultrapassam as fronteiras nacionais, transformando-se em um problema global, de todos.

O Conselho Internacional das Associações Científicas (ICSU), por exemplo, lançou em 1986 o Programa Internacional de Estudos da Geosfera e da Biosfera, e após anos de pesquisas e discussões chegaram à conclusão que a interferência provocada pelas atividades humanas no sistema Terra-mundo está se tornando cada vez maior, e é fundamental darmos atenção às alterações de uso da terra e às mudanças nas paisagens (MESSERLI, 1997).

O turismo, enquanto atividade econômica, participa, em parte, dessas ações sociais que têm interferido no equilíbrio ambiental. Isso porque essa atividade é vista hoje como uma das que mais cresce no mundo, e que provoca transformações espaciais.

O que chama mais a atenção por parte dos pesquisadores é o grande impacto exercido por essa atividade e pelos seus usuários, os turistas, nas áreas nas quais se instalam, seja impactos positivos, como a geração de emprego para a população local, melhoria da renda, do comércio, dos serviços, infraestrutura, saneamento, transporte, saúde etc.; sejam negativos, como o aumento do preço da terra e saída de boa parte da população tradicional, aumento do preço dos serviços essenciais como alimentação, impactos ambientais, etc.

Para tanto, a presente pesquisa torna-se relevante, visto que engloba preocupações sociais e ambientais, mesmo que o recorte espacial seja reduzido, como será descrito a seguir.

O intuito deste trabalho é realizar uma avaliação das mudanças decorrentes da atividade turística em Serra Negra – Bezerros/PE – com o uso do método GTP (Geossistema-Território-Paisagem). Ou seja, tentar analisar e demonstrar, de uma maneira sistêmica/holística, como essa relação ocorre, ou ocorreu, no processo de produção do espaço turístico dessa localidade e quais as suas consequências para esse sistema territorial, tanto na esfera ambiental quanto social, além de debater quais os

principais agentes produtores do espaço e quais as ferramentas e/ou meios que esses utilizam.

Como será visto mais detalhadamente nos capítulos a seguir, a Serra Negra é um brejo de altitude, que se diferencia climaticamente do seu entorno devido, sobretudo, ao relevo, e que, por esse e outros motivos, torna-se uma área de grande relevância para a conservação ambiental, especialmente numa região semiárida, como é a maior parte do Nordeste brasileiro.

Essa localidade já era alvo das ações dos agricultores com cultivos como o café, banana, cana-de-açúcar entre outros, mas a principal hipótese do trabalho é que as alterações mais significativas e que atingiram todo o conjunto desse sistema territorial (seja no âmbito social quanto no ambiental) iniciaram-se a partir do final da segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, em consequência das atividades turísticas planejadas pelo Estado brasileiro.

No entanto, há uma carência de estudos integrados sobre a Serra Negra, e que enfoquem a maior parte dos sistemas aí presentes (ambiental, social e cultural). Assim, este trabalho buscará analisar essa área de forma integrada, utilizando-se do arcabouço da corrente sistêmica e, mais especificamente, da metodologia proposta por Bertrand e Bertrand (2009) denominada Sistema GTP (Geossistema, Território e Paisagem).

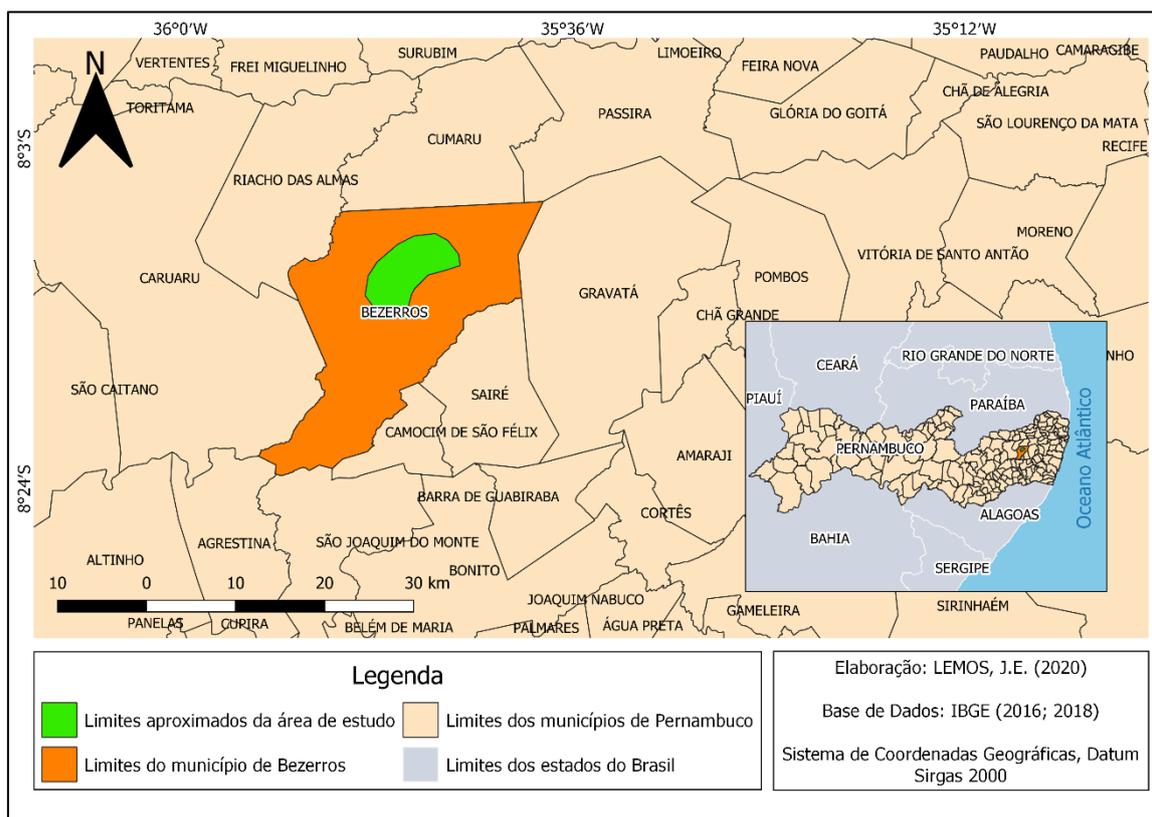
Nessa perspectiva, o Geossistema possibilita a análise do ambiente natural antropizado, o Território representa o viés socioeconômico e a Paisagem o olhar sociocultural de determinado recorte espacial.

Um dos propósitos deste estudo integrado é o de promover reflexões sobre a complexidade da questão ambiental e sociocultural nessa e em outras regiões, que abrange a exploração/utilização do meio natural (Geossistema) motivada por questões de ordem socioeconômica (Território) e cultural (Paisagem).

Sendo assim, uma das questões principais que aqui se coloca é a de saber como a noção ou paradigma sistêmico aliado ao corpo teórico-metodológico geográfico – tendo como foco os conceitos e categorias elencados (geossistema, território e paisagem) – podem ajudar na leitura da evolução dos processos e das transformações no espaço de Serra Negra, proporcionadas pelos agentes produtores do turismo.

Fundamentado em autores que vêm se debruçando sobre os temas discutidos, tentar-se-á elucidar esses questionamentos ao longo do texto, expondo argumentos de como esses processos ocorreram desde meados da década de 1990 até os dias atuais.

FIGURA 1



Localização da área de estudo. Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Para tanto, dividiu-se o trabalho em partes:

- a primeira é composta pela parte introdutória, referencial teórico e pelos procedimentos metodológicos;
- a segunda pelos resultados e discussões;
- e a terceira pelos elementos conclusivos do trabalho.

Esse movimento foi realizado pois acredita-se que, para a devida compreensão dos processos que se sucedem nos sistemas territoriais atingidos pela atividade turística (bem como em tantos outros), o geógrafo que deseja pesquisá-lo deve conhecer bem, tanto o sistema em análise, quanto a noção que sustenta o modo de estudá-lo.

1.1 JUSTIFICATIVA

Diante de tudo o que foi exposto acima, faz-se necessário entender como o turismo rearranja os territórios nos quais tem se instalado, seja relacionado às áreas naturais ou às dinâmicas sociais.

Isso se torna ainda mais evidente em um país como o Brasil, onde espaços, sobretudo naturais, vêm se transformando em atrações ou produtos turísticos a serem consumidos, na maioria das vezes sem uma avaliação prévia e/ou contínua dos seus efeitos.

Além disso, os estudos de cunho sistêmico aplicados à análise do turismo na geografia são bastante raros/incomuns, o que torna a pesquisa ainda mais relevante por analisar conjuntamente uma série de fatores que atuam em relação de interdependência e de interrelação na produção do espaço.

Um dos principais propósitos, para tanto, é deixar claro que o turismo é uma atividade eminentemente sistêmica que organiza e reorganiza, arranja e rearranja áreas de acordo com os seus objetivos e necessidades de instalação, funcionamento, crescimento, desenvolvimento etc., e provoca, com isso, mudanças nas localidades onde se estabelece.

1.2 OBJETIVOS

Dessa maneira, e para que fique mais claro, os objetivos desta pesquisa são:

- **Geral:** Realizar uma avaliação das mudanças provocadas pelo turismo em Serra Negra através do método GTP, entre os anos de 1995 e 2019;
- **Específicos:** 1) Examinar as mudanças ocorridas nos aspectos ambientais/geossistêmicos.; 2) Analisar como a dinâmica territorial foi impactada ao longo desse período.; 3) Investigar como a população local (tradicional) tem reagido às dinâmicas que alteram as características culturais/paisagísticas.; 4) Elaborar uma proposta de roteiro metodológico para auxiliar estudos em áreas que passem por dinâmicas semelhantes.

2. SERRA NEGRA E OS BREJOS DE ALTITUDE DO NORDESTE

A região Nordeste do Brasil possui, devido a um quadro ambiental bastante rico e diversificado de formações naturais, variadas paisagens, as quais apresentam (diferentemente da imagem estereotipada e veiculada comumente pelos meios de comunicação nas suas mais variadas formas) formações vegetais bem desenvolvidas, assemelhando-se, inclusive, ao de áreas amazônicas e de cerrados e cerradões, muitas das vezes até mais volumosas e robustas que as do Brasil Central, não lhe sendo incomum a forma florestal (LIMA, 1986).

Os brejos de altitude, como sempre foram e são comumente chamados, dessa região (Nordeste do Brasil) caracterizam-se por serem áreas de exceção em relação ao seu entorno (ANDRADE; LINS, 1961; 1966; 1986; ANDRADE; LINS, 1964; LINS, 1989; LIMA, 1986; SILVA, 1986a; 1986b; VASCONCELOS-SOBRINHO, 1986; MELLO-NETO; COUTINHO, 1986), ou seja, são encraves, maiormente de Mata Atlântica, mas que também recebem influência da biota amazônica, os quais formam pequenas extensões de terra com umidade superior, temperaturas menos elevadas e vegetação mais abundante se comparadas as demais.

Essas “porções” de terras úmidas possuem essas características devido, sobretudo, aos planaltos e chapadas, os quais possuem altitudes médias entre 500 e 1000 m, formando verdadeiras barreiras aos ventos úmidos, provocando as chuvas orográficas, condicionando os aspectos anteriormente descritos e, para tanto, uma variação climática em relação ao seu “bioma original”, que é a *caatinga*, elevando os níveis de precipitação, que giram em torno de 240 a 900 mm anuais, para cerca de 1200 mm ou mais (TABARELLI; SANTOS, 2004).

Ou seja, a existência de formas acentuadas de relevo encravadas em pleno semiárido, são expostas à massas de ar que se “chocam”, obrigando-as a se elevar, o que condiciona a condensação e, geralmente, também, à precipitação/chuva, propiciando condições adequadas para a manutenção de florestas úmidas, em geral de médio a grande porte, nos topos desses relevos salientes. Os brejos, conjuntamente com suas florestas

úmidas, destacam-se nas caatingas à sua volta, possibilitando um maior desenvolvimento de sua flora (LIMA, 1986).

Vale lembrar que o nome *brejo*, apenas, não é suficiente para identificar tais áreas, sendo necessário adjetivá-lo, tornando-se, então, *brejo de altitude*, visto que mesmo na região Nordeste o termo pronunciado de maneira isolada possui várias acepções, ou seja, uma só palavra que possui vários significados para descrever ou distinguir coisas distintas, o que muitas vezes torna importante o emprego de uma qualidade, ou seja, uma adjetivação, como dito acima.

Algumas diferenças entre os usos do termo *brejo* para se referir a variadas coisas, no Nordeste, podem ser observadas em Andrade e Lins (1961; 1986, p. 274):

Certa vulgar acepção vernácula, por exemplo, de área pantanosa ou alagadiça, ou mesmo só de um lugar baixo em cujos sedimentos a água armazenada permanece ao alcance todo o ano, ocorre na *zona da mata*, em Pernambuco, mesmo na costa úmida, portanto. E ocorre, igualmente, em pleno semi-árido northeriograndense, com os *brejos-várzeas* do Açú e do Apodi: largas várzeas dos cursos sub-terminais dos rios do mesmo nome, onde a água da inundação, absorvida pelas aluviões, jaz permanentemente à disposição dos cataventos. De sorte que, nos sertões do mesmo Estado, às manchas úmidas da encosta e do topo de pequenos maciços – e não em várzeas ou bacias de concentração de drenagem – dá-se o nome de *serras*, como é o caso da *serra do Martins*.

Ainda para esses autores, complementando a conceituação dos brejos de altitude, o termo deve ser utilizado apenas em referência a áreas úmidas isoladas do agreste e do sertão, visto que “brejos” como o de Camocim de São Félix, em Pernambuco, não deveriam receber tal denominação, por ser uma proeminência/projeção da zona da mata.

Os “verdadeiros” brejos, ao contrário, são disjunções. Essas “disjunções (os *brejos*) são consequência duma restauração longínqua dos potenciais de condensação e precipitação que, ainda na *zona da mata*, engendram a “floresta serrana”” (ANDRADE; LINS (1961; 1986).

Esses complexos de formações naturais são encontrados, em maior número, ao longo de toda a porção oriental da região Nordeste, abrangendo os estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas e com pequenas áreas de ocorrência nos estados do Ceará e do Piauí (TABARELLI; SANTOS, 2004).

Em Pernambuco, por exemplo – onde se encontra o brejo de altitude ora em análise – existem alguns brejos, como destacaram Andrade e Lins (1961; 1986, p. 273):

São os brejos de Tacaratu, de Mimoso, de Taquaritinga; o dos Cavalos, em Caruaru, e os do Cabo do Campo, do Catimbau e de São José, no município de Buíque. São os brejos da serra Negra de Bezerros; da serra do Olho d'Água do Tatu e da serra do Vento, que atendem a Belo Jardim; da serra de Jenipapo, que mantém Sanharó; da serra de Ororobá, que sustenta Pesqueira; da serra de Comunati, que mata a fome de Águas Belas; da serra da Baixa Verde, que engorda Triunfo; da serra do Arapuá, que engana as necessidades de Floresta e Belém do São Francisco; da serra do Araripe, que manda milho, farinha e feijão de corda para Exu, Bodocó, Ouricuri e Araripina.

Pode-se ver a grande quantidade de brejos nesse estado e em outros, como o brejo de Areia, no estado da Paraíba; o brejo de Apodi e o da serra dos Martins, no estado do Rio Grande do Norte; bem como o da serra do Baturité, próximo a Fortaleza, além do maior de todos eles, o Cariri cearense, dentre outros (ANDRADE; LINS (1961; 1986).

Esses brejos possuíam uma grande importância de abastecimento de alimentos no passado, que vem tornando-se menor nos dias atuais, seja devido às degradações geradas pelas explorações e manejos inadequados ao longo de décadas, provocando efeitos negativos; seja devido às melhorias na infraestrutura de transportes no nosso país, às políticas públicas de redistribuição de renda – como os programas fome zero, bolsa família etc. – e ao forte implemento da mecanização no campo, conseqüentemente diminuindo os custos das mercadorias vindas das novas fronteiras agrícolas nacionais, ou seja, outras regiões do país com maior abundância de terras férteis e com maior disponibilidade hídrica.

Esses fatores, também, vêm atenuando/amenizando, em parte, a exploração dos brejos de altitude, ao menos no tocante à agricultura de subsistência, visto que novas “funções” ou usos ocorrem nos brejos nos dias atuais, como é o caso da atividade turística, foco principal deste trabalho.

Esses enclaves¹, como veremos mais detalhadamente nos parágrafos a seguir, foram criados através das mudanças climáticas, gerando avanços e regressos das

¹ “Na linguagem simbólica utilizada nas ciências biogeográficas sucedem-se termos para designar “ilhas” de vegetação aparentemente anômalas, identificadas nos corredores de grandes domínios morfoclimáticos e fitogeográficos. Entre tais expressões conceituais, pode-se listar quatro mais comuns: relictos, enclaves, redutos e refúgios” (AB’SÁBER, 2003, p. 145). Para tanto, dentre

vegetações “mais exuberantes” que as caatingas degradadas atuais, ocasionando uma grande diversidade de paisagens a nível regional.

Os enclaves, em geral, representam as intensas alterações sofridas ao longo das eras geológicas pelo clima/paleoclima e pela ecologia/paleoecologia, sobretudo no período quaternário (AB’SÁBER, 2003; JOLY, 2007; LUIZ-SILVA, 2011; MUYLAERT et al., 2018; ANDRADE; LINS, 1961; 1966; 1986), talvez por ser o período mais próximo de nós e, por isso mesmo, podermos investigar, constatar, suspeitar e/ou teorizar mais facilmente sobre ele.

O Período Quaternário – que abrange o Pleistoceno (1,6 milhões de anos atrás) e o Holoceno (que corresponde aos últimos dez mil anos) – é um intervalo de tempo que se caracteriza pelos resfriamentos e aquecimentos da superfície terrestre, ou seja, com longos períodos de temperaturas muito baixas/frias e secas (períodos glaciais) e outros de condições climáticas mais quentes e úmidas (períodos interglaciais) (LUIZ-SILVA, 2011; LABOURIAU, 1994; JOLY, 2007).

A vegetação, portanto, passou pelas mais variadas mudanças, seja relacionada ao seu aspecto estrutural, seja na distribuição geográfica, conforme a passagem dos padrões glaciais aos interglaciais (LUIZ-SILVA, 2011; SUGUIO, 2001).

Em relação à América do Sul, por exemplo, os movimentos de expansão e/ou retração dos biomas, nos períodos glaciais e interglaciais do Quaternário, resultaram em novas oportunidades de especiação.

O processo lento e gradual de formação da região está, intrinsecamente, relacionado com os altos índices de diversidade de espécies hoje encontrados em países como Brasil, Colômbia, Peru e Equador, considerados como megadiversos (JOLY, 2007, p. 169).

Para tanto, durante esse intervalo de tempo (quaternário) houve períodos glaciais e interglaciais: nos primeiros predominavam a concentração de gelo nos polos norte e sul e nas altas montanhas (AB’SÁBER, 2003), bem como um recuo do nível dos mares e oceanos, provocando um clima mais seco ao redor de todo o globo, contribuindo para a dilatação territorial de vegetações afeitas à áreas pouco ou totalmente desidratadas – como

tantas, a expressão adotada e utilizada ao longo de todo o texto, sempre que necessário, será enclave, que designa “manchas de ecossistemas típicos de outras províncias, porém, encravadas no interior de um domínio de natureza totalmente diferente (AB’SÁBER, 2003, p. 145)”.

foi o caso da Caatinga que invadiu grandes extensões da Mata Atlântica e do Cerrado, esse último tendo ocupado, também, áreas da Floresta Amazônica.

No caso contrário (nos períodos interglaciais), foram as vegetações úmidas que expandiram-se, vindo a ocupar as áreas mais secas de cerrados e caatingas, por exemplo (AB’SÁBER, 2003; SUGUIO, 2001; LUIZ-SILVA, 2011; JOLY, 2007; SEVERINO-DOS-SANTOS, 2014; SEVERINO-DOS-SANTOS; SILVA; PEREIRA, 2014; MUYLAERT et al., 2018).

Para explicar tais dinâmicas climáticas/paleoclimáticas e ecológicas/paleoecológicas, o geógrafo Aziz Ab’Sáber criou a “Teoria dos Redutos e Refúgios” (a qual foi discutida e trabalhada por vários autores, como os que fazem parte da citação acima), que está estreitamente ligada aos estudos paleoclimáticos, os quais ajudam a explicar a variação da distribuição espacial da cobertura vegetal passada e atual.

Ao falar um pouco sobre as várias áreas de exceção encontradas em todo o país – ficando claro, também, que os brejos de altitude são apenas uma destas paisagens/áreas do Brasil, as quais devem ser preservadas, de preferência, na sua totalidade – o autor relata um pouco das encontradas na região Nordeste:

Agrupamentos de *inselbergs*, sob forma de “montes e ilhas” rochosas pontilham domínios das caatingas em Milagres na Bahia, em Quixadá, Jaguaribe/Jaguaribara e arredores de Sobral, no Ceará, e na região de Patos, no “Alto Sertão” da Paraíba. Maciços elevados (900-1000 m) voltados para ventos úmidos vindos do leste e sudeste, em plenos sertões secos, possuíam, em sua paisagem primária, florestas tropicais de cimeira, encostas e “pés de serra”, confrontando-se com os grandes espaços das colinas denominadas por ecossistemas de caatingas. Ilhas de umidade, redutos de florestas tropicais e refúgios de homens adaptados a mini-atividades agrárias (AB’SÁBER, 2003, p. 150.).

Compreende-se, então, que essas “ilhas” de vegetação exótica em meio a áreas “núcleo” ou “core” de diferentes domínios climáticos e botânicos, só conseguem ser entendidas e devidamente explicadas pela existência local de fatores de exceção, como a litologia, a hidrologia, a topografia e a paleobotânica, bem como pela influência da inter-relação desses fatores (LUIZ-SILVA, 2011, PASSOS, 2003).

A Serra Negra seria, conforme tudo o que foi dito anteriormente, um reduto de Mata Atlântica em meio ao entorno semiárido, possibilitado por condições paleoambientais e paleoecológicas favoráveis a sua expansão, em períodos interglaciais,

ou seja, com o aumento da umidade em todo o globo, viabilizando a dilatação de florestas tropicais úmidas sobre áreas mais secas, como a Caatinga e o Cerrado.

Dessa maneira, esses enclaves (dentre eles a própria Serra Negra) foram concebidos pelas mudanças climáticas ocorridas ao longo do tempo geológico, sobretudo no Período Quaternário.

Contudo os padrões climáticos contemporâneos regionais são outros, e são os responsáveis pela manutenção dessas “heranças” ou “rugosidades”, como prefere Santos (2014), sendo influenciados, atualmente, pelos regimes ou distribuição das chuvas que atingem a região (Nordeste) ao longo dos anos, os quais destacamos nos parágrafos a seguir.

Os brejos (de altitude) estão expostos, geralmente, às massas de ar advectivas (horizontais) úmidas e/ou à dilatação de massas de ar convectivas (verticais) nevoentas (ANDRADE; LINS, 1961; 1966; 1986), todas elas alóctones, ou seja, tendo origem distante e chegando já enfraquecida, se comparada a sua força no ponto inicial, de origem.

Os principais sistemas de chuva que se fazem presentes, nessa região, são:

- a **Frente Polar Atlântica (FPA)**, que “refresca” os alísios de Sudeste, e é a grande responsável pelas fortes chuvas que atingem boa parte da costa oriental, com seu limite de atuação atingindo cerca de 150km costa a dentro, possibilitando florestas de espécies perenifólias de porte elevado. Sua atuação se dá entre o outono-inverno, propagando-se como frente fria na estreita faixa costeira oriental nordestina.
- a **Massa Equatorial Continental (mEc)**, que – devido a imensa região florestal amazônica, consegue obter níveis de umidade semelhantes às massas de ar oceânicas – se desenvolve nos meses de verão e proporciona chuvas fortes, porém muito rápidas – chamadas, algumas vezes, de “manga d’água” –, nas áreas centro-ocidentais do Nordeste, ou seja, são chuvas de verão, com maior força de atuação entre fevereiro e março, composta de ar quente, convectivo (vertical) e nevoento, originado na região do alto Solimões e rio Negro, prolongando-se até o Nordeste, sobretudo nos estados do Maranhão e do Piauí.
- a **Zona de Convergência Intertropical (ZCIT)**, que, assim como a Massa Equatorial Continental, proporciona chuvas isoladas na costa Norte

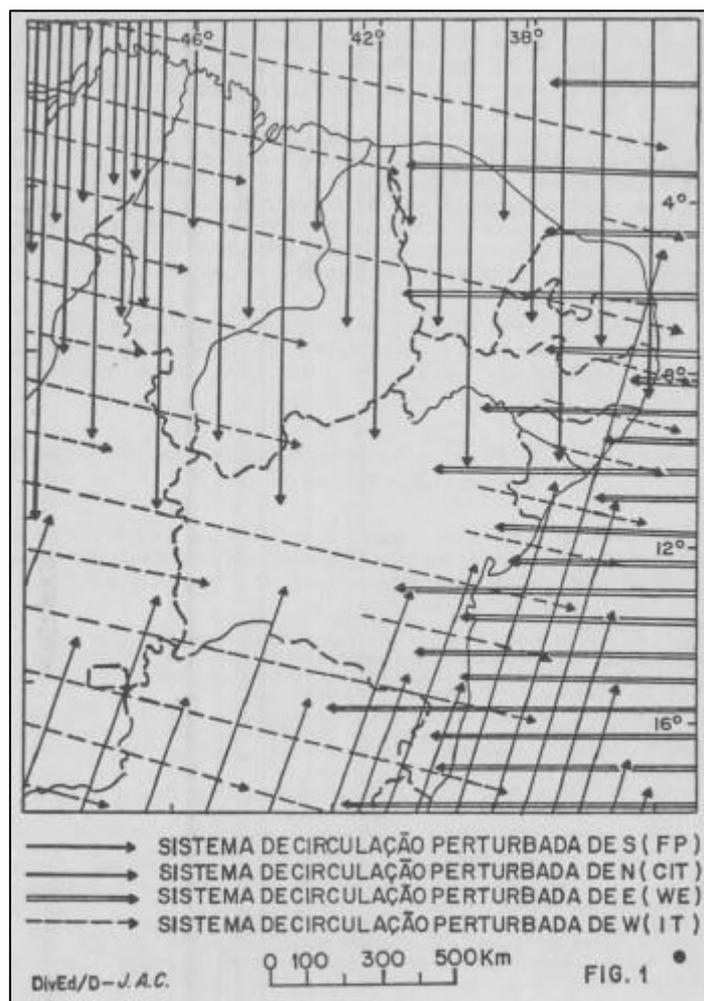
da região no período verão-outono, mas varia entre os anos, algumas vezes atingindo inclusive boa parte da costa oriental bem ao sul de Natal, como as costas dos estados de Pernambuco e Alagoas. No entanto a área de atuação principal da *ZCIT* é a costa setentrional brasileira – mas nesse caso focaremos na análise da sua atuação na região nordestina – este ar convectivo (vertical) – que não tem seu avanço condicionado por linhas de relevo como acontece com as massas de ar advectivo – nevoento e instável invade o Nordeste setentrional, inclusive todo o estado do Ceará e quase todo o Rio Grande do Norte, e a parte ocidental da Paraíba, lembrando que, como no caso da *mEC*, quanto maior o seu alcance, menor a sua força, isto é, menores seus totais pluviométricos e sua distribuição (LIMA, 1986; ANDRADE; LINS, 1961; 1986).

Essas três massas de ar alóctones atingem o Nordeste durante o período que se estende entre a sequência verão-outono-inverno, isto é, entre os meses de dezembro e agosto, o que torna difícil o entendimento da razão dessa região possuir um déficit² hídrico tão grande, sendo uma das áreas semiáridas mais extensas das Américas (ANDRADE; LINS, 1961; 1986).

Mas, como já dissemos anteriormente, as massas de ar atuantes no Nordeste têm seu alcance reduzido às suas extremidades (conforme se vê na figura 3), setentrional, ocidental e centro-ocidental, e oriental.

² A grafia da palavra “déficit” sem a utilização do acento agudo na letra “e” justifica-se, pois, de acordo com o novo Acordo Ortográfico da língua portuguesa, a grafia das palavras “deficit” e “superavit” foi alterada. Agora elas são escritas na forma latina, sem acento agudo na sílaba tônica.

FIGURA 2



Massas de ar atuantes no Nordeste (Sistemas de circulação atmosférica perturbada na região Nordeste. Fonte: Nimer (1989, p. 320).

A extremidade oriental é a principal beneficiada entre as demais por receber chuvas da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), no período verão-outono, e da Frente Polar Atlântica (FPA), no outono-inverno.

Com esse perfil de chuvas concentradas nas “beiradas”, o “núcleo”, ou seja, a área central, sofre com uma severa falta d’água durante todo o ano, condicionando a formação de caatingas com características quase unanimemente hiperxerófilas (ANDRADE; LINS, 1961; 1986), de revestimento vegetal “pobre”, com forte exposição dos solos a luz solar.

Isso se deve, além do mais, por quatro fatores principais, conforme expôs Vasconcelos-Sobrinho (1986, p. 213):

- a) regime pluviométrico de baixo índice de precipitações, limitada amplitude e extrema irregularidade;
- b) solos rasos com limitada capacidade de retenção de água;
- c) amplo fotoperiodismo (mais de 3000 horas de insolação anualmente);
- d) ventos secos e quentes de 20 a mais quilômetros por hora de velocidade, com forte poder de desidratação.

Quer dizer, é um solo cuja vegetação é predominantemente arbustiva, que não o protege de maneira satisfatória dos altos índices de insolação, nem contra o escoamento superficial das fortes e rápidas “mangas d’água” ou aguaceiros, nem contra a evaporação (ANDRADE; LINS, 1961; 1986).

Vale lembrar, ainda, que as massas de ar, sobretudo a *mEc* e a *ZCIT*, podem sofrer alterações de intensidade de atuação ao passar dos anos, o que, por vezes, agrava o quadro já irregular e fragilizado da distribuição de chuvas regionais.

A atuação da *mEc* na região, por exemplo, também tem sofrido reduções constantes, visto que, como dito anteriormente, a região amazônica, de onde provém esta massa de ar, é uma grande produtora de umidade devido à sua ampla cobertura vegetal, com um alto nível de evapotranspiração, condicionando a formação de “um bolsão de umidade terrestre e atmosférica, como um mar interior, exercendo, evidentemente, acentuada influência climática sobre regiões distantes” (VASCONCELOS-SOBRINHO, 1986, p. 228).

Dessa maneira, os atuais níveis de desmatamento da cobertura vegetal – sobretudo para a ampliação da fronteira agrícola, tendo como carros-chefes o cultivo da soja e a abertura de vastas áreas para a pecuária de gado bovino – podem influenciar sobre os volumes de chuvas em muitas áreas do nosso país e de países vizinhos, bem como sobre grande parte do Nordeste ocidental e centro-ocidental, intensificando o regime de semiaridez.

2.1 A PREOCUPAÇÃO COM A DEGRADAÇÃO DAS ÁREAS DE BREJO

A partir desse ponto, serão relatadas as degradações pelas quais passaram e ainda passam as áreas de brejo de altitude em todo o Nordeste.

Tais redutos de umidade entre as caatingas foram e são alvos de intensas atividades que fazem com que esse ecossistema, tão fragilizado pela vizinhança semiárida, seja posto em risco.

Esse quadro é antigo, como pode-se ver em relatos de estudiosos que já se debruçavam sobre o tema desde o início da década de 1960 – como os citados ao longo deste trabalho – relatando o imenso prejuízo para o meio ambiente propiciado pelo cultivo do café, banana, criação de gado bovino e caprino etc., e que conseqüentemente geram destruição e reduzem a qualidade de abrigo de espécies da fauna e flora de toda uma região, diminuindo a cobertura vegetal, ocasionando a exposição dos solos, tendo como consequência, também, o carreamento desses.

Essas desordens ambientais geradas pela sociedade nos ambientes de brejo podem ocasionar, se continuarem sendo constantemente retroalimentadas, a mudança de padrão desses ambientes umidificados – pois a pressão excessiva praticada pela ação humana e/ou pela vegetação de entorno, que pode ser considerada, em parte, autóctone (visto que essa é uma área com maiores índices de umidade e abrigam, muitas vezes, espécies subcaducifólias, subperenifólias e até mesmo perenifólias) –, fazendo com que esses ambientes percam espaço, bem como a produtividade e a capacidade de se recuperar frente a tal situação (LEMOS; SOUZA; DINIZ, 2020).

O uso e ocupação dessas áreas deveria respeitar normas rigorosas, definidas segundo os seus planos de desenvolvimento após sucessivas e detalhadas análises (VASCONCELOS-SOBRINHO, 1986).

Contudo o que podemos perceber é a falta de sensibilização para com o meio ambiente, a qual faria com que a sociedade – na figura dos sujeitos que utilizam-se desse meio para sobreviver ou gerar renda, obtendo lucros – levasse em consideração os limites de produtividade e de suporte das cargas e pressões sofridas pela natureza, entendendo que seus ritmos/tempos são “lentos”, e não obedecem ou se adequam aos nossos tempos “rápidos”, como diria Santos (2014).

Ou seja, não se tem levado em conta as limitações dos sistemas naturais e os pontos de ruptura de seu equilíbrio, conduzindo-o, muitas vezes, a irreversíveis processos de degradação (LEMOS; SOUZA; DINIZ, 2020; VASCONCELOS-SOBRINHO, 1986).

2.2 PLANO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS ÁREAS DE BREJO E O TURISMO: O CASO DO VALE DO IPOJUCA

As preocupações com a degradação das áreas de brejo não são recentes. No Plano de Desenvolvimento do Vale do Ipojuca (microrregião no agreste pernambucano formada por municípios banhados pelo rio Ipojuca, como é o caso de Bezerros, onde se encontra Serra Negra), proposto do início da década de 1970 e dividido em alguns volumes, na sua parte que trata do planejamento a nível rural, chamado de Programa de Desenvolvimento Rural, compõe-se de cinco direcionamentos/diretrizes, sendo eles os seguintes:

- Aproveitamento Racional dos Brejos;
- Utilização da Água na Caatinga;
- Apoio às Culturas Largamente Disseminadas;
- Apoio à Criação de Bovinos;
- Apoio à Avicultura (PERNAMBUCO, 1974, p. 10).

Pode-se ver, dessa maneira, o destaque que foi dado ao cuidado necessário para com os brejos, visto que é colocado em posição de destaque (primeiro lugar) na lista acima, ressaltando que a mesma data de 1974, o que torna ainda mais visível a intensa degradação ambiental por que já passavam e ainda passam os brejos de altitude do Nordeste do Brasil.

Os objetivos do “Aproveitamento Racional dos Brejos” visavam evitar a degradação dos recursos agrícolas decorrentes do sistema de cultivo, seus minifúndios, seus solos ameaçados etc., visto que a degradação dos solos, à época (e também atualmente), preocupava os estudiosos do assunto em toda parte do mundo, e não seria diferente nos brejos, os quais apresentavam (e ainda apresentam) particularidades que

tornam necessário um tratamento diferenciado, sobretudo pela função que exercem de abastecimento de gêneros alimentícios.

Além disso o processo de degradação do solo já era expressivo e bastante antigo, portanto, quanto mais cedo fossem tomadas as medidas cautelares maior seria a quantidade de áreas protegidas ou recuperadas da degradação ambiental (PERNAMBUCO, 1974).

Tais medidas, no entanto, não parecem de fácil aplicação. De fato, para mudar um sistema de cultivo não basta divulgar técnicas mais adequadas. Não se trata apenas de uma carência de informações. O sistema de cultivo tem raízes no regime de posse da terra, no tamanho dos estabelecimentos, na disponibilidade de fatores e, evidentemente, no nível de conhecimentos dos agricultores. Desse modo, torna-se fácil perceber que um programa de aproveitamento racional dos brejos compreenderá ações em diversos níveis incluindo-se aí aquelas relacionadas com a reestruturação agrária (desapropriação, remembramento, outorga de títulos, etc.) Vê-se desde logo que não se trata de uma solução simples. Mas a gravidade do problema e a importância dos objetivos não deixam dúvida quanto à necessidade de uma ação decidida ainda que as dificuldades sejam evidentes (PERNAMBUCO, 1974, p. 16).

Como visto acima e ao longo de todo o texto, a solução para o problema dos brejos não é simples, e também não é recente. É uma das “saídas” mais citadas para o desenvolvimento dessa microrregião (bem como das áreas de brejo) em boa parte do documento elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE – órgão ligado ao Governo do Estado de Pernambuco) em 1974, é a da adoção do turismo e da melhoria das infraestruturas (criação ou manutenção de museus, estradas, hotéis, restaurantes etc.), que facilitariam a implementação dessa atividade na microrregião do Vale do Ipojuca (incluídas aí as áreas de brejo).

Por ocasião dos estudos relativos às atividades e ao potencial de turismo dessa microrregião constatou-se a necessidade de coordenação dessas atividades, expressa através de uma política estadual e regional que promovesse a efetiva vinculação entre as atrações e manifestações turísticas da microrregião e as do Estado ou mesmo de Estados vizinhos. Para tanto será necessário fortalecer o órgão especializado, a EMPETUR, até hoje carente de recursos (PERNAMBUCO, 1974, p. 60).

Acredita-se que essas “receitas” foram adotadas devido ao pensamento do desenvolvimento sustentável, que estava ganhando vigor e forte destaque à época – e posteriormente também.

Para tanto o crescimento econômico e a conservação ambiental das áreas de brejo seriam propiciados pelo turismo ecológico. Essas políticas públicas em prol da atividade turística tiveram seu efeito sentido nessa região e nessas áreas maiormente a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, com o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e outros programas/planos posteriores, sejam de ordem municipal, estadual ou federal.

3. A GEOGRAFIA E O TURISMO

Para compreender a relação entre a ciência geográfica e o turismo será feita uma breve discussão sobre as principais categorias utilizadas na Geografia e como a atividade turística exerce influência sobre as mesmas, para que sejam alvo de análise dos geógrafos.

Os principais elementos característicos do fazer e pensar geográficos ao longo de todo o seu caminho – seja anteriormente a sua institucionalização ou mesmo depois – são: a relação homem e meio ambiente; as diferenciações areais, regionais ou paisagísticas; as distribuições, as distâncias e os padrões espaciais; a difusão espacial dos fenômenos sociais ou ambientais; e a paisagem enquanto substância, texto e representação (BARROS, 1993; 2001; CAPEL, 1983; 1987; 2002; 2010; CAPEL; URTEAGA, 1984; CLAVAL, 2014; CHRISTALLER, 1966; DARDEL, 2015[1952]; DUTRA-GOMES, 2010; GOMES, 2014(1995); 2016(1996); HARTSHORNE, 1978; KIMBLE, 2005; LA BLACHE, 2005; RATZEL, 1983; RECLUS, 2010; SOTCHAVA, 1977; TUAN 1983), ou seja, essas noções ou conjunto de ideias dão forma ao arcabouço, à estrutura epistemológica da ciência geográfica, “a forma de existência mais abstrata e resistente da disciplina” (BARROS, 2001, p. 3).

Através da paisagem, por exemplo, podemos observar todo esse “conjunto geográfico de ideias”, pois por meio da sua análise identificamos a relação material do homem e do meio ambiente, visto que a paisagem, nesse sentido, seria o resultado da interação entre uma comunidade humana, com toda sua dinâmica cultural, e um quadro natural igualmente complexo que é reflexo de um processo evolutivo do nosso planeta ao longo de muitas eras (WAGNER; MIKESSEL, 1962).

As diferenciações areais ou regionais também se fazem presentes na análise da paisagem, já que ela contém as particularidades de cada área ou região, e é onde as sociedades constroem e escrevem as suas histórias, suas maneiras de viver, suas singularidades etc. Segundo essa ótica, na paisagem estaria escrita a história cultural de uma dada área (PARK, 1994).

Com o advento da geografia humanista, que ganhou força no último quartel do século XX, o estudo da paisagem teve incorporada ao seu arcabouço novas perspectivas, pois o humanismo centrava as pessoas, os sujeitos – homens e mulheres, reais, vivas, complexas – que eram infinitamente criativas, construindo a partir de si estruturas de

significado, mundos, paisagens e lugares que eram centros de significado construídos pela experiência (KOBAYASHI; MACKENZIE, 1989; TUAN, 1975).

A partir disso foram criados vários conceitos como o de *sítios de representação* (DUNCAN, 1994), nos quais a ideia principal é que quando as pessoas representam uma paisagem, um lugar ou um *sítio* geográfico, como prefere o autor, essas representações estão compostas e sofrem interferência do contexto cultural, político, social, regional, de grau de instrução e formação profissional etc., daquele que representa.

Ou seja, além do *sítio* geográfico, que são os elementos físicos e materiais que compõem a paisagem e que são descritos pelo sujeito, há também um outro *sítio*, o da representação, que é composto por todos os elementos supracitados e outros mais, e que geralmente interferem nas representações (DUTRA-GOMES; LEMOS, 2019).

Algumas vezes uma área/região/paisagem pouco muda em relação ao seu conteúdo material, “mas o *sítio* de onde emanam as representações sofre mudanças políticas, econômicas, culturais etc., e aquela área passa a ser construída ou enunciada de outra maneira. Muitos profissionais de marketing, pessoas práticas, afirmam mesmo que *a realidade é a percepção*. Em turismo isto é muito comum...” (BARROS, 2001, p. 5).

Por isso, se torna bastante importante realizar reflexões e trabalhos que abordem a temática das representações geográficas, pois “o homem não vive somente numa paisagem “material”, mas sim, que de maneira consciente ou inconsciente, ele inventa universos imaginários, compostos de fatos de representação e de sonhos” (POCOCK; BAILLY, 1991, p. 165 apud BARROS, 2001, p. 6), e a instalação de equipamentos necessários para o funcionamento da atividade turística pode alterar significativamente esses “universos”.

A Geografia do Turismo é uma subárea da Geografia dos Serviços, e analisa como a oferta dos serviços turísticos e, conseqüentemente, o uso do espaço geográfico por tal atividade provocou mudanças e alterações nos quadros socioambientais em todas as partes do mundo e nas mais variadas escalas (desde países inteiros ou regiões, até pequenos municípios ou frações municipais, como distritos ou povoados).

Portanto, segundo Barros (2001), algumas das funções características da Geografia do Turismo são, por exemplo, estudar a relação entre a atividade turística e o meio ambiente; a “criação” de paisagens pelo turismo e as representações das paisagens turísticas; além de servir de apoio na identificação de novas áreas propensas ao turismo e

na realização de inventários para a implementação dos serviços necessários à exploração turística.

Vale ressaltar ainda que não é o fator econômico do turismo o principal objeto de análise da Geografia do Turismo, mas sim as formas, as dinâmicas sociais e ambientais, as representações das paisagens que foram alvo da atividade turística, as diferenciações areais ou regionais elaboradas para fundamentar e estimular uma individualidade ou particularidade local, que visa a criação de elementos que se destaquem entre os demais para poder ser alvo da função turística (BARROS, 2001), enfim, analisar os impactos proporcionados pelo emprego da atividade turística em um dado espaço.

Para familiarizar o leitor com o *turismo*, será pormenorizado no tópico abaixo a história desse campo e como se deu sua evolução desde a *Antiguidade* até os dias atuais, chamados de *pós-modernos*. E nos tópicos a seguir serão descritos aspectos da relação entre o turismo, o espaço e a sociedade atual.

3.1 A EVOLUÇÃO DO TURISMO

Por ser uma atividade que se destaca pela necessidade de infraestruturas de deslocamento, acomodação, lazer etc., acreditamos que o turismo é uma atividade recente, contudo seu início remonta a períodos longínquos e variados da história da humanidade. O que varia são as condições sociais que possibilitam ou não o acontecimento de tal prática, e permitem um maior ou menor número de indivíduos aderirem à prática do turismo (SILVA; PEREZ-FILHO, 2007).

O que permitiu a maior difusão do setor, a partir do final do século XIX e durante todo o século XX, foi uma série de melhorias conquistadas na área trabalhista, como a redução da quantidade de horas trabalhadas, melhores salários, férias remuneradas etc., e na infraestrutura de transporte, tecnologia e comunicação, que possibilitaram deslocamentos mais rápidos (LICKORISH; JENKINS, 2000) à áreas cada vez mais distantes, provocando alterações espaciais em lugares, territórios, ambientes e sociedades até então “intocados”. O que faz com que a palavra *turismo*, como destacaram Silva e Perez-Filho (2007), vá além da sua raiz etimológica, que é a palavra *tour*, que, em francês, significa volta.

A evolução da atividade turística ao longo do tempo pode ser dividida em períodos históricos relativamente bem definidos, pois “a oferta e a demanda e as condições psicossociais motivadoras para sua realização [são] os principais elementos diferenciadores destes períodos” (SILVA; PEREZ-FILHO, 2007, p. 255).

Ainda conforme a definição dos mesmos autores, o turismo pode ser dividido em cinco grandes períodos: o prototurismo, o medieval, o moderno, o contemporâneo e o pós-turismo, conforme será detalhado a seguir.

No primeiro caso, já havia uma espécie de turismo nos grandes impérios, como no grego e no romano. Os cidadãos já realizavam o turismo, mas a grande diferença é que quem prestava os serviços oferecidos aos visitantes, hóspedes etc., eram escravos, sem qualquer tipo de remuneração ou benefício por realizarem tais trabalhos.

Dessa maneira, a relação econômica que é umas das características do turismo atual é deixada em segundo plano durante esse período, sobressaindo a questão da infraestrutura, que facilitou as viagens – devido à existência das estradas romanas – para balneários, festivais, templos religiosos etc. (IGNARRA, 2001).

Durante a Idade Média as viagens turísticas se tornam raras em consequência das invasões bárbaras, o que provocou o sentimento de insegurança entre os viajantes. Devido também ao novo tipo de estrutura social que existiu nessa época – provocada em boa medida por tais invasões, a sociedade desse período fechou-se em si mesma, pois era agrícola e cada feudo era autossuficiente, e a necessidade de viagens era praticamente inexistente, pois não havia comércio – as viagens não são mais feitas por prazer, e sim por extrema necessidade religiosa ou política (BARRETO, 1995).

Isso mudou, pois, entre outras melhorias, houve diminuição dos confrontos e guerras na Europa. Além disso, com o intercâmbio de conhecimento promovido pelas universidades europeias, já no século XII, teve início a transformação da hospedagem em atividade lucrativa, visto que até esse momento possuía caráter beneficente (SILVA; PEREZ-FILHO, 2007).

O período histórico conhecido como *renascença* teve como passo inicial as *cruzadas*, as quais visavam o ressurgimento mercantil da Europa, e a queda de Constantinopla perante o Império Otomano em 1453. Com isso, conseqüentemente, impediu-se o comércio por vias terrestres com o Oriente, fazendo saltar aos olhos a necessidade de criarem-se novas rotas em direção ao oriente, o que forçou e acelerou o

processo capitalista no continente europeu, e provocou o fim da Idade Média. Esse período histórico teve como marco fundamental o “descobrimento” do *Novo Mundo* (LEMOS; SÁ, 2018; SÁBATO, 1993), com as grandes navegações, iniciadas tanto pelos portugueses quanto pelos espanhóis, quando houve uma melhoria progressiva nos transportes, o que condicionou não só o comércio ultramarino, mas também o turismo.

O turismo praticado nos séculos XVII e XVIII, por exemplo, era realizado pelos jovens das famílias ricas do continente europeu, auxiliados por seus tutores intelectuais (SILVA; PEREZ-FILHO, 2007) para conhecer um mundo distante e totalmente novo, com natureza e culturas extremamente diferentes das conhecidas até então no *Velho Mundo*. Os longos trechos percorridos demandavam uma infraestrutura preexistente para acolher esses jovens aprendizes.

Os turistas dessa época almejavam desfrutar dos recursos naturais e entrar em contato com a *natureza-mãe*, contemplando suas belezas. Um dos principais motivos para esse interesse pelo mundo natural foi devido à intensa transformação da sociedade europeia após a Revolução Industrial, com a maior parte da população trabalhando e morando em cidades, as quais estavam bastante poluídas em decorrência das atividades fabris que poluíam o ambiente urbano.

É com o início do período *moderno* que a atividade turística passa a ter os traços atuais de atividade econômica e lucrativa dinâmica, com grandes montantes de dinheiro envolvidos.

Além disso, inicia-se a formalização do setor, com organizações criadas para promover o seu crescimento e desenvolvimento, bem como nascem as primeiras “empresas especializadas na realização de *all inclusive tour* ou *package*, os quais podem ser comparados aos pacotes turísticos oferecidos atualmente” (SILVA; PEREZ-FILHO, 2007, p. 259).

A partir desse período, o número de turistas aumenta gradativamente, pois as relações trabalhistas de então eram pautadas no recebimento de salários pelos serviços prestados, dessa forma, as pessoas poderiam economizar um pouco do dinheiro para “fugir” das cidades com seus problemas para aproveitar o campo.

Isso fez com que fosse necessária a implementação de infraestruturas adequadas para o recebimento desse contingente populacional em busca de realizar o turismo. O

setor ainda foi beneficiado pela melhoria e redução dos custos nos transportes, fato esse que o fez evoluir rapidamente.

Antes da Revolução Industrial e da consequente mudança no quadro social, apenas as pessoas das classes mais favorecidas, salvo algumas exceções, viajavam por lazer. E, como relata Urry (2001, p. 20):

É isso que constitui a característica principal do turismo de massa nas sociedades modernas, isto é, boa parte da população, a maior parte do tempo, viajará para algum lugar com a finalidade de o contemplar e ali permanecer por motivos que, basicamente, não têm ligações com seu trabalho.

Entre os principais motivos que provocaram a diminuição das atividades turísticas ou impossibilitaram a sua realização, estão as duas Grandes Guerras. Mas durante o período conhecido como *entreguerras* e após 1945, o turismo revitalizou-se e tornou a crescer, sobretudo pelo surgimento das férias remuneradas (o que permitiu que pessoas com menor poder aquisitivo viajassem a lazer), do aumento no padrão de vida e do poder aquisitivo.

Esse período segue até a década de 1980, chamado de *turismo contemporâneo*, “também é resultado de relações sociais, avanços tecnológicos, estruturas políticas e econômicas cujas características manifestam-se no arranjo de seus componentes e em suas formas de organização” (SILVA; PEREZ-FILHO, 2007, p. 260).

Nesse ínterim, o avião toma o posto de meio de transporte mais comum para a realização do turismo – “diminuindo” as distâncias, transformando a distância absoluta em relativa –, e é utilizado principalmente pelos cidadãos do *primeiro mundo*, os quais conseguem percorrer maiores distâncias, sobretudo pelo alto poder aquisitivo.

Cria-se então a necessidade de regulamentação, padronização e melhoria na qualidade dos serviços para atender a turistas cada vez mais exigentes. Isso provoca a eclosão de operadoras turísticas e de grandes grupos ligados ao setor, promovendo a massificação.

O *pós-turismo*, estágio que tem início na década de 1980 e segue até os dias atuais, é caracterizado por uma série de mudanças na estrutura e organização do turismo.

A partir desse momento – em consequência da melhoria nas tecnologias da informação e comunicação –, os turistas conseguem, na maioria das vezes, ter acesso

direto ao local de visitação e dos serviços neles disponíveis, dispensando a necessidade das agências turísticas, que geram um custo adicional ao consumidor. Ademais, dessa maneira, o turista consegue personalizar seu roteiro de viagem, o que é muito mais difícil ao se fechar um pacote com uma companhia.

Outra característica marcante dessa fase é a convivência ou contato com o espaço/lugar e com as pessoas do local visitado, mesmo que isso seja feito de maneira efêmera, momentânea, superficial (BARRETO, 1995; RODRIGUES, 2002).

De certa forma, a maneira de realizar turismo no *pós-turismo* se assemelha ao que era feito no período dos *Grand Tours Românticos*, quando as pessoas iam em busca do exótico, do contato com o diferente. O que muda é que dessa vez as pessoas não vão para se instruir através da experiência empírica (como era feito com os jovens das famílias ricas europeias), mas sim para praticar o consumo, uma vez que vivemos em um “mundo de consumidores” (BAUMAN, 2011), como será detalhado no tópico seguinte.

A busca por espaços ainda pouco ou praticamente nada explorados, para proporcionar um contato mais estreito com a natureza e com populações tradicionais, ou seja, com o exótico, tem condicionado o consumo cada vez maior de áreas novas, o que provoca alteração nos quadros sociais e ambientais locais.

Graças a internet essa conexão entre os turistas e as novas áreas exploradas, ou em vias de exploração, tornou-se mais fácil. O mundo hoje é global, as pequenas localidades participam dessa globalidade como produtos oferecidos aos consumidores do mundo inteiro em consequência da rede mundial de comunicação.

Neste sentido, por meio de processos de consumo e produção, necessários para o desenvolvimento do *turismo*, lugarejos esquecidos no tempo passaram a ser apropriados e redefinidos, arrançados e organizados segundo as necessidades e os interesses do mercado turístico. Nesta dinâmica as peculiaridades dos locais, os patrimônios natural e cultural foram, e ainda estão sendo transformados em *produtos turísticos*, e seus significados originais e reais, perdidos no ciclo de desenvolvimento da atividade (SILVA; PEREZ-FILHO, 2007, p. 261).

O turismo dos dois últimos intervalos de tempo destacados (*moderno* e *pós-turismo*), maiormente no segundo, é fruto de valores sociais que conduzem a sociedade em geral, e um dos maiores valores da atualidade é o *consumo*. Pois, além de tudo o que causa às áreas nas quais se instala, modificando os quadros sociais e ambientais, a

atividade turística (enquanto ramo ou setor ligado ao *consumo*) pode prejudicar inclusive os próprios turistas, seus familiares e a sociedade em geral, mesmo que inconscientemente, como frisado a seguir.

3.2 TURISMO E CONSUMO: TURISTAS E SOCIEDADE ATUAL

O turismo, por meio do consumo, é uma das engrenagens que contribui para o funcionamento da grande máquina capitalista. As ferramentas utilizadas para disciplinar a massa de consumidores e fazer com que ela cumpra as regras impostas são várias, através, por exemplo, da publicidade – televisiva, radiofônica, cinematográfica, digital etc. – e do entretenimento, que fazem com que homens e mulheres se deixem levar ao consumo.

Todavia, para que o desejo se realize é indispensável que o indivíduo possua dinheiro, e, se ele não o possui, ou o possui em quantidade insuficiente para alcançar o bem ou o serviço almejado, cria-se a necessidade de trabalhar mais tempo que o habitual, grande parte das vezes numa função repetitiva, sem pensar sobre quais as verdadeiras causas que fazem com que realize tal rotina (LEMOS; SÁ, 2018).

Para agravar ainda mais esse quadro, em busca de objetos e sensações fúteis como os expostos pela mídia (os quais são cobiçados por estes consumidores), os homens e mulheres da nossa época deixam de lado a convivência com os seus familiares e amigos para obter coisas e presentear-lhes com esses mesmos produtos para amenizar a sua ausência e distanciamento (LEMOS; SÁ, 2018), e, dessa forma, “materializam o amor” (HOCHSCHILD, 2003).

Nesse período, as pessoas são como abelhas em um enorme enxame, no qual “cada unidade do enxame reencena os movimentos operados pelos outros enquanto desempenha sozinho todo o trabalho, do princípio ao fim e em todas as suas partes (no caso de enxames de consumo, esse trabalho é consumir)” (BAUMAN, 2011, p. 22).

Dessa forma, pautadas no consumo – característica essencialmente individualista, que tem dominado nossa sociedade nas últimas décadas –, a sociedade esquece ou deixa de lado a visão social, imperando atitudes individualistas, do prazer pessoal, como quase todas as alegrias propiciadas pelo consumo (LEMOS; SÁ, 2018).

Esse individualismo induz ao pensamento de que, enquanto unidades autossuficientes (livres, independentes e sem compromisso para com outrem e vice-versa), somos os únicos responsáveis pelos sucessos ou insucessos pelos quais passamos, não podendo culpar mais ninguém além de nós mesmos se as nossas satisfações não forem atingidas.

Somos constantemente estimulados ao ato de consumir, seduzidos pelas propagandas publicitárias, as quais veiculam novas coleções de roupas e calçados a cada estação, por exemplo, ou do celular de última geração, o qual possui a melhor câmera e maior espaço de armazenamento e processamento etc. Ou ainda, no caso do turismo, um roteiro de viagens totalmente novo, um local ainda inexplorado, com costumes exóticos, com clima mais ameno ou outro com sol encantador, mar extremamente azul e assim por diante.

O que os poderes da sociedade consumista parecem ter descoberto – e convertido em vantagem – é que há pouco a ser ganho em servir aos “fatos sociais”, inertes, inflexíveis, considerados indomáveis e irresistíveis do tempo de Émile Durkheim, ao passo que atender às promessas infinitamente expansíveis do princípio do prazer prometem lucros comerciais infinitamente prolongáveis (BAUMAN, 2011, p. 57).

Os valores éticos, como a preocupação moral para com o Outro foram deslocados para o campo do prazer particular.

Responsabilidade agora significa, do começo ao fim, *responsabilidade para consigo mesmo* (“Você se deve isso”, como repetem infatigavelmente os comerciantes da liberação da responsabilidade) (...) *no jogo da sobrevivência, a confiança, a compaixão e a misericórdia* (atributos supremos da “expressão soberana da vida” de Logstrup [quicá mesmo do Cristo, pois vale lembrar que estamos em uma sociedade que se diz de maioria cristã]) *são opções suicidas* (...) Se você não for mais duro e menos escrupuloso que todos os outros, eles acabarão com você, com ou sem remorso. Estamos de volta à sombria verdade do mundo darwinista: é o mais bem-adaptado que invariavelmente sobrevive – ou melhor, sobreviver por mais tempo que os outros é a prova definitiva de adaptação (BAUMAN, 2011, p. 59-64).

As atitudes e pensamentos individualistas, que vigoram atualmente, podem, inclusive, inviabilizar ou pôr em risco a “sociedade-providência” (SOUZA-SANTOS, 2011), a qual corresponde “as redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento

mútuo e de entreatajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade” (SOUZA-SANTOS, 2001, p. 71).

A sociedade providência é uma forma de “capital relacional”, que pode servir aos seus integrantes em momentos de dificuldade e crise, sobretudo a financeira.

Contudo, vale salientar que outras funções (sem deixar de lado a oferta de bens e serviços e a ajuda financeira) são importantes para os membros dessa coletividade nos períodos de tribulações, como a solidariedade de um ombro amigo, aliado à boas conversas, as quais ajudam a suportar a dor das decepções (financeiras, pessoais etc.), evitando, conseqüentemente, as mais variadas moléstias enfrentadas pela humanidade no século XXI, como doenças psicossomáticas, suicídio, uso de drogas, crimes e outras coisas mais (LEMOS; SÁ, 2018).

Entretanto, pode-se ver que a figura que se pinta, na contemporaneidade, é da promoção do prazer individual e do esquecimento da preocupação com o Outro. Ou seja, exaltam-se a competição e a solidão em detrimento da colaboração, da convivência, da partilha e da visão social.

Isto é, o capitalismo hoje em dia impõe uma corrida ao consumo, para que se satisfaçam “necessidades” constantemente criadas e recriadas, numa jornada sem fim, impelindo o prazer, o bem-estar, a felicidade sempre para a frente, para o futuro, onde nunca poderão ser alcançados. Abre-se mão de desfrutar o que se consegue após grande esforço e empenho, além de se gerar altos custos materiais e imateriais (LEMOS; SÁ, 2018).

A sociedade do consumo, que constitui a forma mais acabada do capitalismo, se fundamenta sobre uma mistificação: aquela que engendra a idéia de que o desenvolvimento ilimitado do consumo trará a felicidade das sociedades; a produção em massa de todas as formas de bens e de serviços possíveis e imagináveis cobrirá a totalidade das necessidades naturais dos seres e os tornará felizes na abundância. Em nome dessa crença, todas as energias, naturais – o mundo mineral, vegetal e animal – e humanas, são obrigadas a responder a essa convocação e obedecer às conjunções de seu vetor, o progresso técnico (...) a sociedade de consumo nos ordena a segmentar nossas existências em objetos que são necessários adquirir imperativamente, como “causas da felicidade a vir”. Isto feito, ela provoca em nós uma insatisfação generalizada cuja conseqüência é um regime de agitação desenfreada, devoradora de espaços (ROUX, 2008, p. 53-54).

Além disso, enquanto “consumidores mais-que-perfeitos” (SANTOS, 2007), esses sujeitos trabalham mais e mais horas pela necessidade, imposta pela “grande mídia”, de consumir (produtos ou experiências, como é o caso do turismo) e para “materializar o amor” (HOCHSCHILD, 2003), compensando a sua ausência com presentes e objetos almeçados socialmente num dado momento. Essa última afirmação pode ser fundamentada na citação a seguir:

Atos consumistas para manter a reversão emocional entre trabalho e família. Expostos a um bombardeio ininterrupto de publicidade (...), os trabalhadores são persuadidos a “necessitar” de mais coisas. E para comprar aquilo de que agora necessitam, eles precisam de dinheiro. Para ganhar dinheiro, trabalham mais horas. Estando longe de casa tantas horas, compensam sua ausência com presentes que custam dinheiro. Eles materializam o amor. E assim o ciclo se perpetua (HOCHSCHILD, 2003 apud BAUMAN, 2011, p. 65).

Para realizar o turismo, muitas pessoas recorrem ao que foi exposto no parágrafo anterior e deixam de lado o convívio com seus familiares e amigos para conseguir mais dinheiro e poder viajar ou propiciar viagens para os seus parentes para lugares badalados, além de, claro, esquecerem o compromisso com o Outro.

São esses os laços constituídos entre o turismo, o consumo, os turistas e a sociedade atual.

3.3 ESPAÇO E TURISMO

Como exposto nos parágrafos anteriores, a atividade turística pode melhorar sua condição de funcionamento por questões que não foram diretamente pensadas para tal fim – como foi o caso dos descobrimentos durante os séculos XVI, XVII e XVIII, com a colonização da América pelos europeus, que possibilitou os *grand tours* pelo *Novo Mundo* –, mas há espaços (sobretudo os rurais) que são essencialmente reorganizados para que o turismo funcione adequadamente e em conformidade com os seus objetivos, que é o consumo da natureza, o que provoca grandes alterações do quadro ambiental e/ou social de uma dada área, através dos serviços turísticos.

Essas reorganizações passaram a ser ainda maiores a partir das transformações provocadas pela globalização, com a quebra de várias barreiras anteriormente impostas.

O espaço é parte importante nesse movimento, pois funciona como mercadoria. Dessa maneira, áreas anteriormente esquecidas passam a fazer parte do circuito de comercialização.

O turismo é uma das principais atividades econômicas que têm agido sobre o espaço nas últimas décadas, e, dessa forma, “praias, montanhas e campos entram no circuito da troca, apropriadas, privativamente, como áreas de lazer para quem pode fazer uso delas” (CARLOS, 2002, p. 25).

Vale ressaltar que, mesmo quando o espaço não sofre transformações concretas, como com a construção de edificações, ele é apropriado pelo turismo pela significação ou valoração – olhar o nascer ou o pôr do sol no mar (o que é difícil no Brasil, já que a maior parte da nossa costa “impõe” olharmos o nascer do sol ao mar e não o contrário), olhar as cataratas, cachoeiras, rios, estrelas etc.

Ou seja, é a observação da natureza sem que haja necessariamente uma transformação promovida pelo turismo em tal localidade. Há, portanto, uma “produção espacial” simbólica – a beleza “natural”, ou cultural” (RODRIGUES, 2002, p. 56).

No entanto, com o passar do tempo essa natureza “pura” e “intocada”, cheia de mistérios e admiração, passa a ser gradativamente alvo de transformações que contribuem para produção ou reprodução (socio)espacial – hotéis, pousadas, albergues, *hostels*, vias de acesso, mercadorias, serviços, eventos etc.

Dessa forma, ao apropriar-se de um espaço, o turismo (através de seus mais variados agentes, como o Estado, os proprietários de terras, entre outros) cria e recria as condições para a produção/reprodução e a exploração desse produto (o espaço geográfico) e de suas especificidades ou diferenciações areais/paisagísticas/territoriais.

Como visto no tópico anterior, vivemos em uma sociedade ou mundo de consumidores, por consequência, temos que (ou somos orientados a) consumir em todos os momentos da nossa vida, em casa, no trabalho ou mesmo nos momentos de descanso, como nas férias.

Nessa perspectiva, o entretenimento, o divertimento, a recreação, o lazer etc., ganham novo sentido, ao contrário de serem espontâneos, se tornam necessidades. E para satisfazer esses desejos são “recrutados” novos espaços, ou outros são ressignificados, com novas formas de uso, por exemplo, para se transformarem em mercadorias a serem consumidas.

Nesse sentido cidades inteiras se transformam com objetivo precípua de atrair turistas, e esse processo provoca de um lado o sentimento de *estranhamento* – para os que vivem nas áreas que num determinado momento se voltam para a atividade turística – e de outro transforma tudo em *espetáculo* e o turista em espectador passivo (CARLOS, 2002, p 26).

O estranhamento dos *insiders* pode ser expresso, por exemplo, através da falta de identificação com o seu próprio lugar, visto que esse passou ou passa por mudanças significativas na sua *forma, função e estrutura* condicionadas por um novo *processo* (SANTOS, 1985), o que provoca *desterritorializações e reterritorializações* constantes.

Um dos problemas ou mudanças está vinculado ao êxodo dos moradores tradicionais pela valorização imobiliária. Quando uma área passa a ser alvo do turismo, quase todas as suas construções ou pedaços de terra ganham destaque e surge então um problema, pois muitas das famílias que dão vida e construíram a identidade local desse espaço vendem suas propriedades e vão embora, destruindo um dos laços ou parte do alicerce sobre o qual se assenta a estrutura espacial. E então:

O espaço produzido pelo turismo perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; neste sentido é o espaço do vazio. Ausência. Não-lugares. Isso porque o lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação para a vida. O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida. (...) por isso o ato de produção revela o sujeito (CARLOS, 2002, p. 28-29).

Portanto, o espaço produzido pela indústria do turismo transforma-se em um *não-lugar* (AUGÉ, 2017), pois é produto de outro tipo de relação, com processo de formação diferente, sem identidade, sem história, sem memória. Para ser lugar o espaço deve ser mais que percebido, tem que ser apreendido pelo(s) sujeito(s) e estruturado por práticas sociais.

Os moradores que permanecem no local, por exemplo, deixam suas atividades de costume e passam a fazer parte de atividades ligadas ao setor turístico ou sob sua órbita.

Muitos são empregados como caseiros, empregadas domésticas/diaristas, funcionários dos hotéis e pousadas etc.

Há ainda outros (poucos) que alinham sua terra e/ou casa ao uso turístico, estruturando *campings* na sua propriedade e pequenos albergues para hospedar turistas nos quartos de suas casas ou construindo outros quartos, dormitórios ou mesmo casas em volta da residência (para alugar por temporadas como segunda residência), deixando de lado a atividade costumeira de antes.

Várias mudanças espaciais são, então, percebidas no espaço construído, nos hábitos, e nas relações sociais de um modo geral. Isso descaracteriza o lugar e a sociedade, além de fazer com que se perca a identidade e a singularidade locais. Por esse motivo, muitos lugares que interessam aos turistas para serem experienciados por possuírem características ambientais e sociais diferenciadas, são transformados em lugares semelhantes aos da origem dos visitantes.

Como destaca Rodrigues (2002, p. 62):

(...) Altera-se a produção e consumo do espaço. Altera-se o meio ambiente. Mais e mais incorporações imobiliárias alteram a quantidade de água, luz, esgoto, e necessita de terras para serem apropriadas. O “bom” passa a ser o moderno e não mais o tradicional. Os turistas buscam a natureza, levando consigo até a água da cidade para beber, o rádio, a TV, e não mais a idéia original da natureza. Assim a produção e o consumo da natureza – “dos lugares” do turismo – criam contraditoriamente sua própria destruição.

Dessa maneira, entendes-se que o turismo é uma atividade sistêmica, que atua sobre outros sistemas, ambientais e sociais, e tende a criar as condições necessárias para o seu funcionamento, mas muitas vezes essas ações, quando não são bem conduzidas, produzem (devido à retroação, atividade comum em quase todos os tipos de sistemas) sua própria destruição – como exposto na última frase da citação anterior.

4. O PENSAMENTO E A ABORDAGEM SISTÊMICA

Por se tratar de um trabalho de base sistêmica – além de considerar que o espaço geográfico pode ser analisado enquanto subsistemas, nos quais a atividade turística (a qual também é um sistema composto de várias partes) influi diretamente modificando suas características e processos evolutivos – faz-se necessário compreender a evolução e a influência dessa noção ou paradigma na ciência como um todo e na Geografia em particular, pois dessa maneira torna-se mais fácil o entendimento do que pretendeu-se fazer na presente pesquisa.

4.1 A EVOLUÇÃO DA NOÇÃO DE SISTEMAS

A noção de sistema veio substituir e complementar uma maneira de pensar anteriormente vigente na ciência ocidental, de base cartesiana e newtoniana, a qual via a realidade como possuidora de lei e ordem. Para os cientistas afeitos a essa maneira de enxergar a realidade, os fenômenos poderiam ser subdivididos em várias partes para serem analisados sem que essas subdivisões alterassem as suas características.

Com os ensinamentos advindos da física quântica no início do século XX, viu-se que o pensamento cartesiano não conseguia explicar a realidade como um todo, enquanto conjunto. Isso porque essa se apresentava “...complexa, integrada e por vezes caótica” (VICENTE & PEREZ FILHO, 2003, p. 329).

Dessa maneira, iniciou-se a mudança de paradigma no mundo das ciências “hard” (duras) – física, química etc. – abrindo-se a possibilidade de pensar que as proposições ao invés de serem contraditórias eram, ou poderiam ser, complementares, como afirmou Bohr. Portanto, “...isso exige uma nova forma de pensar, um pensamento complexo que permita abordar as contradições, em vez de tentar excluí-las” (VASCONCELLOS, 2002, p. 107).

Também no século XX, e principalmente na sua segunda metade, já com influência da física quântica, tiveram início as teorias sistêmicas com o biólogo Ludwig

Von Bertalanffy, a qual possui como ideia principal que “o todo é mais do que a soma das partes”.

De maneira diferente da ciência clássica, a Teoria Geral dos Sistemas (TGS) não busca solucionar problemas ou tentar soluções práticas, mas produzir teorias e formulações conceituais para aplicações na realidade empírica e que levem em consideração a maior parte de elementos possíveis para daí poder compreender o sistema em sua amplitude, numa visão holística/sistêmica. Os sistemas são divididos em abertos e fechados. Os sistemas abertos trocam constantemente energia e matéria com o seu meio, enquanto nos sistemas fechados isso não acontece (BERTALANFFY, 2010).

Outras duas teorias importantes para compreender o “todo sistêmico” foram as teorias Cibernética e da Informação (MORENO, 2002a; 2002b). A primeira se diferencia da TGS pelo seu objeto de estudo que são as máquinas ou autômatos. Seu idealizador, Norbert Wiener, devido ao contexto e necessidade da época, que era da criação de novas ferramentas e armas para fins militares na Segunda Guerra Mundial, conseguiu desenvolver o princípio da retroalimentação ou feedback, o qual rompeu com o da causalidade linear, dominante até então, e apresentou a ideia de círculo causal, onde: A age sobre B e B age, em retorno, sobre A. Segundo Morin (2000, p. 202):

O círculo de retroação (denominado feedback) permite, sob a sua forma negativa, estabilizar um sistema, reduzir o desvio, como é o caso da homeostasia. Sob sua forma positiva, o feedback é um mecanismo amplificador, por exemplo, na situação de agravamento dos extremos de um conflito armado. A violência de um protagonista conduz a uma reação violenta, que, por sua vez, leva a uma reação ainda mais violenta. Essas retroações, inflacionistas ou estabilizadoras, são legiões de fenômenos econômicos, sociais, políticos ou psicológicos.

Quanto à teoria da Informação, ela está intimamente ligada à Cibernética, assumindo papel de programadora dos autômatos (máquinas/robôs) cibernéticos, enviando-lhes informações para que mantenham a ordem (neguentropia) frente à desordem (entropia), dessa maneira, é a informação que controla a energia a ser gasta e o que dá independência a uma máquina (MORENO, 2002b).

Com a “reunião” dessas teorias emerge a noção de fenômenos organizados, culminando no início da Teoria da Auto-organização, tendo como foco a relação causal entre a ordem e a desordem.

Com a descoberta do princípio da “ordem a partir do ruído” (order from the noise) por Von Foerster (DUTRA-GOMES, 2008), observa-se o surgimento ou formação da ordem a partir da desordem. Os sistemas aptos a tal estado de criação, ou seja, à auto-organização, seriam apenas os sistemas abertos, os quais mantêm constante troca de matéria e energia com o meio, e a partir dessa troca realizariam a auto-organização, surgindo daí a ordem (neguentropia) a partir da desordem (entropia).

Esse mecanismo de auto-ordenamento vai além da noção de retroalimentação e de causalidade circular dos mecanismos retroativos (os feedbacks), que seriam de regulação mais simples (como as máquinas e autômatos, sistemas de refrigeração etc.), para ampliar e referir-se a mecanismos recursivos mais complexos (como sistemas ambientais ou sociais, por exemplo). Segundo Morin (2000, p. 204-205):

O princípio da recursão organizacional vai além do princípio da retroação (feedback); ele ultrapassa a noção de regulação para aquele de autoprodução e auto-organização. É um círculo gerador no qual produtos e os efeitos são eles próprios produtores e causadores daquilo que os produz. Dessa maneira, nós, indivíduos, somos os produtores de um sistema de reprodução oriundo de muitas eras, mas esse sistema só pode se reproduzir se nós próprios nos tornarmos os produtores nos acoplando.

O quadro no qual se insere a noção de sistemas se mostra como um movimento multidisciplinar que tenta restabelecer a unidade no estudo da natureza e dos seres humanos, que estaria perdido com a divisão compartimentada do conhecimento decorrente do cartesianismo. Além de ter sua origem nas teorias anteriormente citadas (TGS, Cibernética, Informação), podemos também ressaltar as contribuições da física, dando importância especial às teorias do caos e dos sistemas dinâmicos.

4.2 OS SISTEMAS E A GEOGRAFIA

“A visão sistêmica, a utilização de modelos e a submissão à lógica matemática penetraram fortemente nas ciências naturais e sociais a partir dos anos cinquenta. É neste contexto que se faz a passagem de uma geografia clássica para uma geografia dita moderna” (GOMES, 2016, p. 254). Para Dutra-Gomes (2008, p. 111), por exemplo:

A Geografia reconhece-se na nova perspectiva depois de 50 como estudando as organizações espaciais da superfície da terra em sua multiplicidade de fatores, forças, elementos e relações. Sobre esta abordagem as organizações se tornam ‘possíveis’ e não somente localizáveis. Com a teoria dos sistemas guiando a reflexão das hipóteses e formulação de modelos proporcionou-se o entendimento das estruturas, funcionalidades e organizações dos processos espaciais. Dada a complexidade envolvida, as organizações existentes, apesar de numerosas, somente constituem uma pequena parcela da infinidade de organizações possíveis de serem imaginadas e discernidas.

O desenvolvimento da análise dos sistemas geográficos apoiados em cálculos matemáticos e estatísticos forneceu a capacidade de se “antever” os sucessivos estados do sistema, de modo a estimar os comportamentos prováveis e as diferentes organizações possíveis, elaborando o entendimento dos processos e meios de prognose e planejamento para as práticas sociais (CHRISTOFOLETTI 1976; 1979; DUTRA-GOMES, 2008).

Dessa forma, através do arcabouço das teorias que compõem o pensamento sistêmico como a Teoria Geral dos Sistemas (TGS), a Teoria da Informação e a Cibernética, teve início, na Geografia, a constante elaboração e realização de testes com modelos referentes às mais variadas questões geográficas, dentre elas:

- os sistemas e as hierarquias urbanas e regionais;
- os fatores e condições de localização e distribuição das infraestruturas industriais, comerciais, públicas etc.;
- a acessibilidade de áreas de mercado;
- o planejamento de utilização do solo; as normas e padrões de povoamento;
- redes de comunicação etc.

Além disso, para os autores afeitos a essa perspectiva, a região passou a ser considerada não mais como um fim – como na Geografia Regional, bastante criticada por tais autores por ser uma ciência de síntese –, mas como um todo dinâmico e processual que se apresenta como um laboratório, no qual são testadas as teorias e as leis gerais elaboradas anteriormente.

A abordagem sistêmica propiciou, ademais, a adoção em larga escala da análise quantitativa multivariada, ou seja, um modelo explicativo que leva em consideração uma série de variáveis simultaneamente para explicar um determinado objeto de análise/observação.

Tudo isso propiciou um método cujo objetivo é avaliar um conjunto de dados multivariados, que aos moldes da ciência clássica não seria possível alcançar, além de auxiliar o cientista, nesse caso em específico o geógrafo, a tomar decisões contextualizadas com as informações disponíveis a partir do conjunto de dados elencados, tornando o trabalho mais condizente e fidedigno.

A matriz de informação espacial – Sistema de Informações Geográficas (SIG), por exemplo – foi considerada como uma etapa básica para a análise geográfica no viés sistêmico, contendo nela toda a informação quantificada (DUTRA-GOMES, 2008).

Devido ao preconceito e a uma herança das demais ciências sociais, a geografia humana foi um dos últimos ramos das ciências humanas a adotar a abordagem sistêmica, considerada por tais geógrafos como neopositivista, quantitativa etc. Isso por conta de aspectos como a contraposição ao domínio do positivismo nas ciências sociais (JOHNSTON, 1986).

No entanto, apesar das discussões e desentendimentos, a geografia teórico-quantitativa/sistemática elaborou modelos que responderam adequadamente aos questionamentos levantados no período. Por exemplo:

Para a geografia humana as propostas vincularam-se às explicações: da distribuição e hierarquias dos núcleos urbanos; da configuração dos ‘sistemas urbanos’, com as distribuições espaciais das cidades e suas inter-relações; as densidades populacionais e residenciais - a acessibilidades de áreas; entendimentos dos fatores que comandavam a distribuição comercial e da especulação imobiliária; fatores que comandam a localização das indústrias; os estudos e simulações de difusão espacial: informação, transporte, migração etc. (CAPEL; URTEAGA, 1984, p.32-40).

Já em relação aos estudos em geografia física, que permaneciam em um nível predominantemente empírico e descritivo (como na geografia regional, que foi combatida pela nova geografia), ganharam renovado e definitivo fôlego com a incorporação de modelos holísticos ligados à teoria dos sistemas, beneficiando sobremaneira os seus diversos ramos, como a Geomorfologia, a Climatologia e a Biogeografia, para citar apenas alguns exemplos.

Além disso, foi, também na geografia física, com o conceito de paisagem trazido pelas escolas alemã e francesa, e no estudo dela através do método geossistêmico (como

será visto mais a frente), que a abordagem sistêmica melhor contribuiu para essa disciplina, abrangendo, pois, o seu caráter geográfico.

A partir do esboço teórico-metodológico proposto por Sotchava (1977) e Bertrand (1972), os geógrafos procuraram desenvolver análises integradas da paisagem (DUTRA-GOMES, 2008), visto que os geossistemas “são formações naturais, experimentando, sob certa forma, o impacto dos ambientes social, econômico e tecnogênico” (SOTCHAVA, 1977, p. 9).

Para tanto, o geossistema é, como o próprio nome já revela, um conjunto de elementos ou fatores em interação (naturais e antropo-sociais), os quais influenciam e modificam a estrutura e especificidade das paisagens. E, como exposto acima, foi através da noção e conceito de geossistema que o arcabouço teórico e metodológico da noção de sistema melhor contribuiu e foi utilizado na seara geográfica (DUTRA-GOMES, 2008).

Em resumo, as principais contribuições que o pensamento sistêmico/complexo trouxe à geografia foram as noções de incerteza, de caos, de não-linearidade, de diversidades, de variabilidades espaciais, climáticas, pedológicas, hidrológicas, humanas, econômicas, sociais etc. Em síntese, houve a “flexibilização” dos conceitos, ressaltando-se o papel do caos, das instabilidades, das flutuações, das bifurcações com a quebra da simetria temporal, da propriedade criativa e organizacional da matéria, abrindo caminho, portanto, para o “fim das certezas” no pensamento geográfico (LEMOS; SOUZA; DINIZ, 2020; DUTRA-GOMES, 2008).

4.3 O MÉTODO/MODELO GTP (GEOSSISTEMA – TERRITÓRIO – PAISAGEM) E SUA CONTRIBUIÇÃO NESTE TRABALHO

Essa ferramenta procedimental (o GTP) faz parte de um corpo teórico-metodológico mais amplo, o da Teoria Geral dos Sistemas (TGS), proposta inicialmente pelo biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy em meados do século XX (BERTALANFFY, 2010; MORENO, 2002a; MORENO, 2002b).

Os preceitos de tal teoria reverberaram em todos os campos do conhecimento e não foi diferente no seio da ciência geográfica. Tais considerações iniciaram sua fase de destaque em tal disciplina por volta de meados dos anos 1960, tendo como principais

expoentes autores como Viktor Sotchava (União Soviética) e Georges Bertrand (França), e seguem influentes até os dias atuais.

Como é de praxe na geografia, deu-se um “nome geográfico” à nova linha de pesquisa, a qual passou a ser chamada de Geossistema, que visa compreender os fenômenos de maneira holística, entendendo a realidade enquanto um conjunto de processos que acontecem em comunhão e alteram ou remodelam os espaços.

Tradicionalmente, os estudos ligados à corrente geossistêmica enfatizaram, principalmente, as variações e dinâmicas espaciais de caráter ambiental. Isso ocorreu, pois esse conceito teve grande sucesso na geografia soviética, na qual os geógrafos tinham medo de enveredar pelas análises e debates sociais, visto que poderiam ser perseguidos pelo partido comunista por “desvios ideológicos”, como afirma Claval (2014):

(...) os jovens inscritos no partido comunista estão muito conscientes do risco que correm ao orientarem-se para a geografia humana: o risco de serem acusados de desvios ideológicos é muito superior ao que se corre quando se fala das formas do relevo ou das formações vegetais. François Durand-Dastès diz claramente: é esta ameaça que o leva a estudar o clima da Índia em vez das realidades sociais, econômicas e culturais do subcontinente (CLAVAL, 2014, p. 261).

No entanto (voltando a falar sobre o assunto do início do parágrafo anterior), vale salientar que essa realidade vem mudando, pois há trabalhos que tentam relacionar, por exemplo, os geossistemas e o espaço urbano, como em Corrêa (2006).

O GTP é descendente das escolas citadas anteriormente e constitui-se como uma proposta metodológica para a avaliação de áreas. Todavia, apesar de herdar características da frente geossistêmica (a qual, como foi destacado no parágrafo anterior, privilegia as dinâmicas e aspectos ambientais), o modelo-método GTP ressalta, também, alguns traços e peculiaridades a mais, como:

- as problemáticas de caráter político, econômico, de poder etc., as quais fazem parte do arcabouço teórico-metodológico da categoria analítica Território;
- e as características de pertencimento, afetividade, mundos vividos, imaginário espacial etc., as quais estão ligadas, principalmente, às categorias Paisagem e Lugar (mas que ficaram representadas nesse método apenas pelo “P” de Paisagem, com ausência do “L” de lugar).

É provável que Georges Bertrand, o propositor desse “método”, tenha seguido tal caminho devido à forte tradição geográfica de seu país (França), o qual sempre incorporou ou contribuiu para com os estudos sociais/humanos nos trabalhos e debates de tal disciplina. E, desse modo, se evitaria que a “geografia ambiental/física” “esquecesse” os impactos sociais na evolução das paisagens, focando apenas, ou maiormente, os processos físico-ambientais.

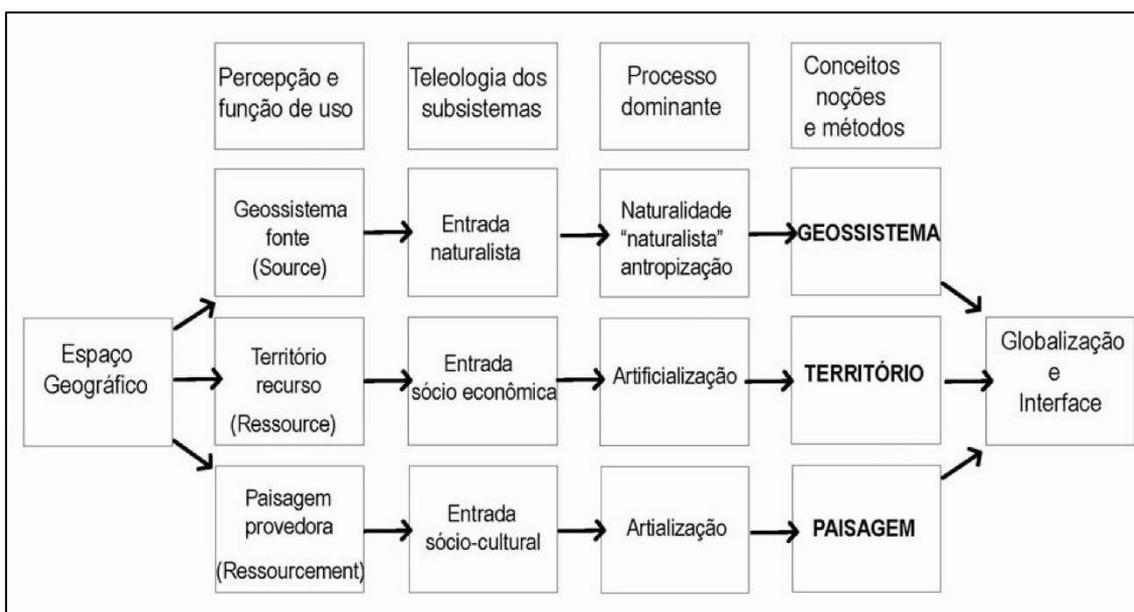
Vale ressaltar ainda que, como o próprio autor destaca:

O sistema GTP não esgota a totalidade da paisagem. O mesmo ocorre com o geossistema e o território que encontram alhures seu pleno desenvolvimento (CL. & G. BERTRAND). O que conta aqui antes de tudo é reaproximar estes três conceitos ou noções para analisar como funciona um meio ambiente geográfico na sua globalidade. Trata-se então, essencialmente, de apreender as interações entre elementos constitutivos diferentes e, muito especialmente, de ver como interagem a paisagem, o território e o geossistema (BERTRAND; BERTRAND, 2009, p. 335).

Ou seja, apesar do GTP ser categorizado como uma metodologia ele é, na verdade, uma maneira de fazer o pesquisador “abrir a mente” e entender que para que a sua análise identifique, leia e descreva a realidade da maneira mais completa possível é necessário que se faça uso de categorias que se complementem e o auxiliem a ter uma visão generalizante do espaço em análise e dos elementos que nele se encontram e interagem entre si. Como destacam Bertrand e Bertrand (2009, p. 335):

O Geossistema, conceito naturalista, permite analisar a estrutura e o funcionamento biofísico de um espaço geográfico tal como ele funciona atualmente, ou seja, com seu grau de antropização (CL. & G. BERTRAND). O Território, conceito bem conhecido dos geógrafos, que permite aqui analisar as repercussões da organização e dos funcionamentos sociais e econômicos sobre o espaço considerado. A Paisagem, enfim, que representa a dimensão sociocultural deste mesmo conjunto geográfico.

FIGURA 3



Esquema do Sistema GTP. Fonte: Adaptado de Bertrand e Bertrand (2009, p. 338).

Fica claro, então, conforme as citações e o esquema acima, que o GTP é uma ferramenta que tenta auxiliar o pesquisador a compreender, o máximo possível, como funciona determinado sistema territorial analisado em sua globalidade através da perspectiva geográfica.

Nos tópicos a seguir, serão expostas breves considerações sobre os conceitos/categorias desse modelo e sob quais perspectivas eles serão encarados neste trabalho.

4.3.1 O Geossistema

Como vimos nos parágrafos anteriores, a noção de sistema penetrou fortemente na Geografia, principalmente na segunda metade do século passado, tendo como grande expoente para tal a noção ou conceito de Geossistema, proposta por autores como Sothava (1977) e Bertrand (1972). Entretanto, as formulações teóricas em volta desse conceito não são homogêneas, e é isso que trataremos a seguir, expondo algumas diferenças básicas entre as noções de Geossistema em Sothava e em Bertrand.

De início, existia uma diferença fundamental na concepção de geossistema entre Bertrand e Sotchava, ou seja, mesmo ambos utilizando a mesma palavra ou grafia o entendimento diferia.

Na década de 1960, Bertrand utiliza a palavra geossistema para se referir a uma das escalas espaço-temporais da paisagem específica, abrangendo a 4ª e 5ª ordem de grandeza, abrangendo escalas espaciais da ordem de 10 a 10² km² e temporais da ordem de 10⁶ a 10⁷ anos. Com isso, percebemos que a concepção de geossistema em Bertrand, durante esse período, tem dimensões espaço-temporais bem definidas, diferentemente da de Sotchava, que é mais abrangente, indo das escalas locais até a planetária (CAVALCANTI, 2013; CAVALCANTI; CORRÊA, 2016; PASSOS, 2016).

Ao passar a ter contato com a geografia soviética através da parceria com Nikolai Beruchashvili, Bertrand revê a sua proposição inicial e passa a comungar do pensamento de Sotchava, no qual o geossistema é mais generalizante, como dissemos. Assim, ele afirma posteriormente que:

Em 1964-1965, nós havíamos definido o geossistema como uma unidade taxo-corológica, dentre outras: geótopo, geofácies, geossistema, região natural, domínio geográfico, zona). O geossistema representa um espaço natural homogêneo dividido em geofácies. (...) Em um esforço de uniformização conceitual e de simplificação da linguagem, nós nos reunimos com o CIMA para uma definição mais lógica, como a de V. B. Sochava, que faz do geossistema, como o ecossistema, uma abstração e um conceito (BEROUTCHACHVILI; BERTRAND, 1978, In.: BERTRAND; BERTRAND, 2009, p. 90-91).

Dessa forma, esse autor passa a compreender o geossistema enquanto um conjunto natural, o qual é formado pelas interrelações mantidas entre os componentes naturais que experimentam interferência da sociedade. Esse novo ponto de vista, além disso, é utilizado para formular o modelo Geossistema–Território–Paisagem (GTP), respectivamente associado às noções de *source*, *resource* e *resourcement* (BERTRAND; BERTRAND, 2009; 2002; PASSOS, 2016).

Sotchava foi o “pai” do termo geossistema, pois o formula em 1963, no artigo intitulado “Definição de alguns conceitos e termos da geografia física”, definindo-o como: “unidade natural de todas as categorias possíveis, do geossistema planetário (envelope geográfico ou ambiente geográfico em geral) ao geossistema elementar (fácies físico-geográfica)” (SOTCHAVA, 1963, p. 53 apud CAVALCANTI; CORRÊA, p. 6).

Por isso, a proposta de Sotchava difere da primeira concepção de Bertrand nos anos 1960, mas que veio a sofrer alteração com o GTP.

Diferentemente de uma escala espacial bem definida, como é o caso da proposta de Bertrand de antes (não mais no modelo GTP), a conceituação de Sotchava é genérica, na qual o geossistema pode possuir uma ampla gama de dimensões espaciais na superfície terrestre, indo desde a fácies físico-geográfica até o envelope geográfico (toda a superfície planetária) (CAVALCANTI; CORRÊA, 2016, p. 6).

Contudo, como foi visto, voltamos a afirmar, para que fique bem claro, que Bertrand abre mão de sua definição anterior e abraça a concepção soviética, na qual se baseia para formular seu modelo de análise integrada das relações entre sociedade e natureza, a partir das relações entre os geossistemas, o território e a paisagem (o modelo GTP).

Outra característica do pensamento de Sotchava é o de que o termo geossistema seria mais adequado ao se referir especificamente às formações naturais que se manifestam na superfície terrestre (SEMENOV; SNYTKO, 2015 apud CAVALCANTI; CORRÊA, 2016, p. 6).

Diante disso, pode-se ver que a noção ou conceito de geossistema do autor supracitado estaria ligada maiormente aos aspectos naturais da paisagem, esquecendo ou deixando um pouco de lado o caráter social, o que pode ter feito com que Bertrand tenha idealizado o GTP para que a geografia humana também fosse abrangida, conforme "solicita" a tradição francesa.

Por fim, o geossistema será considerado aqui como um conjunto natural formado pelas interrelações mantidas entre os componentes naturais que experimentam interferência da sociedade, e com uma escala espacial não muito bem definida. Dessa forma, no caso da presente pesquisa, o recorte espacial (a escala espacial) é uma formação rochosa que sofreu um soerguimento e constituiu uma forma de relevo com características diferenciadas em relação às regiões do entorno, e por esse motivo a área é então definida como um brejo de altitude – pois pode ser considerado como um geossistema, com características semelhantes, devido às estruturas geológicas, pedológicas, climáticas, biológicas diferenciadas justamente pela altitude propiciada pela existência de formas acentuadas de relevo (como visto no capítulo 2).

4.3.2 O Território

No início (com destaque para o século XIX), os estudos relacionados ao território estavam ligados às influências advindas da corrente biológica ou à atuação dos Estados-Nação. O território era entendido então como suporte para as atividades da sociedade pela soma dos recursos naturais disponíveis. Contudo, a partir das transformações ocorridas, a partir da segunda metade do século XX, passa-se para “abordagens relacionais-processuais” (SAQUET, 2015, p. 17), e são reconhecidos outros níveis ou escalas de relações de poder, como esclarece Souza (2014). Dessa forma, é a partir dessa última perspectiva que será considerada a concepção ou conceito de território neste trabalho, tendo como base, principalmente, as considerações feitas por Raffestin (1993).

Para esse autor, o território, ou sistema territorial, é constituído por e a partir das relações de poder, sendo formado através de três componentes principais que interagem entre si, são eles: a população, o poder e os recursos.

A população seria, também, um recurso, à medida que sofre influência e, em grande parte das vezes, tem seu destino traçado a partir das designações e interferências do Estado ou das empresas, sendo tratada então como um bem em potencial para gerar trabalho, isto ficando claro na maneira como é tratada e na linguagem utilizada para descrever suas características nos levantamentos censitários, por exemplo.

(...) na análise da população a linguagem utilizada é composta por certos signos específicos: número, distribuição, estrutura, composição, para citar apenas os mais representativos. Poder-se-á notar que são característicos de um ponto de vista coerente em relação àqueles do território, no sentido de que a população é tomada como um recurso. Esses signos servem para identificar e caracterizar a população na condição de fator de potência. (...) [para o Estado] a população perde seu significado próprio, isto é: é concebida, e não vivenciada. Ela só tem significado pela ação do Estado. Seu significado deriva da finalidade do Estado. (...) os signos utilizados permitem muito mais definir e exprimir um potencial do que uma identificação diferenciada (RAFFESTIN, 1993, p. 26).

Mas, apesar de o Estado ser a maior organização ou poder que interfere no destino e na vida das comunidades – sobretudo nas que estão localizadas na zona rural –, ela não é a única, muitas são as organizações que tentam controlar as forças sociais, como é o

caso das empresas ou setores ligados ao turismo, que provocam, muitas vezes, movimentos de desterritorialização e reterritorialização: as inovações instaladas no território e sua difusão, provocam a desterritorialização, pois promovem mudanças e alterações no espaço e na vida da população tradicional; enquanto que a difusão contínua dessas inovações conduzem à reterritorialização e a novas relações, dessa vez dominadas pelas empresas ligadas a esse setor, como destaca Haesbaert (1995, p. 178):

(...) se a territorialização é sobretudo enraizadora, promovendo a coesão por seu caráter mais intrínseco e introvertido, é claro que ela vai estar ligada muito mais às iniciativas político-culturais de apropriação e domínio do que à dinâmica do capital, cujo caráter é intrinsecamente desterritorializador e ‘sem pátria’.

Portanto, a territorialização está relacionada à relação de identidade espacial das comunidades com o seu espaço, enquanto que a desterritorialização está relacionada às redes envolvidas na circulação do capital e condicionam a perda do território (SAQUET, 2015).

O espaço e o tempo (incluídos aí todos os seus elementos constitutivos como a própria população, os elementos naturais, o clima, a paisagem, a cultura local, o patrimônio arquitetônico etc.) são, dessa maneira, suportes para as práticas de poder, bem como trunfos (RAFFESTIN, 1993) para os agentes detentores desse mesmo poder (sejam eles o Estado ou as organizações privadas).

Bertrand e Bertrand (2009) também comungam dessa visão do sistema territorial, o qual funcionaria a partir das relações de poder, sendo os recursos naturais e humanos os principais alvos dos agentes detentores do poder.

Um exemplo de dupla exploração dos recursos naturais e humanos, é quando Bertrand, ao discutir sobre as atividades mineradoras ou “graniteiras”, destaca que “a existência de uma força de trabalho com reputação e especializada de caráter familiar, fortemente enraizada, sem nenhuma consciência reivindicativa e sindical, já possui o monopólio regional do tratamento do granito...” (BERTRAND; BERTRAND, 2009, p. 246).

No caso da comunidade existente em Serra Negra, não havia essa especialização para trabalhar com o setor turístico, mas muitos foram recrutados para servir de mão-de-

obra barata, sem remuneração adequada e sem direitos legais, pois a grande maioria trabalha como diarista.

O que torna preocupante essa relação política e de poder nos espaços é, sobretudo, a relação desigual ou assimétrica entre os atores ou agentes envolvidos nessa relação, havendo um grande prejuízo para a população local que, em troca de uma baixa remuneração salarial (que mal dá pra sustentar sua família e satisfazer suas necessidades básicas adequadamente), rompe com todo um meio simbólico e perde, por esse e outros motivos, todo contato com uma informação ou referência existencial:

Em suma, nota-se que o poder é imanente, está no interior da relação. O poder reside no caráter dominador da empresa que manipularia os dominados; reside em estratégias que combinam códigos diferentes e, de fato, opostos: territorialização *versus* desterritorialização, estabilidade *versus* instabilidade, tempo longo *versus* tempo curto, espaço concreto *versus* espaço abstrato (RAFFESTIN, 1993, p. 95).

O sistema Serra Negra (ou o sistema territorial Serra Negra) seria, conforme o que vimos em Raffestin e em Bertrand, formado através de três componentes principais que interagem entre si, são eles: a população, o poder e os recursos. O primeiro e o terceiro componentes, a população e os recursos socioculturais e ambientais (o clima, a paisagem local, a cultura, a vegetação, a arquitetura etc.), respectivamente, são recursos “controlados” ou sob a forte influência do poder, tanto do Estado, como das empresas instaladas com o advento do turismo.

A relação com a matéria é política, no sentido de que [ela] é um produto coletivo. A relação interessa ao acesso de um grupo à matéria. Esse acesso modifica tudo de uma só vez, tanto o meio como o próprio grupo. Toda relação com a matéria é uma relação de poder que se inscreve no campo político por intermédio do modo de produção (RAFFESTIN, 1993, p. 225).

Para tanto, o conceito de território está intimamente ligado às relações de poder travadas no espaço pelos diversos agentes que contribuem para a sua composição e é sob essa perspectiva que será encarada a categoria território, para que sejam analisadas as observações feitas no recorte espacial ora em análise e ao longo deste trabalho.

4.3.3 A Paisagem

Após a década de 60, nos mais variados ramos das ciências humanas, houve uma maior adesão às perspectivas que valorizaram os aspectos ligados às atitudes, opiniões e julgamentos dos grupos humanos acerca do meio em que vivem. De acordo com Dutra-Gomes (2008, p. 117):

Viu-se que os homens se comportavam e se moviam num universo pessoal organizado em torno de si mesmo, e limitado a sua esfera histórica e imediata de informação e atuação habitual: casa, bairro, escolas, a cidade, região etc. Neste domínio do real as distâncias métricas não teriam o mesmo valor rígido para a esfera perceptiva do que para a esfera material-métrica: uma pessoa poderia muito bem conhecer mais uma cidade e região localizada a 500 km de sua situação atual, caso tenha algum vínculo com o lugar (empregatícios, parentescos, informação etc.), do que outra localizada a 50 km mas por ela desconhecida.

Ficou, portanto, cada vez mais confirmado que uma mesma realidade pode ser percebida de diferentes formas por diversas pessoas/sujeitos. O estudo dessas imagens e dos seus desvios entre si e com a realidade, assim como os fatores que as influenciam, passaram a ser de amplo interesse para pesquisadores (MENDOZA; JIMÉNEZ; CANTERO, 1988; CAPEL; URTEAGA, 1984).

Na Geografia, por exemplo, o conceito de espaço passa a ser o de espaço existencial, deixando de ser excessivamente geométrico, para ser definido pelas intenções e metas do homem, sendo medida pela sua conectividade emocional, em termos de importância do lugar para o indivíduo como “centro de significação”. As espacialidades param, assim, de ser obtidas somente pela objetivação da ciência racionalista, de forma que, propriedades espaciais como fluxos, hierarquias, distâncias etc., deixam de ser descritas apenas em termos numéricos (DUTRA-GOMES, 2008).

Um dos precursores desse movimento na Geografia foi justamente Éric Dardel, em 1952, com sua obra “O homem e a terra: natureza da realidade geográfica”. Contudo, sua contribuição só obteve notoriedade anos depois, devido às dificuldades (naquela época) de se encontrar tal texto – problema resolvido posteriormente – mas mesmo assim foi e ainda é uma das mais importantes, senão a mais, para os geógrafos que se interessam pelas questões de afetividade espacial, ou humanísticas.

A paisagem em Dardel (2015 [1952]) se associa tanto ao conceito por ele criado, chamado de *geograficidade*, quanto ao conceito de *lugar*, que expressam “a própria essência geográfica do ser-e-estar-no-mundo (...) [esta associação] tem sítio fértil, permitindo uma compreensão fenomenológica da experiência geográfica” (Eduardo Marandola Jr. In: DARDEL, 2015, p. XII). Para que fique claro, é nesse sentido que pretende-se considerar o conceito e/ou categoria de análise denominada de *paisagem* neste trabalho.

Como veremos a seguir, Bertrand, em seu sistema GTP, também comunga em vários aspectos com as proposições “Dardelianas”, visto que através do “P” (paisagem) ressalta os sujeitos e suas apreensões espaciais, fazendo uma rica discussão acerca do tema.

A geografia de Dardel busca e revela a relação do homem com a Terra, uma “relação orgânica” (Eduardo Marandola Jr. In: DARDEL, 2015, p. XIII), necessária e indispensável, pois, para o autor, “fora de uma presença humana atual ou imaginada, não há nem mesmo a geografia física, somente uma ciência vã” (DARDEL, 2015 [1952], p. 8). Assim, “a paisagem é então, desde a origem, um produto socializado” (BERTRAND; BERTRAND, 2009, p. 172).

O homem é influenciado pelo meio ambiente ou “ambiente geográfico” ao qual pertence e faz parte:

Ele é montanhês na montanha, nômade na estepe, terrestre ou marinho. **A natureza geográfica o lança sobre si mesmo, dá forma a seus hábitos, suas ideias**, às vezes a seus aspectos somáticos (...) repartidas por seu hábitat, tomadas como centro de interesse, essas regiões têm um sentido primeiramente do vivido e um valor afetivo (...) espaço que engloba o espaço material, mas muito próximo, sem nenhuma dúvida, do espaço geográfico concreto que do espaço geométrico (DARDEL, 2015 [1952], p. 9-13).

Ou seja, a geografia de um lugar ou de uma paisagem é o que ajuda o homem a formar as suas características comportamentais. Por exemplo, “aqueles que lidam com a floresta e os pastores vivem duas imagens diferentes, senão contraditórias, da mesma floresta” (BERTRAND; BERTRAND, 2009, p. 218).

Cada um tem seu lugar e seu papel em função de sua cultura, de suas percepções e, sobretudo, de seus projetos paisagísticos (...) um mesmo indivíduo (ou uma mesma categoria social) pode ter, em circunstâncias

diferentes, atitudes diametralmente opostas a respeito de uma mesma paisagem (BERTRAND; BERTRAND, 2009, p. 336).

À vista disso, podemos dizer, por exemplo, que o olhar de um grande latifundiário produtor de cana de açúcar é diferente do olhar do cortador de cana, apesar dos dois observarem a mesma paisagem.

Daí deriva a importância de se analisar ou compreender as alterações realizadas nos quadros ambientais e territoriais que, como consequência, modificam as relações espaciais e sentimentais dos sujeitos com o seu lugar. Pois perder o *lugar* de sua existência ou a sua “localização” é se sentir “sem direção”, criando um sentimento de “impotência” e “imobilidade”, por isso, “novamente a geografia, sem sair do concreto, empresta seus símbolos aos movimentos interiores do homem” (DARDEL, 2015 [1952], p. 14).

Nesse sentido, a paisagem “acompanha o triunfo da imagem e da sensibilidade, do formal e das aparências, do efeito-decoração e do efeito-imagem. Criadora da identidade, ela participa do patrimônio dos indivíduos e das sociedades” (BERTRAND; BERTRAND, 2009, p. 211).

Dessa maneira, podemos perceber que o espaço geográfico não é apenas perceptível ou apreendido pelo “intelecto” humano, mas também pela imaginação criativa que tenta criar uma base terrestre em que possa se apoiar, e que às vezes, pela falta dessa, “irrealiza”³ o mundo à sua maneira, vontade e necessidade, uma espécie de sonho bom que melhora ou o afasta da realidade atual indesejada.

Assim, os elementos físicos da paisagem ou da Terra “não agem apenas sobre nossos receptores oculares. Há uma experiência concreta e imediata onde experimentamos a intimidade material da “crosta terrestre”, um enraizamento, uma espécie de *fundação* da realidade geográfica (DARDEL, 2015 [1952], p. 14-15).

³ Este termo é devido a Sartre, como nos esclarece François Nouldelmann, em “L’Imagination”: “Uma das principais contribuições de Sartre à fenomenologia da imaginação refere-se à definição da **consciência imaginante** (*imageante*): para que uma consciência possa imaginar, é necessário que transcenda o mundo e o coloque à distância. A possibilidade de imaginar implica uma ‘irrealização’ (*irréalisation*) que permite se presentificar (*présentifier*) uma coisa ou uma pessoa a título de sua ausência. Na sua intenção mesma, a consciência visa o objeto ainda que ausente, ela o ‘nadifica’ (*néantise*). A partir de um representante análogo (*l’analogon*), a consciência imaginante irrealiza um objeto, que transforma em imaginário. A operação vale tanto para o produtor das imagens, o que imagina o seu amigo ausente, quanto para o observador que recompõe as figuras de um quadro” (DARDEL, 2015 [1952], p. 15).

Para tanto, faz-se necessária uma abordagem mais flexível ou mais abrangente às investigações científicas, nesse caso à geográfica, permitindo, então, uma “fenomenologia do espaço [na qual] o espaço concreto da geografia nos libera do espaço, do espaço infinito, desumano do geômetra ou do astrônomo. Ele nos coloca no espaço em nossa dimensão, em um espaço que se dá e que responde, espaço generoso e vivo aberto diante de nós” (DARDEL, 2015 [1952], p. 24-25). Nesse sentido, Bertrand e Bertrand (2009, p. 226) convergem com essa perspectiva ao considerar que:

O meio ambiente consiste no conjunto dos elementos externos que rodeiam a sociedade e que interagem com ela; a paisagem é, ao contrário, uma produção interna, nascida da sociedade e conferindo uma existência social àquilo que se encontra em contato com o envelope externo desta, ou seja, a interface sociedade-natureza.

A análise da paisagem, segundo a ótica “Dardeliana”, deve compreender o conjunto que circunda o homem e que se exterioriza como imagem (ou paisagem), por isso a indispensabilidade de se ouvir os sujeitos que são os principais “criadores” de paisagens, sobretudo irrealis, como vimos acima, pelo contato cotidiano com o espaço local, o seu lugar por excelência, pois ela (a paisagem) “é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, “uma impressão”, que une todos os elementos” (DARDEL, 2015 [1952], p. 30).

Além disso, “ela coloca em questão a totalidade do ser humano, suas ligações existenciais com a Terra, ou, se preferirmos, sua *geograficidade* original: a Terra como lugar, base e meio de sua realização. Presença atraente ou estranha, e, no entanto, lúcida (DARDEL, 2015 [1952], p. 31). E, geralmente, nas pesquisas sobre a paisagem coloca-se de lado os aspectos socioculturais por serem mais difíceis de tratar, mas isso faz-se necessário, visto que ela (a paisagem) está entre as esferas científica e cultural, ou seja, no entremeio.

(...) do ponto de vista científico e cultural, a paisagem é ao mesmo tempo uma realidade concreta (árvore, nuvem, cimento, betume) e uma representação social. Ela releva, então, ao mesmo tempo, das ciências da natureza e das ciências da sociedade. Esta posição no entroncamento impõe uma forma de interdisciplinaridade, desenvolvida de uma parte e de outra de um limite epistemológico maior. A dimensão cultural, no entanto, essencial, é particularmente difícil de levar em conta e, sobretudo, de combinar com os outros procedimentos científicos. Ela é ignorada ou isolada. Nos dois casos, ela é separada da realidade

ecológica e econômica da paisagem (BERTRAND; BERTRAND, 2009, p. 289).

A presença humana é que dá sentido à paisagem, é o homem quem significa e valora o espaço ao qual pertence e edifica. “Há, na paisagem, uma fisionomia, um olhar, uma escuta, como uma expectativa ou uma lembrança. Toda espacialização geográfica, (...) comporta também uma temporalização, uma história, um acontecimento (DARDEL, 2015 [1952], p. 32).

A realidade geográfica é, para o homem, então, o lugar onde ele está, os lugares de sua infância, o ambiente que atrai sua presença. Terras que ele pisa ou onde trabalha, o horizonte do seu vale, ou sua rua, seu bairro, seus deslocamentos cotidianos através da cidade. A cor, o modelado, os odores do solo, o arranjo vegetal se misturam com as lembranças, com todos os estados afetivos, com as ideias, mesmo com aquelas que acreditamos serem as mais independentes. Mas essa realidade não toma forma senão em uma irrealidade (*irréalité*) que ultrapassa e a simboliza. Sua “objetividade” se estabelece em uma subjetividade, que não é pura fantasia. Que a denominemos sonho ou devoção, um elemento impulsiona a realidade concreta do ambiente para além dele mesmo, para além do real, e, então, o saber se resigna sem culpa a um *não saber*, a um mistério (DARDEL, 2015 [1952], p. 34).

E pode acontecer que durante a sua existência, uma ruptura profunda quebre essa íntima relação com a sua terra natal, provocando uma alteração emocional intensa e com sérias consequências negativas, podendo-se “produzir, sob o efeito de um choque emocional, uma reorganização dos espaços em unidade” (DARDEL, 2015 [1952], p. 36), o mesmo lugar mudando assim de valor segundo o sujeito observador ou conforme a mudança dos elementos da paisagem, por exemplo.

Propriamente dizendo, a paisagem não existe enquanto tal, no terreno. Ela é uma criação, ou mais exatamente uma recriação permanente cada vez que um ser pensante, dotado de sensibilidade e de memória, rico de sua cultura e dos valores que lhe são associados, olha um objeto material, flor ou construção, lixo público ou circo de Gavarnie. A representação paisagística elabora-se a partir de um vai-e-vem entre sujeito e um objeto. Retomando uma frase do cineasta Eric Rohmer, (quando olhamos um rosto, vemos apenas sua metade) nós diremos que quando nós olhamos um território, nós vemos apenas sua metade. A outra parte está calcada no nosso espírito e coração. A paisagem é, então, por essência, um produto, ou mais exatamente, um processo de interface, ao mesmo tempo sujeito e objeto, natural e cultural, individual e social (BERTRAND; BERTRAND, 2009, p. 289).

Pelo exposto nos parágrafos anteriores, fica clara qual a abordagem será utilizada para tratar a paisagem neste trabalho, ou seja, aqui esse conceito está associado aos conceitos de *geograficidade* e de *lugar*, os quais tentam expressar a relação de afetividade dos sujeitos com o seu espaço.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apesar de o GTP ser o principal norte teórico-metodológico deste trabalho, não será o único, pois apesar da grande contribuição de Bertrand com esse modelo, algumas críticas positivas devem ser feitas e alguns passos a mais devem ser dados para compreender a dinâmica espacial de maneira holística, como o que destacaremos a seguir.

Em seu livro “Uma Geografia Transversal e de Travessias” (2009; 2002), Bertrand realiza uma minuciosa descrição e análise dos impactos resultantes da exploração ambiental, como, por exemplo, da atividade mineradora (“sistema graniteiro”) no Sidobre, região ao sul da França, tanto no quadro natural quanto como em relação ao territorial, que destaca as relações de poder, e ao aspecto paisagístico, que revela o caráter de afetividade espacial por parte dos sujeitos de tal localidade e como esses foram atingidos por tais atividades.

Contudo, acreditamos que ele realizou – como a maioria de nós geógrafos e demais cientistas sociais ligados à área do planejamento socioespacial – uma “visão (apenas) de sobrevoos”, como diria Marcelo Lopes de Souza (2007; 2016), visto que, em relação às questões ambientais, territoriais e paisagísticas, Bertrand não utiliza ferramentas de pesquisa (ou uma escala de análise mais próxima da realidade vivida) que escutem, ou deem voz à população local, por exemplo, e esse é um dos intuitos do presente trabalho.

Esse ponto de vista é defendido, pois a pesquisa socioespacial e/ou “as ciências sociais (...) Não precisam distanciar-se tanto do cotidiano (...) Não precisam tratar a população apenas como objeto” (DEMO, 1995, p. 35), demonstrando-as, por exemplo, meramente em mapas, gráficos e/ou tabelas, com índices de emprego/desemprego, renda, migração etc., as pessoas precisam ser, também, ouvidas, revelando as práticas cotidianas, as alterações sofridas na sua identidade cultural ou espacial, etc.

A vista disso, além de manter a “qualidade formal” (DEMO, 1995), como “a propriedade lógica, tecnicamente instrumentada, dentro dos ritos acadêmicos usuais: domínio de técnicas de coleta, manuseio e uso de dados; capacidade de manipular bibliografia; versatilidade na discussão teórica; conhecimento de teorias, de autores (...)”

(DEMO, 1995, p. 21) etc., – os quais proporcionam ao trabalho o caráter de cientificidade⁴ – desejamos e tentaremos, também, incorporar a “qualidade política” (DEMO, 1995), discutindo “sobre a possibilidade de (...) estabelecimento de políticas sociais mais efetivas, na implantação de um estado de direito, na solidificação de uma sociedade mais democrática” (DEMO, 1995, p. 25).

Desde o princípio, desejava-se realizar uma “adaptação”, ou seja, adequar os estudos realizados por Bertrand, como no Sidobre – o qual sofreu impactos advindos da atividade de mineração/extração do granito, à pesquisa sobre as pressões e reorganizações propiciadas, desta vez, pela atividade turística em Serra Negra.

Para tanto, neste estudo, foram adotadas algumas medidas, as quais ajudaram a compor os objetivos (geral e específicos) almejados e o quadro geral da avaliação dos impactos/pressões/alterações sofridos por essa localidade ao longo de pouco mais de vinte anos, no âmbito do Geossistema, do Território e da Paisagem, nos aspectos elencados/considerados, os quais serão descritos a seguir:

1) **Fundamentação Teórica:** Como na totalidade dos trabalhos científico-acadêmicos, a primeira fase do trabalho foi composta de pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórico-metodológica a respeito dos temas e conceitos sobre abordagem integrada (tais como as Teorias Sistêmicas na Geografia), com destaque para as que fazem parte do método/modelo proposto por Bertrand, que referenciarão os procedimentos teóricos e empíricos, ou seja, buscamos a evolução do pensamento e das discussões das noções de Geossistema, por exemplo, em autores como Sotchava (1977), de Território em Raffestin (1993) e de Paisagem com Dardel (2015 [1952]) na geografia em geral, e também focamos no exame e considerações dessas mesmas concepções inseridas no pensamento e método “tripolar” GTP de Bertrand, isto é, como o autor encara esses três conceitos dentro dessa perspectiva de análise integrada que propôs em Bertrand e

⁴ como com “a) **coerência:** [que] significa sua propriedade lógica, ou seja: falta de contradição; argumentação bem estruturada; corpo sistemático e bem deduzido de enunciados; desdobramento do tema de modo progressivo e disciplinado, com começo, meio e fim; dedução lógica de conclusões. (...); b) **consistência:** [que] significa a capacidade de resistir a argumentações contrárias; difere da coerência porque esta é estritamente lógica, enquanto a consistência se liga também à atualidade da argumentação. (...); c) **originalidade:** [que] significa produção não tautológica, ou seja, inventiva, baseada na pesquisa criativa, e não apenas repetitiva.; e d) **objetivação:** [que] significa a tentativa – nunca completa – de descobrir a realidade social assim como ela é, mais do que como gostaríamos que fosse. Como não há conhecimento objetivo, não existe o critério de objetividade, que é substituído pelo de objetivação. (...)” (DEMO, 1995, p. 20).

Bertrand (2009 [2002]) e Bertrand (2008). Essas leituras serviram de auxílio, por exemplo, na visualização das dinâmicas que envolvem o objeto de pesquisa durante as saídas a campo, bem como no tratamento dos dados coletados.

2) **Geossistema:** para os estudos relacionados às dinâmicas ambientais, optou-se por avaliar um elemento que compõe o geossistema, a vegetação – com isso, no entanto, não se quer dizer que esse e outros geossistemas, tomados nas mais variadas escalas de análise, são compostos por apenas um elemento, pelo contrário, os geossistemas são compostos pela interrelação de várias partes, como os elementos pedológicos, climáticos, geomorfológicos etc., aliadas ainda ao uso socioeconômico da terra, e é, portanto, todo esse conjunto de fatores e componentes que dá forma a uma determinada paisagem. Essa é a principal característica do pensamento sistêmico e/ou complexo, a ideia de que tudo é/está tecido em conjunto, e não poderia ser deixada de fora justamente em um trabalho de cunho sistêmico/holístico – visto que por se tratar de um brejo de altitude, o qual é uma área de exceção em relação ao seu entorno, é esse elemento (vegetação) que se destaca de maneira mais imponente e é de fácil identificação em relação aos demais. Além do mais, os “Geossistemas são policêntricos, sendo-lhes peculiares alguns componentes críticos, um dos quais é, geralmente, representado pela biota (SOTCHAVA, 1977, p. 17).

Dessa maneira, foram analisadas imagens de satélite – tendo em vista que “o sensoriamento remoto é, atualmente, umas das técnicas mais importantes para o estudo, o mapeamento e o acompanhamento das transformações na paisagem (...) cobrindo grandes áreas (...) e com intervalos de repetição – o que possibilita o monitoramento” (LUCHIARI; KAWAKUBO; MORATO, 2011, p. 232) do desmatamento, da exposição e erosão dos solos etc.– do sensor *TM* dos satélites *Landsat 5* e *Landsat 8*, obtidas através do catálogo/banco de imagens do site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

O levantamento multitemporal da cobertura vegetal da Serra Negra foi feito a partir das imagens do sistema supracitado, relativas aos anos de 1992, 2007 e 2018, respectivamente.

Em seguida, calculou-se a área e o perímetro de cada classe ao longo dos anos. As classes foram divididas em quatro partes distintas: Conservada; Parcialmente Conservada; Degradada; e Solo Exposto. Isso foi feito para compreender a evolução do quadro ambiental, visualizando quais classes aumentaram sua área e quais diminuíram.

Vale ressaltar ainda que todas as imagens analisadas são do mês de agosto – que é o mês anterior ao período seco e posterior ao período chuvoso. A adoção desse mês como referência para a aquisição das imagens se justifica, pois, conforme indica a literatura, se tem a melhor resposta da vegetação para esse tipo de análise, proporcionando maior fidedignidade ao estudo.

A interpretação desses produtos permitiu efetuar mapeamentos sob a forma de temas, nesse caso, especificamente, a vegetação, podendo nos ajudar a compreender o grau de alteração do quadro ambiental, com destaque, como dito anteriormente, para o índice de vegetação, analisando sua diminuição ou aumento e demonstrando mais significativamente as perdas e/ou os ganhos ambientais.

3) **Território e Paisagem:** Para a dinâmica territorial e paisagística, foram utilizados dois procedimentos, pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários.

A pesquisa bibliográfica foi feita a respeito das políticas públicas que incentivaram a prática do turismo na região, como o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), ambos nos anos 1990 – este último visou “aplicar um modelo de gestão da atividade turística com base na escala municipal, uniformizando diretrizes para os municípios planejarem o desenvolvimento do turismo e busca de maior profissionalismo e eficiência econômica na administração do turismo doméstico” (CANDIOTTO; BONETTI, 2015) e talvez seja o que teve maior impacto por ser o primeiro a ser aplicado no município de Bezerros e, conseqüentemente, em Serra Negra – e o Programa Nacional de Regionalização do Turismo, já em meados dos anos 2000.

Os questionários foram aplicados com os moradores, sendo considerados, para o aspecto territorial, por exemplo, aspectos infraestruturais (emprego, renda etc.), bem como os conflitos gerados, relacionados com as questões políticas e de poder e com a implementação das práticas turísticas.

Para as dinâmicas paisagísticas, culturais ou de pertencimento espacial, foram aplicados questionários, bem como foram feitas entrevistas abertas, junto aos moradores (sobretudo aos mais antigos) com o intuito de, através da relação de suas representações com os fatos históricos ocorridos ao longo dos anos, entender e melhor explicitar se as mudanças ocorridas na paisagem/lugar foram significativas, e se foram positivas ou negativas.

Os questionários e entrevistas foram realizados no período de janeiro a setembro de 2020. O roteiro das entrevistas/questionários, ou seja, as questões que guiaram as interlocuções junto aos sujeitos, para compreender tais ocorrências, foi incorporado no mesmo esquema que ajudou na compreensão das dinâmicas territoriais, ou seja, foram feitas conjuntamente e se encontram nos apêndices deste documento. Apenas as questões das entrevistas abertas que não se encontram no apêndice.

Cada questão tentou manter um sentido convergente ao que se pretende nesta pesquisa, sem estar descontextualizada ou injustificada (VENTURI, 2011, p. 449).

O objetivo era de realizar entrevistas com cerca de 10% (dez por cento) da população tradicional residente atualmente na vila de Serra Negra – que possuía 317 habitantes em 2014, segundo Pernambuco (2014a, p. 136), mas hoje esse número gira em torno de 150 a 250 pessoas, segundo os próprios moradores – sem contar com os turistas ou moradores de temporada, veraneio ou de segundas residências. E é consenso que o número adequado de entrevistados seja no mínimo de dez por cento da população alvo. No entanto, a quantidade de entrevistas foi superior ao número inicialmente proposto, com 31 (trinta e uma) no total, o que é positivo – pois atende aos 10% da população, segundo os dados oficiais do governo do estado no ano de 2014 e supera esse percentual considerando a população atual.

Tentou-se, também, na medida do possível, realizar entrevistas abertas, com cerca de dez entrevistados. O número reduzido, desta vez, se justifica devido ao pequeno número de pessoas do povoado, também por acreditarmos que esse é razoável para demonstrar o nível de modificação local, bem como se há uma certa uniformidade, ou não, entre os relatos dos sujeitos. Pelas entrevistas serem predominantemente qualitativas, tiveram número reduzido em relação aos questionários, por exemplo, além disso “duas ou três boas entrevistas já podem ser suficientes para abordar um tema sob diferentes pontos de vista” (VENTURI, 2011, p. 457).

Apesar de termos feito o roteiro de entrevista, o mesmo manteve um caráter flexível, pois, concordando com Venturi (2011, p. 457):

A entrevista é objetiva e subjetiva ao mesmo tempo, por isso o roteiro deve apresentar certa flexibilidade; o entrevistado pode se estender um pouco mais em um aspecto e evitar outro. Assim, um roteiro deve ser constituído de apenas algumas questões relativamente abertas, para que o entrevistado possa expressar seu conhecimento e suas opiniões acerca daquele assunto.

Dessa maneira, visou-se não apenas narrar, mas interpretar os processos, pautados sobre fontes históricas, as quais “podem ser de caráter material (literatura, mapas, monumentos, arquitetura, traço urbano etc.) ou de caráter imaterial (tradições, costumes etc.)” (BACELLAR; MAIA, 2011, p. 312), e (voltando ao que se falou anteriormente) não realizar uma “visão (apenas) de sobrevoo”.

Ou seja, desejou-se ouvir as pessoas, dando-lhes o direito a fala, visto que se faz necessária uma aproximação da realidade vivida por elas para melhor entender como os processos socioespaciais interferem na sua cotidianidade e identidade.

4) **Modelo com orientações para estudos em áreas com dinâmicas semelhantes:** Por fim, organizou-se (com base nos resultados obtidos) todo esse arcabouço e elaborou-se um modelo, na verdade uma proposta de roteiro metodológico, pelo uso do método GTP e da visão sistêmica, para ajudar na análise e compreensão holística de espaços que passem por dinâmicas semelhantes, influenciadas pela atividade turística, haja vista a importância dos modelos para o auxílio nas análises geográficas, permitindo analogias, sistematização das informações, correlações etc.

2ª PARTE

Uma reflexão sobre o espaço é uma
análise da vida.

Jean Duvignaud

6. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO EM SERRA NEGRA A PARTIR DO FINAL DOS ANOS 1990 E SUAS IMBRICAÇÕES

6.1 AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO TURISMO BRASILEIRO

Para compreender como se deu a evolução do processo de *turistificação* da Serra Negra será feita, neste tópico, uma breve exposição sobre as políticas públicas do turismo implementadas pelo Estado brasileiro ao longo dos anos e como elas reverberaram no Brasil, em Pernambuco, no município de Bezerros e, por conseguinte, em Serra Negra.

O turismo, a partir da sua maior “dinamização e financeirização”, tornou-se uma política pública adotada pelos Estados capitalistas para influenciar no crescimento econômico. E por ser uma política pública, criam-se os mais variados tipos de ferramentas para gerir os bens públicos, visto que essas são indispensáveis para induzir o desenvolvimento de um país nos seus mais variados ramos, econômico, social, ambiental etc.

Contudo, por ser gerida por pessoas (e não por máquinas), as quais estão imbuídas de intencionalidade, visíveis ou não, muitas das políticas públicas (incluída aí a do turismo) são mantidas e implementadas por e através das relações de poder, com tensões e acordos entre o setor público e o privado. Muitas das vezes, também são praticados atos de corrupção para que tal aliança seja concretizada, ou para que uma ou outra empresa e/ou personagem sejam beneficiados, por exemplo.

Voltando a falar sobre as políticas do turismo... Geralmente, as políticas públicas servem como um instrumento para que sejam possíveis os investimentos privados nas áreas públicas, visto que o Estado, pela sua imensa estrutura e poder, é o responsável pela grande infraestrutura, material ou não, necessária para a implementação de meios eficazes e que deem retorno financeiro aos investidores privados. Dessa maneira, “o Estado age como impulsionador da expansão do capitalismo através das políticas públicas” (CANDIOTTO; BONETTI, 2015, p. 3).

O turismo no Brasil teve início no final do século XIX, ainda de maneira bastante tímida. É a partir da década de 1930, já na Era Vargas, que surgem as primeiras medidas a favor da atividade turística e do seu desenvolvimento.

No final dos anos 1950, mais precisamente em 1958, é criada a Comissão Brasileira para o Desenvolvimento do Turismo (COMBRATUR), que funcionou até 1962. Esse órgão era responsável por coordenar, planejar e supervisionar as ações vinculadas ao turismo para promover seu crescimento no país. Foi criado durante o governo de Juscelino Kubitschek, período em que a atividade turística começou a ganhar destaque por alguns motivos, como destaca Becker (2002, p. 187), “à energia, transporte, circulação de automóveis, estradas e à formação de uma classe média do Fusca. A classe do Fusca, que permitiu realmente uma circulação maior e se expandiu e desenvolveu o turismo”.

No ano de 1962 a COMBRATUR encerra suas atividades, dando lugar à Divisão de Turismo e Certames (DTC), que instala o Conselho Nacional do Turismo (CNT) (MELO, 2005).

Mas é em 1966 que é instituída uma política nacional para o turismo no Brasil, com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), como uma autarquia que via o turismo enquanto uma indústria importante para ajudar no desenvolvimento do país, isso em total acordo com os anseios do governo militar. Um dos papéis importantes desempenhados pela Embratur foi a criação do Fundo Geral do Turismo (FUNGENTUR), para captar recursos e investi-los nas áreas com potenciais turísticos (BECKER, 1995; 2002).

Entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1990 houve uma certa desordem nas políticas ligadas ao turismo, com a criação e extinção de vários órgãos relacionados ao setor. Um dos principais motivos para isso – entre tantos outros problemas, como a falta de segurança, de infraestrutura, competição com novos lugares etc. – foram os períodos de crise econômica enfrentados pelo país.

A título de exemplo, em 1980 o Brasil representava 0,6% do fluxo total de turismo no mundo, e ao chegar em 1990 passou a apenas 0,24%. Seus números foram fracos, também, na receita mundial do turismo, ao cair de 1,8% para 0,57% (BECKER, 2002).

É no início da década de 1990 que o turismo ganha uma nova roupagem no Brasil, através da política nacional do turismo, com a liberalização do setor, dessa maneira, esse não fica mais única e exclusivamente ligado à ação do Estado, mas também das empresas privadas. Além disso, há a descentralização do poder de decisão da esfera federal que, a partir desse ponto, passa a fazer parte e sofrer interferência também dos órgãos

regulamentadores estaduais e municipais, os quais estão mais próximos às áreas exploradas ou em vias de exploração pela atividade turística.

Outra característica que se destaca nesse período é a incorporação ou articulação do turismo com a questão ambiental, devido à criação da política nacional do meio ambiente nos anos de 1980. Com isso, criam-se laços entre o turismo e as questões ambientais, o que se reflete na política nacional de Turismo dos anos 1990 (BECKER, 2002).

Assim sendo, para o Estado, além do discurso no qual o turismo estimularia o crescimento econômico e, por conseguinte, o desenvolvimento social do país, adiciona-se agora na propaganda a fala a respeito do *turismo sustentável*, o qual impacta muito pouco o ambiente no qual se instala (CANDIOTTO; BONETTI, 2015).

Em 1991, durante a Era Collor, foi estabelecida, por meio da Lei n. 8.181/91, a Política Nacional do Turismo, que reestruturou a Embratur, a qual passou inclusive a ter uma nova denominação, chamada agora de Instituto Brasileiro de Turismo, o qual passava a ter o objetivo de fazer vingar a Política Nacional de Turismo (PNT) nos moldes do neoliberalismo, no qual o setor privado seria o combustível principal para o funcionamento das atividades econômicas (BRASIL, 1991; CAVALCANTI; DA HORA, 2002).

A Lei supracitada (8.181/91) foi a política federal de turismo mais bem elaborada até aquele momento. Pois houve: 1) articulação entre o Estado e o empresariado, promovendo o desenvolvimento e organização do setor; 2) descentralização da gestão turística, com outras esferas atuando, como os estados, municípios e as empresas privadas; 3) diversificação, distribuição geográfica e implantação de infraestrutura básica e infraestrutura turística adequada – que anteriormente estava concentrada no Sul e Sudeste – às potencialidades regionais, além de qualificação profissional (BECKER, 2002; FERNANDES, 2007; CANDIOTTO; BONETTI, 2015).

A região mais beneficiada pelos investimentos em melhoria nas infraestruturas em geral – como reformas em aeroportos e rodovias, por exemplo – foi a Nordeste, como alvo do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro (PRODETUR-NE), o qual foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (BECKER, 2002).

A escolha dessa região para ser implementado tal programa se deve às tradicionais dificuldades econômicas e sociais enfrentadas ao longo de décadas por ela. Mas esse não foi o único motivo, visto que esse projeto teve suas ações concentradas basicamente no litoral nordestino, devido às belezas naturais, com a dupla “sol e mar” na linha de frente para atrair o fluxo turístico vindo de outras regiões brasileiras e também de outros países.

Em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, tem início a Política Nacional do Turismo (PNT), a qual é formada por uma série de diretrizes, objetivos, estratégias e ações, e ficou ligada ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e à Embratur. Os principais objetivos dessa política era tanto a geração de emprego e renda através da atividade turística, quanto o desenvolvimento socioeconômico do país em geral (BRASIL, 1996; MELO, 2005; CANDIOTTO; BONETTI, 2015).

A PNT possuía 25 programas, os quais reuniam as ações ligadas ao turismo brasileiro. Dentre esses vários programas, destaca-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que foi criado com a Portaria 130, de 30 de março de 1994, por determinação do MICT, para ser executado pela Embratur com base na metodologia proposta pela Organização Mundial do Turismo (OMT) (CRUZ, 2000; MELO, 2005). No entanto, vale ressaltar que apesar do PNMT ter sido criado em 1994, ele só foi realmente oficializado em 1996, já sob a égide da PNT.

Esse programa estava estruturado em cinco princípios norteadores que ajudariam na realização de ações estratégicas. São eles: a descentralização; as parcerias; a mobilização; a capacitação; e a sustentabilidade nas ações. Em resumo, o objetivo principal do PNMT era promover o desenvolvimento da atividade turística nos municípios brasileiros, aliado ao discurso da sustentabilidade ambiental, econômica, social, cultural e política.

A prática da descentralização da gestão turística fica evidente pela estrutura adotada pelo Estado a partir daquele momento. Em nível federal, era composta pelo Comitê Executivo Nacional e pela Coordenação do PNMT, em nível estadual era composta pelo Comitê Estadual e no município pelo Conselho Municipal de Turismo.

Essa descentralização permitiu o fortalecimento dos órgãos turísticos estaduais e municipais e uma maior autonomia para a criação de seus planos de desenvolvimento do turismo local (BRASIL, 1996). No tópico seguinte (6.2) continuaremos a comentar mais

sobre o PNMT, visto que foi o principal programa implementado no município e localidade ora em análise.

No início dos anos 2000, já durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Ministério do Turismo (MTur), o primeiro criado exclusivamente para atender às necessidades da área. O ministério é formado por vários órgãos que ajudam a orientar as ações necessárias para promover e consolidar o desenvolvimento do setor no país.

O PNMT, que tinha como base a municipalização, ou seja, a escala municipal, foi substituído pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT), o qual direcionou seus objetivos para o desenvolvimento do turismo regional, ou seja, a regionalização – vale ressaltar que esse programa vigora, com atualizações ao longo dos anos, até os dias atuais.

Essa regionalização significa o ordenamento do espaço geográfico para que se torne possível e mais adequados o planejamento, a gestão, a promoção e a comercialização integrada e compartilhada da atividade turística na região em foco (CANDIOTTO; BONETTI, 2015), visto que torna-se mais difícil fazê-los na escala municipal. O PRT também tinha como princípios fundamentais a participação; a sustentabilidade, a integração e a descentralização.

No ano de 2008 é criada mais uma lei relacionada ao turismo no Brasil, chamada de Lei do Turismo, n. 11.771/2008, a qual versa sobre a Política Nacional do Turismo, define as atribuições do Governo Federal e revoga as leis anteriores, como a de 1977 e a de 1986, além de substituir alguns dispositivos/trechos da Lei 8.181 de 1991 e dar outras providências. Em 2013, o MTur torna público que pretende continuar as ações de regionalização do turismo com base no PRT e que as concepções filosóficas e conceituais do Programa não vão sofrer alterações, “os ajustes propõem qualificar a concepção estratégica, as ferramentas de gestão e incorporar mecanismos de fomento capazes de provocar e promover concepções inovadoras ao enfrentamento das fragilidades diagnosticadas” (BRASIL, 2013, p. 19).

Dessa maneira, o Estado brasileiro continuou a adotar a regionalização proposta pelo PRT em 2004. Ressalta-se, contudo, que apesar do discurso do desenvolvimento sustentável, econômico e social, “a atuação do principal órgão público promotor e regulador do turismo no Brasil (MTur) continua sendo eminentemente economicista (CANDIOTTO; BONETTI, 2015, p. 9).

6.2 O PNMT E OUTROS PROGRAMAS TURÍSTICOS EM BEZERROS E EM SERRA NEGRA

Neste tópico volta-se a discutir os programas de turismo, mas agora com foco nos que foram implementados no município de Bezerros e em Serra Negra ao longo do período analisado pela presente pesquisa.

O principal programa incentivador da atividade turística nesse município foi o PNMT, o qual deu o “pontapé inicial” e contribuiu para o desenvolvimento do turismo nessas duas localidades. Como visto anteriormente, esse programa foi criado em 1994 a nível nacional e perdurou até 2001, mas ganhou destaque com atuação mais concreta e relevante a partir de 1996 até o seu final, em vários municípios do Brasil, como em Bezerros.

Para a implementação do PNMT foi necessário inventariar o potencial turístico já existente. Dessa maneira, a Embratur identificou os municípios que tinham prioridade no desenvolvimento do turismo em todo o Brasil por meio do Roteiro de Informações Turísticas (RINTUR) (MELO, 2005).

O inventário realizado no estado de Pernambuco foi finalizado em 1995, devido à parcerias feitas entre a Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR), o Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e os 82 municípios inventariados, entre eles Bezerros (EMPETUR, 1998).

Acreditamos que Bezerros (e conseqüentemente Serra Negra) tenha entrado na lista dos municípios prioritários e com potencial de exploração turística devido – além de outros fatores, como a riqueza cultural etc. – às pesquisas e planos de desenvolvimento já realizados anteriormente para a região do Vale do Ipojuca, da qual faz parte esse município (como visto no tópico 2.2), o qual fala, por exemplo, do Plano de Recuperação ambiental das áreas de brejo e da “solução” por meio da *turistificação*, publicado décadas antes, no ano de 1974 pelo Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE).

Ou seja, já haviam estudos que indicavam o potencial turístico de Bezerros e região, e isso provavelmente facilitou a entrada deste na lista de municípios propícios ao desenvolvimento do turismo e das ações do PNMT no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Vale ressaltar ainda que, mesmo com o envolvimento de vários agentes no processo de discussão, implementação e desenvolvimento da atividade turística nos municípios (como o Estado, o setor empresarial e setores da sociedade civil), não fazia parte das pautas ou das ações concretas do PNMT o repasse de verbas/recursos financeiros direto para os municípios, visando a implantação de infraestrutura turística concreta como estradas, hotéis etc.

A principal função do programa era difundir informação e conhecimento através de conceitos, além de estimular as iniciativas através de metodologias que criassem ou recuperassem o “ânimo” ou o “fôlego” dos municípios e localidades envolvidas no projeto (BRASIL, 2002).

O processo de capacitação dos agentes de turismo pelo PNMT se deu, geralmente, por meio de oficinas de capacitação, as quais foram feitas a partir de três fases, são elas:

- 1) **Conscientização:** a primeira fase foi a capacitação dos agentes multiplicadores nacionais, estaduais e municipais para que pudessem mobilizar, sensibilizar e conscientizar a comunidade.

Desta forma, em junho de 1997 foi implementado o PNMT no município de Bezerros – por iniciativa da gestão municipal e da Embratur – a primeira oficina para treinamento dos monitores foi realizada no período de 05 a 07 de junho de 1997, no prédio do Centro Municipal de Atenção à Criança e ao Adolescente (CEMAIC), e contou com 59 inscritos dos setores público e privado, envolvido nas atividades turísticas da localidade.

Sob a orientação de Mardônio Botelho Filho, a dinâmica utilizada nas oficinas foi de exposição e diálogo, o que promoveu a participação dos envolvidos e a troca de conhecimento entre as partes envolvidas. No final da primeira oficina, as linhas de ação programadas foram determinadas (PNMT, 1997a; MELO, 2005).

- 2) **Capacitação:** a segunda fase constituiu-se da qualificação dos agentes multiplicadores dos três níveis (nacional, estadual e municipal) para orientar os vários segmentos da comunidade local, com o propósito de criar o Conselho Municipal do Turismo e do Fundo Municipal do Turismo.

A segunda oficina realizada no município de Bezerros aconteceu no período de 21 a 23 de setembro do mesmo ano, 1997. Desta vez contou-se com a participação de 60 inscritos no evento, os quais representavam os mais

variados setores envolvidos na atividade turística do município, tanto no âmbito privado quanto no público.

Os trabalhos continuaram sob a orientação do mesmo moderador, Mardônio Filho, que mediou o trabalho por meio de perguntas, mas contou também com duas representantes da Embratur, que desenvolveram quatro sessões temáticas: 1) avaliação: o que foi realizado após a primeira oficina e quais as dificuldades encontradas para realizar as ações programadas; 2) O que é um Plano de Desenvolvimento Turístico e os passos para elaborar o Plano de Desenvolvimento Turístico de Bezerros; 3) Escolha das pessoas para formar o Conselho Municipal de Turismo e legalização do Conselho junto aos órgãos competente; 4) Apresentação sobre o que é o Fundo de Desenvolvimento Municipal do Turismo, quais os seus objetivos, quais os passos necessários para a sua constituição, quais as alternativas para financiar a sua constituição. A partir das respostas elaboradas e construídas ao longo desse evento, estabeleceram-se as ações necessárias para a segunda fase (PNMT 1997b; MELO, 2005).

- 3) **Planejamento:** Nesta etapa, houve a capacitação dos agentes multiplicadores nacionais, estaduais e dos monitores municipais, os quais agiram como facilitadores na metodologia simplificada de elaboração da estratégia municipal de desenvolvimento sustentável do turismo.

A oficina desta fase realizou-se no Hotel Brisa da Serra, na cidade de Bezerros, entre os dias 03 e 07 de dezembro de 2001, e contou com 21 participantes – contudo, somente 18 participaram de maneira integral, 2 eram multiplicadores estaduais, 15 eram monitores municipais e havia também o moderador. O roteiro metodológico seguiu as orientações e foi o mesmo que o adotado pelo PNMT, baseado no método ZOO (Ziel Orientiert Projekt Planung ou “planejamento de projetos orientado por objetivos”), que é desenvolvido de maneira gradual, “em etapas lógicas, sucessivas e interligadas, com ênfase nos instrumentos do enfoque participativo, visualização e moderação” (MELO, 2005, p. 91). Os objetivos desta oficina foram: Conhecer técnicas e métodos de planejamento, sobretudo os de caráter participativo; dar início ao processo de capacitação dos monitores municipais; incentivar os participantes a tornarem-se facilitadores das oficinas de planejamento turístico promovidas pelo PNMT.

Ao final, houve uma avaliação, realizada de maneira individual pelos participantes, os quais concluíram que os objetivos da oficina e as suas expectativas em relação ao evento e a metodologia de trabalho utilizada pela equipe foram atendidos e adequados (BRASIL, 2002; MELO, 2005).

Em decorrência da implementação das três fases do PNMT no município de Bezerros, os atores locais envolvidos na atividade turística puderam compreender o quanto ela poderia ajudar na dinamização da economia se houvesse um planejamento para promover as potencialidades locais.

A partir desse momento, houve um crescimento do fluxo turístico nos períodos de carnaval (que é o maior atrativo turístico da cidade) em cerca de 80%, além de um aumento significativo no número de turistas nos demais períodos do ano, por volta de 50% (BRASIL, 2002).

Outros aspectos culturais já bastante tradicionais na cidade de Bezerros ganharam incentivo e foram trabalhados para ganhar maior destaque e dinamização com vistas a serem alvos do turismo e trazer um retorno financeiro e/ou cultural à sociedade local.

Alguns exemplos disso são: a criação da Associação dos Artesãos de Bezerros (AAB), que estimulou a confecção de máscaras de papel machê, que ficaram conhecidas nacionalmente como as Máscaras dos Papangus de Bezerros; relacionado às artes da dança e da música, houve a criação do Balé Popular Papanguarte (ou apenas Papanguarte, como é costumeiramente chamado e conhecido), que já se apresentou em várias partes do Brasil, e do Papan-Música, que oferece aulas de canto e música aos bezerrenses, em sua maioria crianças e adolescentes.

Com o planejamento das oficinas oferecidas pelo PNMT no município, aliado às potencialidades e atrativos turísticos culturais e ecológicos (alguns dos quais estão expostos nas figuras 4a a 4m) de Serra Negra – uma reserva ecológica, açudes, grutas, mirantes, formações rochosas, áreas com vegetação típica de Mata Atlântica, trilhas ecológicas, temperaturas amenas, Forró Pé de Serra etc. –, o Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura Municipal dos Bezerros uniram forças e passaram a promover, divulgar e investir na infraestrutura não só cultural, como visto no parágrafo anterior, mas também física, para melhorar as condições de acesso e permanência dos turistas.

FIGURAS 4a a 4m



4a



4b



4c



4d



4e



4f



4g



4h



4i



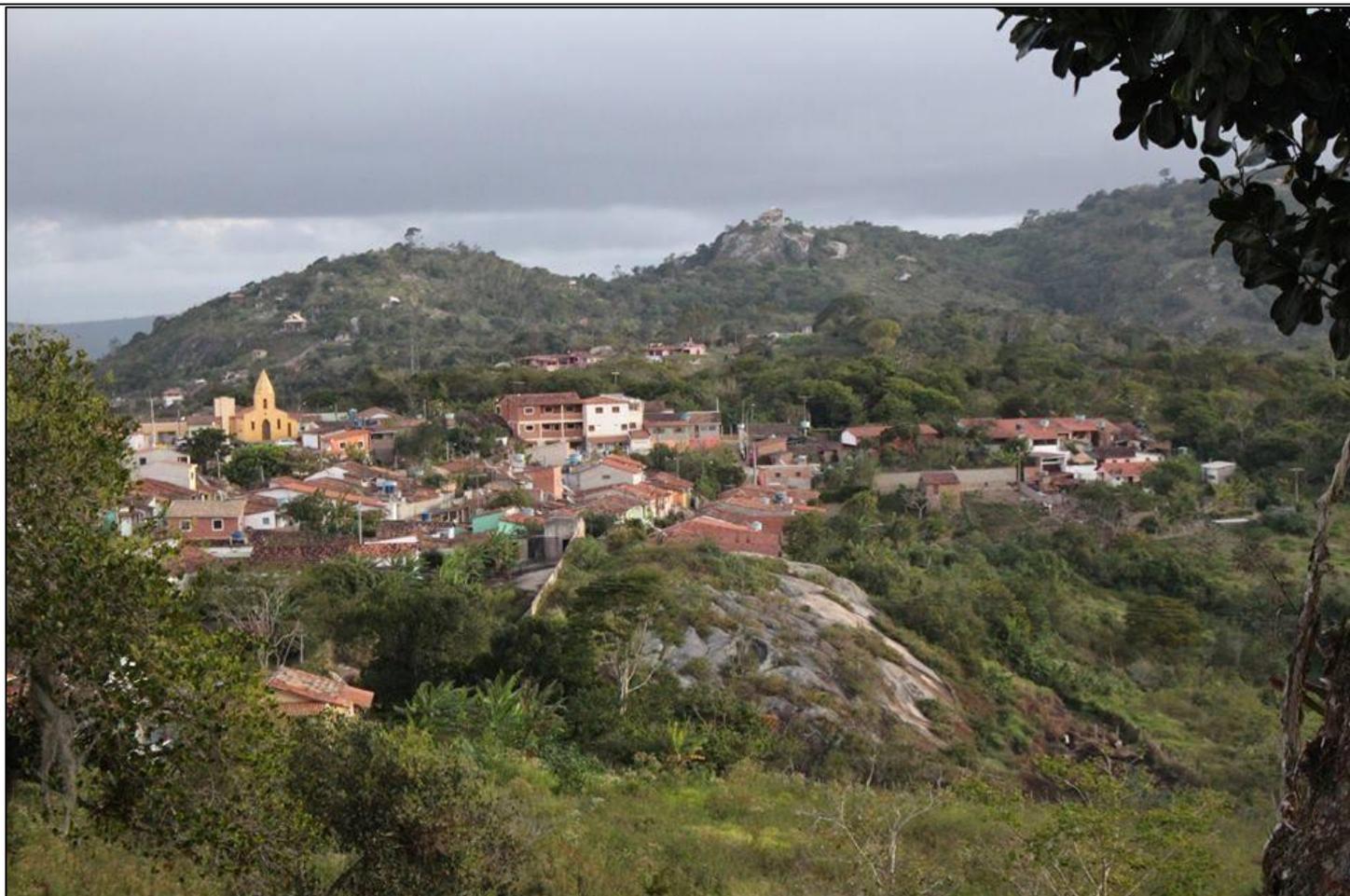
4j



4k



4l



4m

Atrativos e equipamentos turísticos de Serra Negra. **Figuras 4a e 4b:** Parque Ecológico; **Figura 4c:** Pedra da Carambola; **Figuras 4d e 4e:** Polo Cultural e Anfiteatro; **Figuras 4g, 4h e 4i:** Pousada e Camping Sítio da Pedra Solta; **Figura 4k:** Trilha Ecológica; **Figura 4l:** Exemplo de infraestrutura (condomínio) turística; **Figura 4m:** Vista parcial da Vila de Serra Negra. Fonte: fotografias do autor, 2020.

As principais estruturas físicas construídas para benefício do turismo na localidade, nesse período, foram o polo cultural – o qual é formado por um anfiteatro para a realização de eventos culturais como shows –, o Centro de Convivência dos Idosos (CCI) – o qual é formado por uma casa com espaço para exposição e divulgação do artesanato dos artistas locais, de auditório e de área de lazer –, um parque ecológico e a pavimentação das áreas mais íngremes da estrada de acesso à Serra Negra (MELO, 2005).

Isso permitiu o início das atividades ligadas ao setor empresarial de âmbito privado e, posteriormente, seu crescimento significativo e gradativo na região, com a

construção de condomínios e de pousadas com infraestrutura de alojamento das mais simples, geralmente comercializadas por moradores da localidade, às mais arrojadas.

No entanto, a partir do ano de 2002, houve a mudança da composição política que estava à frente da Prefeitura Municipal dos Bezerros, devido à sucessão do prefeito, e, com isso, o planejamento e conquistas realizados até então, ao menos os relacionados à atividade turística, foram postos em segundo plano pois estariam ligadas ao prefeito anterior e não deveriam ter continuidade na nova gestão (essa é a lógica que vigora em grande parte dos casos após a troca do gestor municipal na maioria das cidades, sobretudo do interior, devido à rivalidade no campo político).

À vista disso, foram desfeitos todos, ou quase todos, os projetos geridos pelo poder executivo municipal da época. Por exemplo, o polo cultural de Serra Negra passou a ser subutilizado, seus funcionários foram afastados, a estrutura passou a contar apenas com uma auxiliar de serviços gerais para fazer a limpeza do ambiente, e não houve mais a promoção de eventos culturais como acontecia anteriormente; além disso, o Espaço Papangu foi fechado, apesar de ser referência para o turismo local e para a sociedade do município de maneira geral (MELO, 2005).

Em meio a todos esses acontecimentos, a promoção do turismo no município de Bezerros (e em Serra Negra) retomou o fôlego a partir de outros programas de nível estadual, regional e federal: no ano de 2006, por exemplo, a criação da Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco (SETUR) o beneficiou ao listá-lo entre os presentes no plano “Pernambuco para o Mundo: Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco”, no ano de 2008; a nível regional, o município foi inserido no Polo Agreste do Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), o qual é parcialmente financiado pelo BID; e na esfera nacional esteve inserido em todas as edições (2004, 2006, 2009, 2013, 2016, 2017 e 2018) do Mapa do Turismo do PRT, na categoria Serra e Artes (SILVA; LOPES, 2019).

O Prodetur Nacional Pernambuco visa dar subsídios para o desenvolvimento de maneira integrada do turismo sustentável, ao melhorar a qualidade dos produtos turísticos do estado na estruturação em polos, como o Costa dos Arrecifes, o Agreste (do qual Bezerros e, conseqüentemente, Serra Negra fazem parte) e o Vale do São Francisco (SILVA; LOPES, 2019).

Já o plano estadual (Pernambuco para o Mundo) ajudou a reforçar a estrutura organizacional do turismo em voga desde 2004 (a qual segue firme até os dias atuais), proposta pelo governo federal a partir do PRT, e que visava promover o turismo local com base na regionalização, a partir de roteiros turísticos, do qual Bezerros e Serra Negra fazem parte.

O Pernambuco para o Mundo possui metas e diretrizes que devem ser adotadas para aperfeiçoar o desenvolvimento do setor turístico entre os anos de 2008 e 2020. As medidas tomadas por esse plano visam fortalecer economicamente as diferentes Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (RDs) por meio da integração através dos laços do turismo – ao destacar os turismos cultural, natural e de negócios –, ao promover outros destinos que estavam em fase de crescimento nesse âmbito, como Bezerros, e equilibrar a visitação que sempre esteve concentrada nas áreas litorâneas.

A partir de análises, os municípios foram divididos em áreas prioritárias com maior ou menor necessidade de ações para o desenvolvimento do turismo a curto, médio e longo prazo. Dessa maneira, os (municípios) que já eram bem estruturados e tinham maior potencial faziam parte das ações de curto prazo para alavancar ainda mais o setor nessas regiões, e os que ainda estavam por melhorar a sua estrutura organizacional do turismo seriam alvo das ações de médio e longo prazo (PERNAMBUCO, 2008; SILVA, 2010; SILVA; LOPES, 2019).

Na divisão elaborada pelo plano (figura 4), Bezerros encontra-se na área ou nível de desenvolvimento III, o qual é composto, como dito acima, por destinos com fluxo turístico que pode ser mais explorado após melhorias na organização e gestão turística.

Nível de desenvolvimento III: Composto por destinos que já têm algum fluxo turístico e apresentam potencial turístico, mas que não possuem desenvolvimento organizado. São destinos que atraem um fluxo majoritariamente local e/ou regional, mas que tem potencial para se consolidar junto a este público e, eventualmente, até mesmo atingir público nacional/internacional. O tipo e o nível de desenvolvimento destes municípios são bastante diversos, inclusive em função do tipo de atratividade de cada um deles, indo desde segunda residência até negócios. Entretanto, todos têm em comum a necessidade de uma grande estruturação, tanto em termos de estrutura física e desenvolvimento de atrativos, quanto em termos de organização estratégica. As áreas que englobam este nível de desenvolvimento são: municípios de Agreste 1 (Caruaru, Gravatá, Garanhuns, Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus) e Petrolina (PERNAMBUCO, 2008, p. 9).

FIGURA 5

	PÓLOS E MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	MUNICÍPIOS INDUTORES DE DESENVOLVIMENTO
NÍVEL I	FERNANDO DE NORONHA: Fernando de Noronha.	<i>Fernando de Noronha</i>
	REGIÃO METROPOLITANA: Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes.	<i>Recife, Olinda</i>
	IPOJUCA: Ipojuca.	<i>Ipojuca</i>
NÍVEL II	LITORAL NORTE/MATA NORTE: Goiana, Igarassu, Itamaracá, Itapissuma, Paulista, Vicência, Ilazaré da Mata, Carpina, Tracunhaém, Paudalho, Lagoa do Carro.	<i>Itamaracá</i>
	LITORAL SUL: Cabo de Santo Agostinho, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, São José da Coroa Grande, Barreiros.	<i>Cabo de Santo Agostinho</i>
NÍVEL III	AGRESTE 1: Caruaru, Gravatá, Garanhuns, Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus.	<i>Caruaru, Gravatá</i>
	PETROLINA: Petrolina.	<i>Petrolina</i>
NÍVEL IV	AGRESTE 2: Buíque, Pesqueira, Arcoverde.	<i>Buíque</i>
	SERTÃO 1: Triunfo, Serra Talhada.	<i>Triunfo</i>
NÍVEL V	Bom Conselho, Saloá, Belo Jardim, Poção, Taquaritinga do Norte, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Moreno, Camaragibe, Quipapá, São Benedito do Sul, Palmares, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande, São José do Egito, Afogados da Ingazeira, São José do Belmonte, Santa Cruz da Baixa Verde, Salgadinho.	

Tabela com os polos e/ou destinos enquadrados em cada nível de desenvolvimento do Plano.

Fonte: Pernambuco (2008, p. 10).

Os municípios que compõem o nível III recebem as ações do programa com um pouco menos de prioridade, pois ficam para segunda e terceira etapas do plano (que foi dividido em três etapas), entre os anos de 2011 a 2015 e 2016 a 2020, respectivamente. Na primeira fase, a mão de obra e os gestores ligados ao turismo deveriam ser capacitados e ações de marketing realizadas para promover os destinos; na segunda fase, deve-se capacitar a gestão pública (turística) municipal para promover qualidade e continuidade das ações, mesmo quando houver a descontinuidade na gestão do governo municipal (ou seja, a troca de prefeitos).

Voltando a falar no PRODETUR Nacional Pernambuco, as principais ações previstas para a localidade por esse programa foram: 1) Projeto de valorização turística

da Serra Negra, o qual visava ampliar as condições de uso e atratividade turística; 2) Implantação de lixeiras nas áreas de interesse turístico, para melhorar as condições de salubridade nos municípios do polo, ao investir na coleta de resíduos sólidos, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado; 3) Requalificação do acesso ao local, melhorando as condições do acesso ao distrito (PERNAMBUCO, 2014b; SILVA; LOPES, 2019).

Contudo, como será detalhado a seguir, a concretização das ações não foi realizada totalmente e deixou a desejar em vários aspectos, o que pode ter prejudicado, em parte, a promoção do turismo na localidade.

Ligados à ação 1, por exemplo, constavam uma série de projetos para valorizar ou revalorizar a Serra Negra turisticamente, como a requalificação urbana para promover o espaço cultural da localidade; recuperação das trilhas dentro do Parque Ecológico, conjuntamente com a construção de escadarias para acesso aos mirantes, sinalizações, corrimões e a construção de um centro de educação ambiental.

Ainda sobre essa ação (1), além das citadas no parágrafo anterior, relacionadas aos aspectos urbanísticos e ao Parque Ecológico, haviam mais dois projetos: uma trilha ciclística (figura 5) – na qual constava Bezerros e outros municípios do Polo Agreste, com cerca de 182,60 quilômetros de extensão, entre Gravatá, Serra Negra (Bezerros), Caruaru, Bonito e Sairé (PERNAMBUCO, 2015; SILVA; LOPES, 2019); e um teleférico, que passou por todo processo licitatório mas não chegou a ser implementado de fato.

FIGURA 6



Rota do Cicloturismo do Agreste. Fonte: Rota (2017), adaptado de Pernambuco (2015, p. 3).

Dentre as 3 ações relatadas anteriormente, a que teve mais destaque por ter sido efetivamente concretizada e que promoveu o turismo ao longo do ano, mas sobretudo no mês de junho, período de maior concentração de turistas, foi a pavimentação do percurso (cerca de 10km) da sede municipal até o distrito.

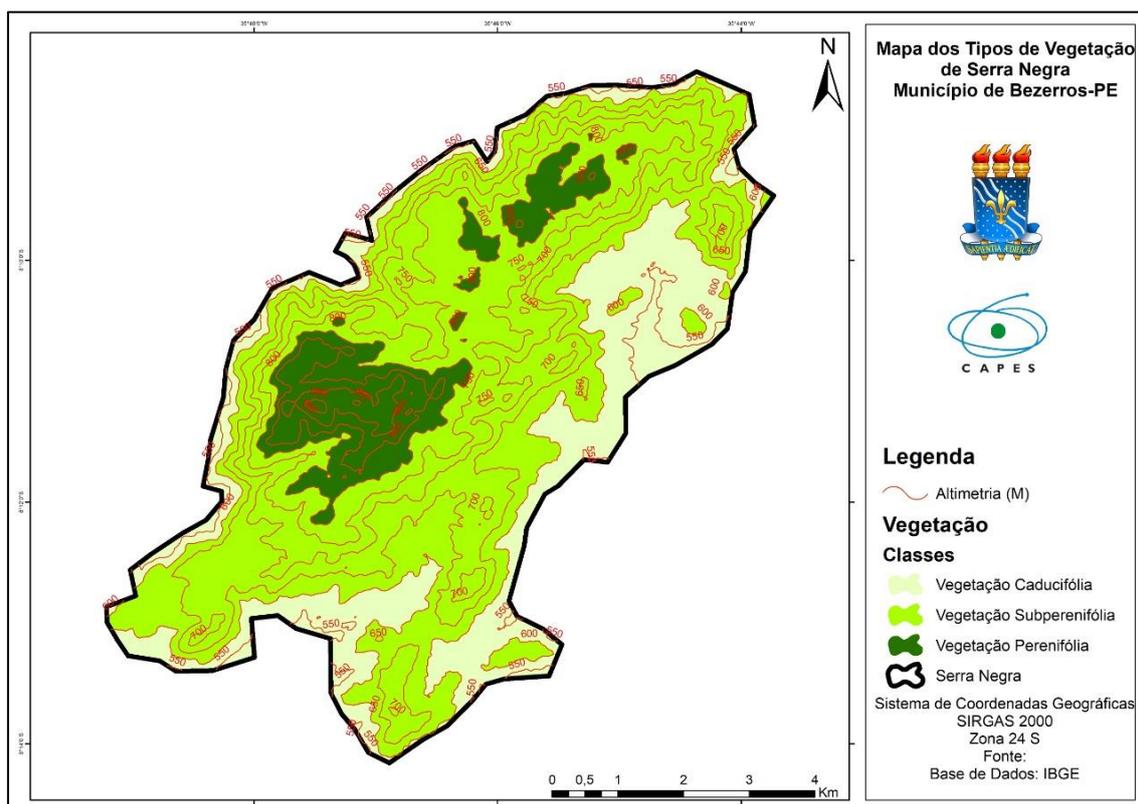
As ações ligadas aos outros dois programas que atendem a área, o Pernambuco Para o Mundo e o Programa de Regionalização do Turismo, ainda estão em fase de elaboração ou execução e não se materializaram no espaço ora em análise, constando apenas em documentos dos órgãos governamentais.

6.3 O GEOSSISTEMA E O QUADRO AMBIENTAL

Como visto anteriormente (capítulo 4), o geossistema é um conjunto (um sistema, como a própria palavra revela) que funciona com a interação (característica comum aos sistemas em geral) entre vários componentes – físicos, químicos, biológicos, climáticos, pedológicos, geomorfológicos, geológicos etc., e também sociais. Ou seja, a dinâmica espaço-temporal atual de um geossistema, portanto, é o resultado da evolução e da relação dos elementos que compõem o quadro ambiental e social de um dado espaço.

A figura a seguir representa os geossistemas de Serra Negra segundo os tipos de vegetação característicos da área, conforme as cotas ou índices de altitude/altimetria.

FIGURA 7



Mapa dos tipos de vegetação/geossistema de Serra Negra. Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

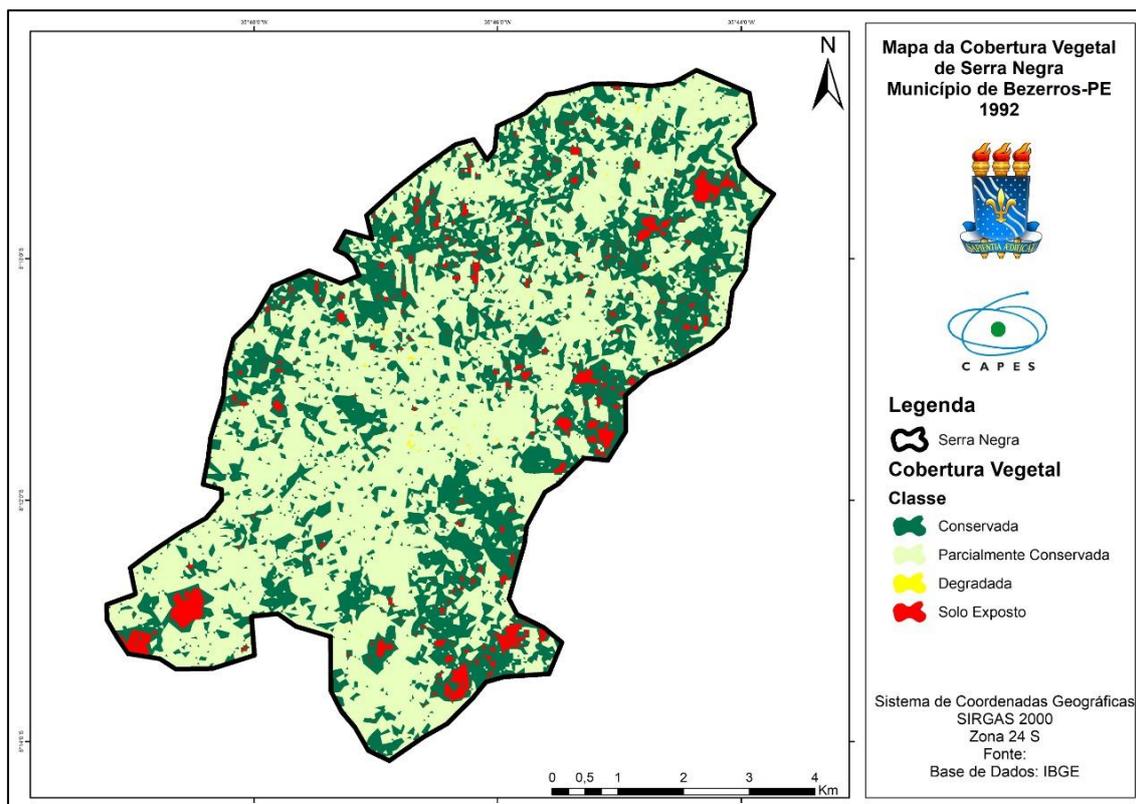
Como se vê na imagem acima, nos terrenos de menor altitude predomina a vegetação caducifólia, típica da caatinga, que é o domínio climático e botânico “original”

da região, a “área core”. Contudo, devido à elevação do relevo – que forma uma espécie de barreira aos ventos úmidos, e que provoca condições climáticas diferenciadas, como o aumento do índice de umidade do solo e do ar, por exemplo – outros tipos de espécies arbóreas, de maior porte, ganharam espaço, são as subperenifólias e as perenifólias, representadas em verde claro e verde escuro, respectivamente.

Esses dois últimos tipos de vegetação são próprias do bioma mata atlântica (como visto no capítulo 2), que se firmaram ao longo do tempo geológico durante o período interglacial (mais úmido), ou seja, através das dinâmicas paleoclimática e/ou paleoecológica, com a expansão da mata atlântica para zonas fora da sua área core, devido, sobretudo, aos fatores de exceção, como o relevo. Para tanto, isso ajuda a compreender a distribuição da vegetação atualmente.

Para realizar uma análise fidedigna do espaço estudado, foram feitos levantamentos dos índices de vegetação do período anterior e posterior ao início da atividade turística na região de Serra Negra, como os expostos adiante.

FIGURA 8



Mapa da Cobertura Vegetal de Serra Negra no ano de 1992. Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O mapa acima, por exemplo, expõe a situação da cobertura vegetal no ano de 1992, período no qual a atividade que mais se destacava economicamente era a agricultura, com ausência de atividades turísticas.

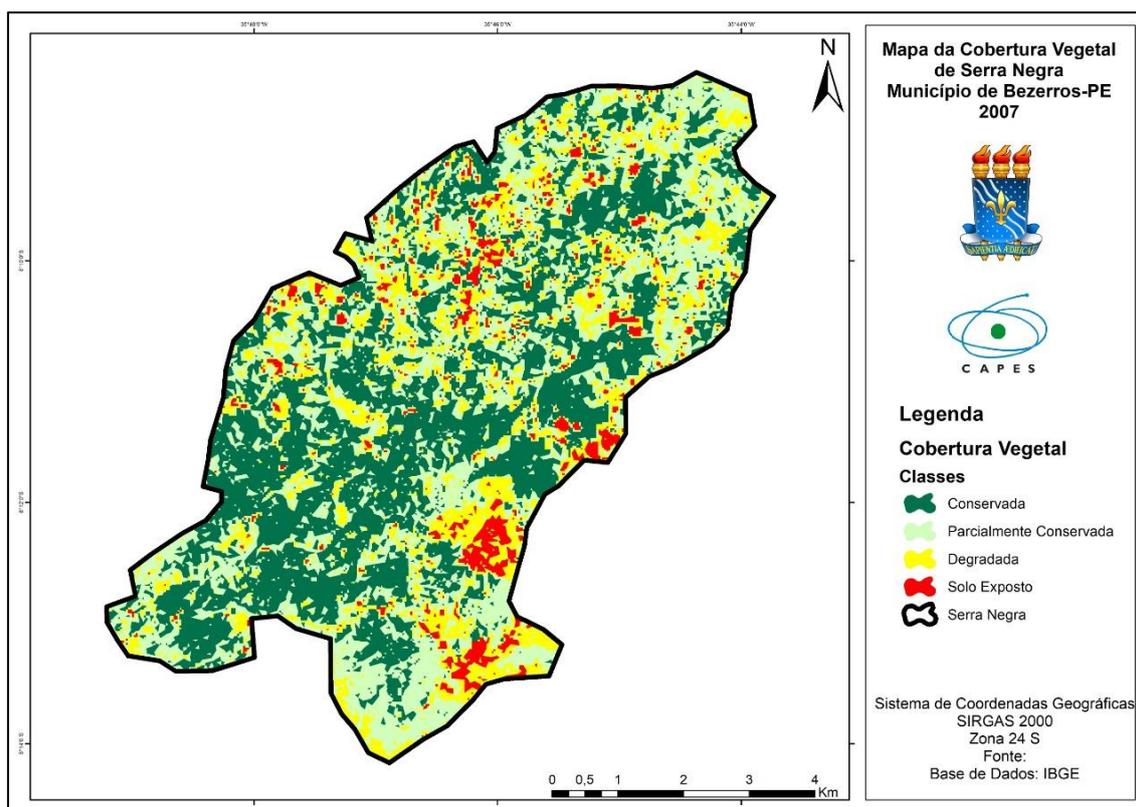
Pode-se ver que naquele momento a vegetação se encontrava parcialmente conservada em grande parte da zona analisada, sobretudo nos setores de vegetação perenifólia e subperenifólia, com poucos espaços nos quais estava conservada nesses dois tipos de geossistema. Quanto à caducifólia, era um misto de solo exposto, já totalmente degradado, e de áreas conservadas.

A situação não era tão grave, pois os dois primeiros geossistemas se encontram parcialmente conservados, fato explicado pela população local depender grandemente da agricultura, que apesar de degradar uma parte da flora local – para o cultivo de espécies que oferecem alimento para subsistência e uma sobra que é destinada ao comércio, nas feiras locais – não chega a deixar o solo totalmente exposto e mantém outras partes preservadas, o que é relativamente positivo.

No caso dos índices em vermelho que se concentram maiormente na vegetação/geossistema de caatinga (caducifólia), é provável que estivesse desta forma devido à dependência das famílias de utilização de madeira/lenha para o consumo doméstico, como o cozimento dos alimentos, visto que ainda nessa época (1992) o acesso ao gás de cozinha pelas populações rurais era incomum, haja vista a grave crise econômica pela qual passava o Brasil – com hiperinflação que impactava a economia nacional, elevava os preços dos produtos e desvalorizava a moeda brasileira, e tudo isso culminou inclusive no processo de impeachment do presidente da época –, a qual inviabilizava a aquisição de bens de consumo considerados simples e essenciais nos dias atuais.

O próximo mapa demonstra a situação ambiental (relacionada à vegetação) já sob os efeitos da atividade turística, a qual teve início em Serra Negra de forma efetiva no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000.

FIGURA 9

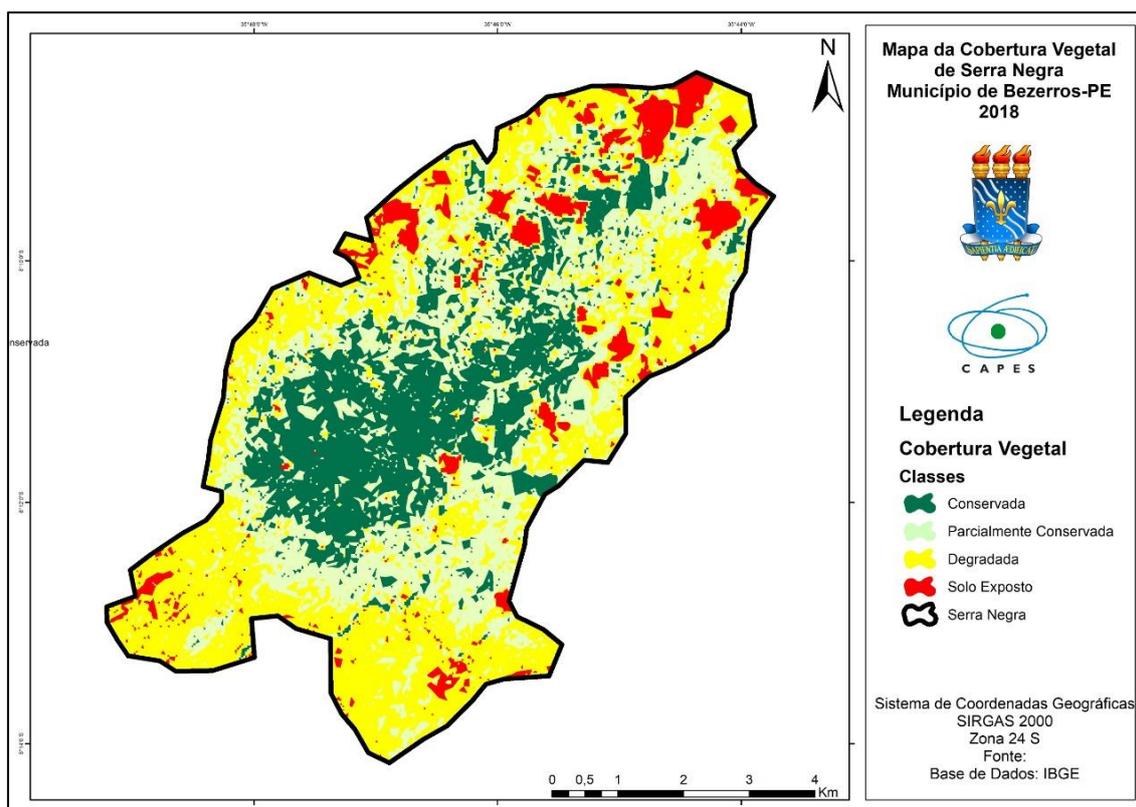


Mapa da Cobertura Vegetal de Serra Negra no ano de 2007. Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Na representação acima pode-se ver que houve um aumento da área com vegetação conservada, principalmente a subperenifólia – possivelmente, as que estavam na condição de parcialmente conservada no mapa de 1992 estão neste de 2007 como conservadas por não terem sofrido alteração, por isso o motivo desse crescimento tão significativo –, no entanto as superfícies degradadas e de solo exposto cresceram consideravelmente nos geossistemas de cobertura vegetal das categorias perenifólia e caducifólia.

É provável que a ampliação das áreas degradadas e de solo exposto, sobretudo nas regiões mais elevadas (de vegetação perenifólia), seja resultado da influência da nova dinâmica existente, o turismo. Alguns dos fatores que contribuíram para isso, por exemplo, foram: a construção de pousadas; casas de segunda residência, e, em menor grau, da infraestrutura turística construída para promover, atrair e acolher o público quando da realização de eventos, como o Polo Cultural.

FIGURA 10



Mapa da Cobertura Vegetal de Serra Negra no ano de 2018. Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Neste último mapa (Figura 9), nota-se o quadro recente da área de estudo – geossistemas de vegetação caducifólia, subperenifólia e perenifólia – sob a influência intensificada do turismo e, conjuntamente, do setor imobiliário. O avanço da degradação sobre este sistema ambiental (geossistema) ao longo do período de pouco mais de dez anos foi intenso, como fica demonstrado ao observar e correlacionar as figuras anteriores.

Além do turismo, o setor imobiliário tem exercido grande intervenção na região de Serra Negra. Entre 2007 (penúltimo mapa) e 2018, por exemplo, tiveram início uma série de projetos de condomínios de variados estilos: casas de veraneio, apartamentos, bangalôs, chalés etc.

Alguns desses projetos saíram do papel e influenciaram decisivamente na degradação da fauna e da flora da área devido ao desmatamento necessário para a construção dessas infraestruturas de acolhimento. Outros, apesar de não se concretizarem verdadeiramente enquanto empreendimentos legais para a oferta comercial de terrenos,

lotes e plantas aos interessados, foram decisivos também para esse resultado, mesmo que de maneira ilegal.

No ano de 2014, a título de exemplo, a equipe de fiscalização florestal da Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH) foi convocada para fiscalizar uma área que havia sido degradada para a construção dessas estruturas, e constatou-se que 8,5 hectares de mata atlântica foram desmatados ilegalmente (Figura 10).

FIGURA 11



Desmatamento em Serra Negra. Fonte: CPRH (2014).

O proprietário foi identificado e lhe foi aplicada uma multa no valor irrisório de R\$ 5 mil por hectare devastado, além disso recebeu a incumbência de apresentar um projeto de reflorestamento e recuperação da vegetação do local no prazo de 30 dias (CPRH, 2014), no entanto o dano já tinha sido causado, e contribuiu para o que se reflete no mapa de 2018.

A seguir está em destaque o gráfico (figura 11) no qual estão expostos os índices areais de cada tipo de vegetação ao longo dos anos selecionados, onde pode-se fazer uma análise mais detalhada do balanço das perdas e ganhos ambientais do geossistema em estudo.

FIGURA 12

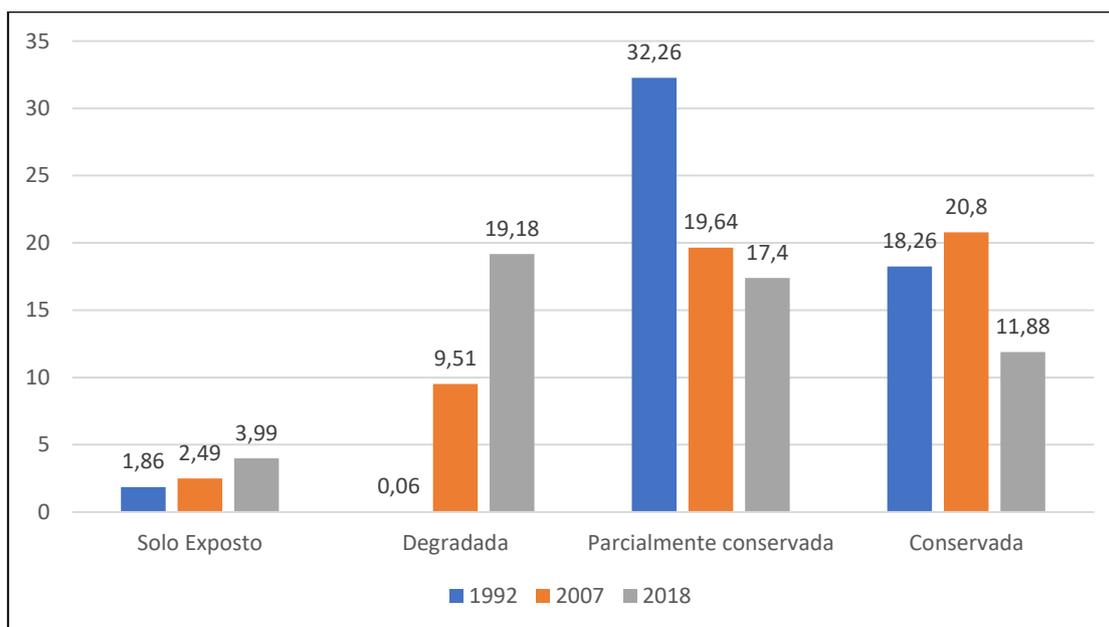


Gráfico da evolução areal da cobertura vegetal de Serra Negra entre os anos de 1992, 2007 e 2018. Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A área total do polígono investigado contém pouco mais de 52km², portanto pode-se concluir que houve uma dilatação das áreas degradadas em maior parte e de solo exposto em menor grau. Já as áreas de vegetação parcialmente conservada e conservada contraíram sua superfície.

Como resultado das dinâmicas ligadas à atividade turística, e posteriormente ao setor imobiliário – o qual foi impulsionado na região por efeito da *turistificação* –, a fração correspondente às superfícies degradadas, que no ano de 1992 estava em um patamar de valores irrisórios, com menos de 1km², passou a ter, em 2018, uma extensão de terras com valor maior que 1/3 do polígono analisado, pouco mais de 19km².

Em contrapartida, as áreas de vegetação parcialmente conservada e conservada diminuíram. A primeira classe, a título de exemplo, que no ano de 1992 possuía quase

2/3 da dimensão total da área de estudo, caiu praticamente pela metade e ocupa hoje menos de 1/3 da superfície.

Esses números são preocupantes pois, se esse padrão de degradação ambiental passar a ser constante, as consequências futuras podem ser irreversíveis para esse sistema ambiental (geossistema), visto que é a partir da existência da vegetação que se permite uma maior retenção dos níveis de umidade no solo e no ar dessa região. Com a ausência desse elemento, torna-se mais difícil para o sistema reproduzir o padrão de equilíbrio habitual para retroalimentá-lo.

Esse novo padrão pode conter características que, em longo prazo, provoquem um caos no sistema ambiental, desestabilizando-o, levando-o a patamares indesejáveis (como exposto no capítulo 4, e também como destacaram Lemos, Souza e Diniz (2020), os quais podem, inclusive, prejudicar a atividade que se valeu dessas características que singularizaram o espaço e que o tornaram atrativo para o turismo.

6.4 O TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES DE PODER

Terrível dilaceração de uma trama espaço-temporal, dissolução simultânea do espaço e do tempo sociais. Nenhum elemento teórico permite se opor à evolução, muito menos fortalecê-la. A única coisa que se pode dizer é que essa mudança não se faz sem um custo elevado para as comunidades aldeãs. Esse custo é contrabalançado por ganhos para as comunidades? Em caso afirmativo, quais? Ou se trata de um jogo sem vencedores, no qual aquilo que as comunidades perdem as organizações ganham? (RAFFESTIN, 1993, p. 181).

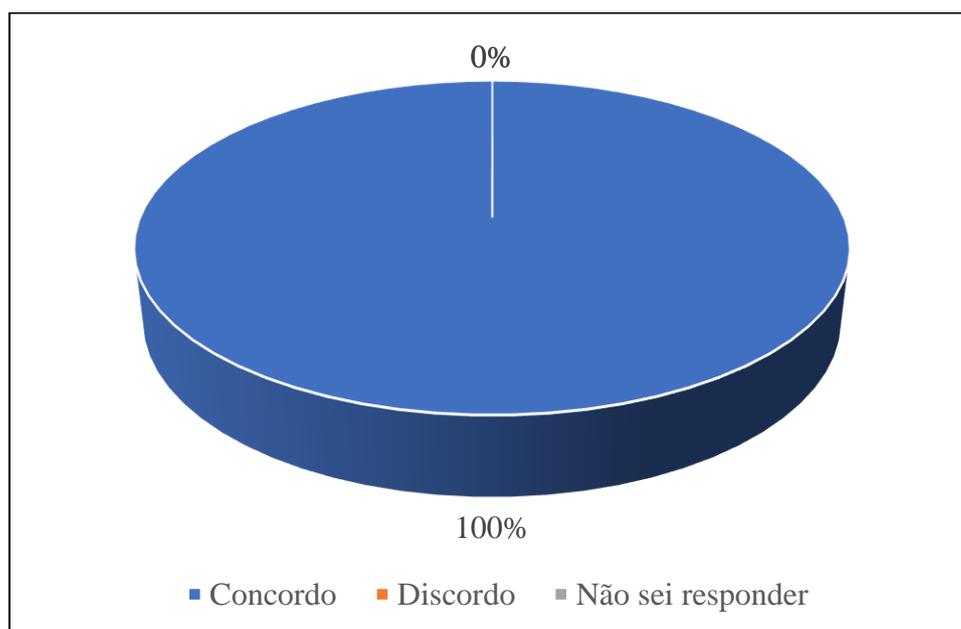
A prática espacial das comunidades receptoras das atividades – sejam elas turísticas ou não – que é induzida por um sistema de ações ou de comportamentos e que reflete uma “produção territorial” (RAFFESTIN, 1993, p. 150), sofre alterações significativas, tanto na sua forma (que pode ser traduzida como imagem ou paisagem), quanto no seu conteúdo (estrutura).

São essas “imagens territoriais [que] revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda” (RAFFESTIN, 1993, p. 152). Portanto, através das investigações realizadas,

as quais serão expostas e destacadas a seguir, pretende-se “decifrar” a estrutura territorial de Serra Negra.

Um dos grandes problemas da *turistificação* de muitas localidades, com destaque para as que se localizam na zona rural, é a descaracterização espacial propiciada pelo êxodo da população tradicional, a qual, muitas vezes, vende suas propriedades e se direciona para os centros urbanos mais próximos.

FIGURA 13



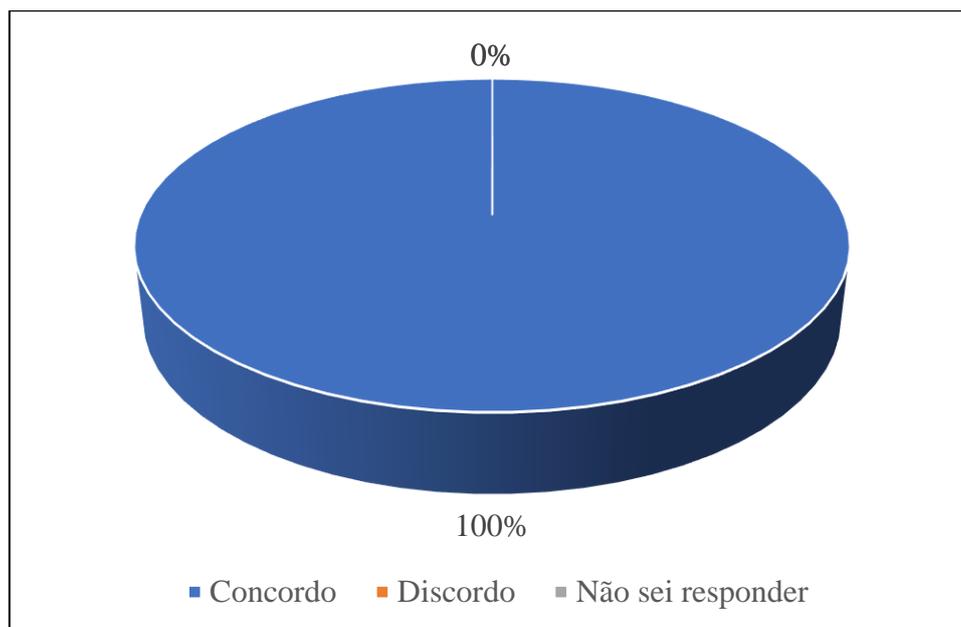
Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta “Houve a saída de moradores da comunidade devido à venda de casas e terrenos/sítios?”. Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Conforme exposto de maneira unânime pelos entrevistados – todos moradores tradicionais que permaneceram e convivem com as atividades turísticas em Serra Negra – hoje permanecem apenas cerca de 50% da população que vivia anteriormente nessa localidade, todos os outros foram atraídos pelas ofertas realizadas pelos turistas que tinham o objetivo de comprar casas, terrenos, sítios etc.

Os entrevistados relataram ainda que no início muitas pessoas venderam seus imóveis ou propriedades a preços baixos, se comparados aos de hoje em dia, pois o turismo ainda não tinha se firmado na região. Nesse processo, várias famílias se mudaram para a cidade para procurar melhores condições de vida, mas muitas vezes desejavam voltar e não conseguiam mais devido à alta dos preços das propriedades, conforme exposto na figura a seguir.

Muita gente vendeu suas casinhas, suas terrinhas a preço baixo naquela época. Pra eles era muito dinheiro, porque eles não tinham muito, né?! Mas para os turistas de Recife era pouco dinheiro. A maioria foi morar na rua, em Bezerros. Mas muita gente que saiu daqui pra ir morar na cidade não se acostumou e quis voltar, mas aí o dinheiro não dava mais pra comprar aqui porque já tava muito caro, aí tiveram que ficar na cidade mesmo (ENTREVISTADO).

FIGURA 14



Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta "Os preços dos imóveis e terrenos/sítios na comunidade aumentaram com a "fama" turística de Serra Negra?". Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

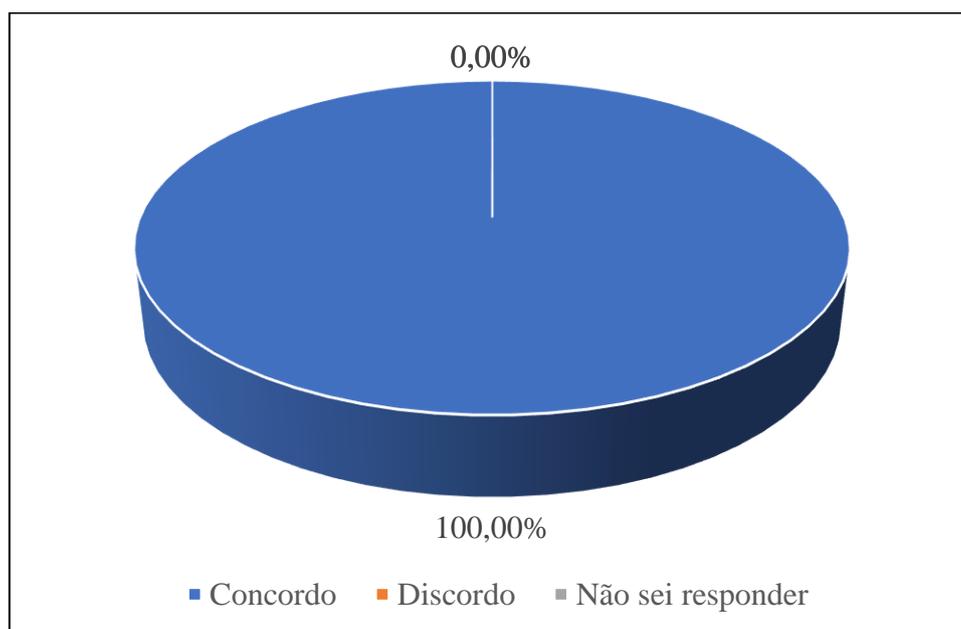
Como se vê, com a promoção de Serra Negra como destino turístico os preços das propriedades aumentaram gradativamente, beneficiando de certa forma os moradores que permaneceram e os que tinham melhores condições econômicas e que possuíam mais recursos financeiros ou fundiários e que não tiveram pressa ou necessidade para se desfazerem desses bens.

Essa parte dos moradores pôde gerar renda através da locação de casas, quartos, disponibilizando áreas para *camping* ou oferecendo serviço de hospedagem (em alguns casos, inclusive, estas pessoas aumentaram os cômodos de suas casas ou fizeram pequenos quartos e/ou quitinetes na sua propriedade para acomodar turistas, se transformando em pequenas pousadas) e alimentação para os turistas, além de vender suas

propriedades ou parte delas, quando oportuno, por valores altos. Por outro lado, essa situação dificultou a volta de antigos moradores.

No entanto, apesar do aumento do preço dos imóveis e da saída de muitos moradores que não conseguiram mais voltar, houve, segundo os entrevistados, o aumento do emprego (mesmo que na maioria dos casos seja precário) e da renda para boa parte da população.

FIGURA 15

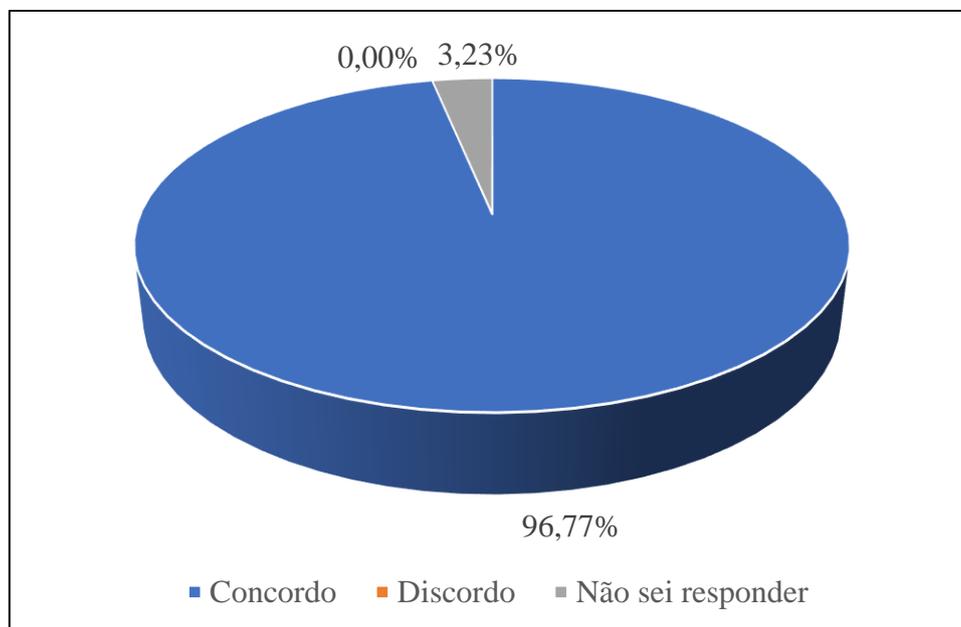


Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta "Você e/ou outros conseguiram melhorar a renda através da atividade turística?". Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Fica claro nas duas figuras (14 e 15) que a atividade turística trouxe mais oportunidades de empregos para a população, seja de maneira direta (como mão de obra contratada para trabalhar nos hotéis e pousadas como recepcionistas, camareiras etc., ou nas casas de segunda residência como diaristas) ou indireta (ao surgirem vagas na construção civil para trabalhar como pedreiros, serventes, carpinteiros, pintores etc., ou na diversificação e crescimento do comércio nos períodos festivos e mesmo fora deles, como acontece com os restaurantes e pousadas, os quais são procurados o ano inteiro). Ou seja, as pessoas conseguiram se beneficiar com a presença dos turistas e moradores de segunda residência e foram inseridas no mercado de trabalho.

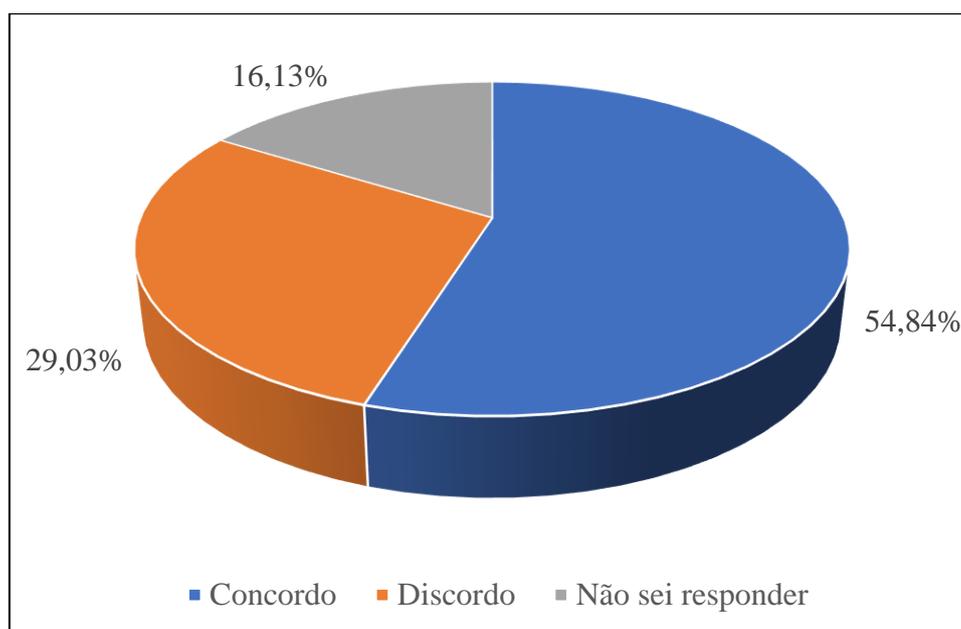
Portanto, no quesito geração de emprego e renda, a política pública de promoção do turismo no brejo de Serra Negra gerou impactos positivos para a população residente nessa localidade.

FIGURA 16



Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta "Os hotéis/pousadas trouxeram oportunidade de emprego aos moradores de Serra Negra?". Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Sobre a questão da degradação ambiental provocada pelos empreendimentos relacionados ao turismo e/ou ao setor imobiliário, as respostas, expostas no gráfico abaixo (Figura 16), divergiram um pouco, se comparadas às anteriores.

FIGURA 17

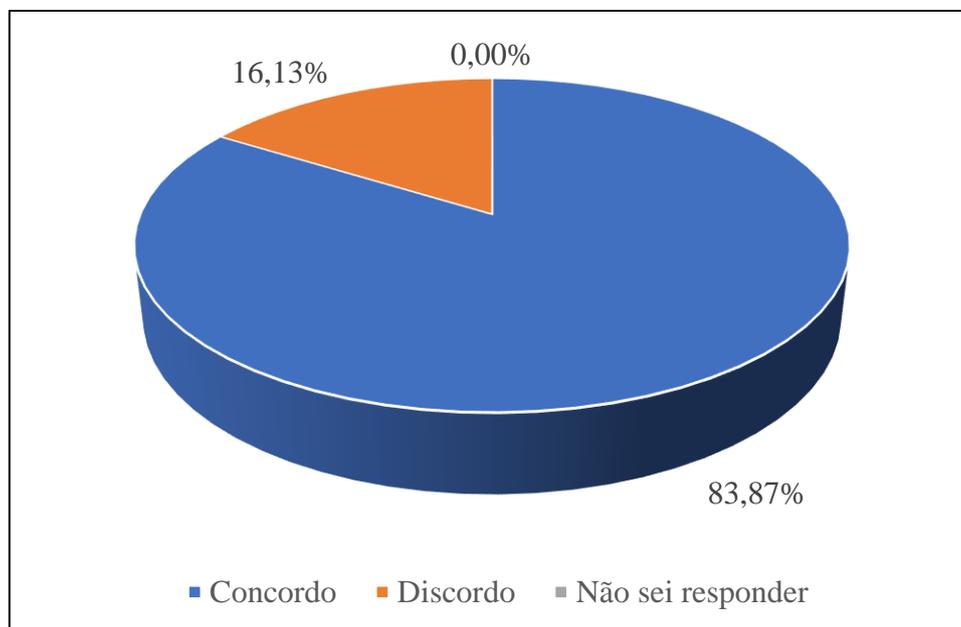
Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta "Houve desmatamento com a venda dos terrenos/sítios para os turistas?". Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Alguns entrevistados comentaram que a vegetação não sofreu muita alteração pois já tinha passado por um processo de degradação anteriormente à chegada do turismo, com o cultivo de café, banana, entre outros gêneros agrícolas, e também com a criação de gado bovino, e que, por esse motivo, já era predominante a vegetação rasteira e não mais arbórea. No entanto, outros afirmaram que houve sim a derrubada de árvores de grande porte para a construção de casas, condomínios etc., e que tudo isso provocou a redução da quantidade de área verde na região.

Vale ressaltar que, durante as entrevistas, uma senhora (que conseguiu gerar renda ao trabalhar como diarista nas casas dos moradores de segunda residência) tentou interferir na resposta da colega quando essa disse que, na sua opinião, tinha ocorrido desmatamento da vegetação. A senhora que tentou “atrapalhar” a entrevista disse que o turismo só trouxe coisas boas, e que foi devido à chegada dos novos moradores/turistas que ela consegue obter renda e melhorar as condições de vida. Dessa maneira, ficou subentendido, no argumento e nas expressões dessa senhora, que a degradação ambiental pode ser justificada se forem gerados empregos, e que esse fato (o desmatamento/degradação) deve ser ocultado para que o turismo não tenha sua imagem “manchada” e perca espaço em Serra Negra, conforme fica evidenciado na sua fala: “O

turismo foi bom demais, eu quero é que venha cada vez mais turistas pra eu ganhar meu dinheirinho com as minhas faxinas, quanto mais melhor, pior era antes que a gente não tinha emprego e ficava passando necessidades”.

FIGURA 18



Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta "A prefeitura, o governo do estado e/ou o governo federal ofereceram cursos profissionalizantes aos moradores?". Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

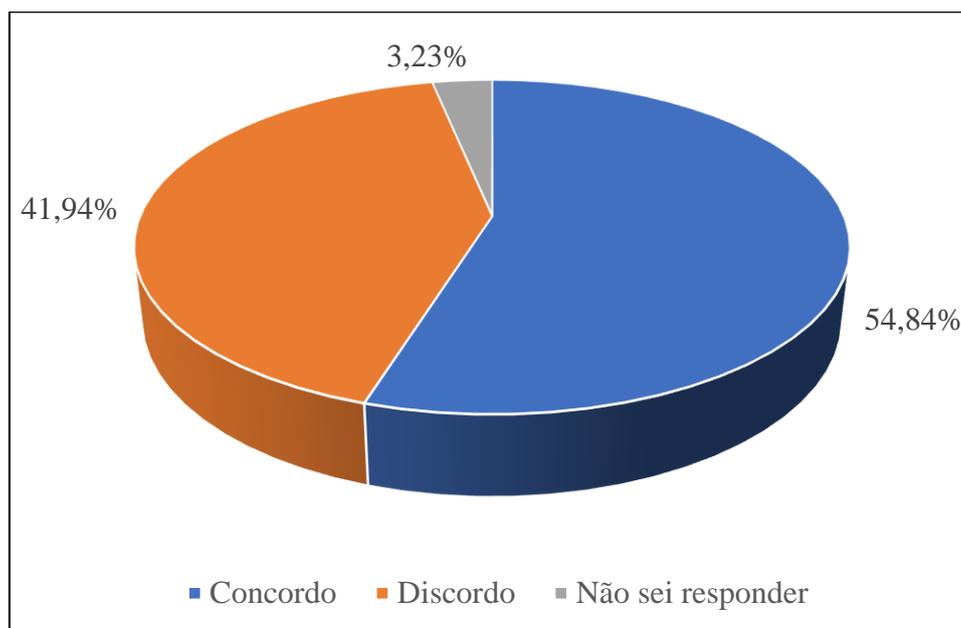
A grande maioria dos entrevistados (como exposto na figura 17) afirmou que o poder público ofereceu cursos profissionalizantes para os moradores logo no início da promoção das atividades turísticas na localidade, mas que ao longo dos anos poucos ou nenhum evento desse tipo foi realizado, ou seja, não houve uma continuidade na política de oferta de cursos.

Através da coleta dessas informações, por meio das entrevistas, pôde-se constatar que ocorreu a descontinuidade ou suspensão da oferta de formação profissional para gerar mão de obra local para o setor turístico com a substituição da gestão municipal (como detalhado no tópico 6.2).

Foi Dr. Lucas [prefeito à época] que trouxe o turismo aqui pra Serra Negra, tiveram cursos também para o pessoal aqui da comunidade pra poder trabalhar no turismo, mas depois que entraram outros prefeitos acabou-se mais essas coisas. (ENTREVISTADO).

Isso significa que a partir da mudança de prefeito, ocorrida no ano de 2002, os planejamentos e objetivos turísticos do município foram postos em segundo plano ou deixados de lado pois estariam vinculados ao prefeito anterior e não deveriam ter continuidade nas gestões seguintes, o que pode ter prejudicado, em parte, a qualificação profissional.

FIGURA 19



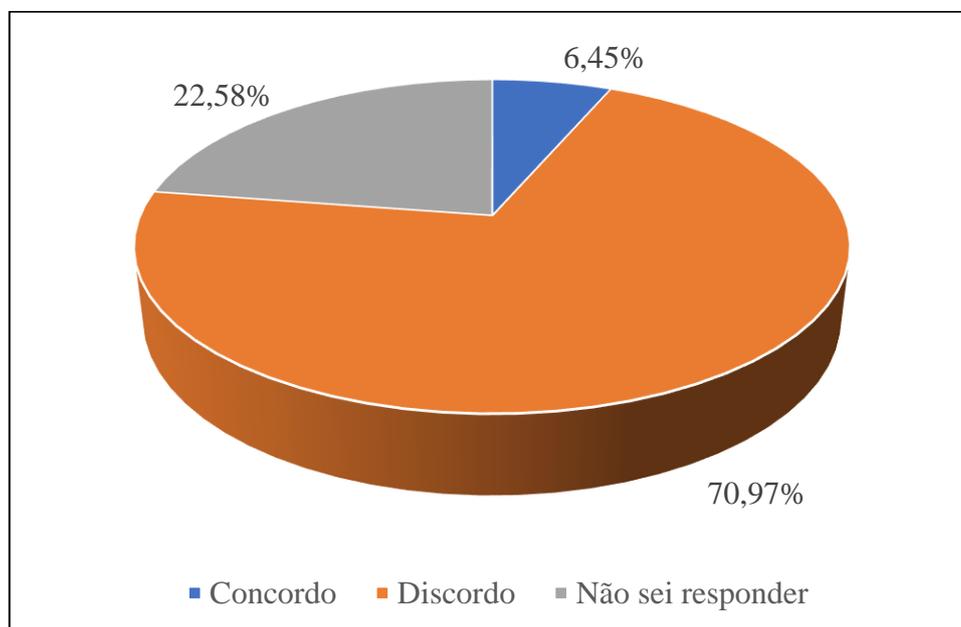
Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta "A prefeitura, o governo do estado e/ou o governo federal ofereceram benefícios aos moradores da comunidade depois que houve o aumento do turismo em Serra Negra?". Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Em relação ao quesito oferta de benefícios para a população (figura 18) após a *turistificação*, as respostas mais uma vez estão em número razoavelmente aproximados, com cerca de 40% dos entrevistados relatando que não perceberam qualquer benfeitoria gerada, e pouco mais de 50% afirmando que foram implementadas melhorias para a população local.

Quanto às melhorias mencionadas nas entrevistas, as duas principais foram: a pavimentação da estrada que liga o povoado à zona urbana (sede) do município de Bezerros (conforme descrito no tópico 6.2), que facilitou e tornou mais seguro o deslocamento, sobretudo em períodos chuvosos, bem como reduziu o tempo de viagem; e a disponibilização de um sistema de bombeamento hidráulico para abastecer a

população da vila com água de qualidade e gratuita, vinda de um açude reservado para esse fim.

FIGURA 20



Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta "Antes da implementação das políticas públicas em benefício do turismo nos anos 1990, a prefeitura, o governo do estado e/ou o governo federal consultaram os moradores para saber se eles queriam ou não que Serra Negra se transformasse em um polo turístico?". Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Conforme exposto acima (Figura 19), os órgãos responsáveis pela implementação do turismo em Serra Negra não chegaram a consultar a população sobre o plano de desenvolvimento turístico que estava previsto para a região, nem mesmo informaram sobre qualquer proposta. Os moradores estiveram, em todos os momentos, alheios ao processo de tomada de decisão e de conhecimento do projeto.

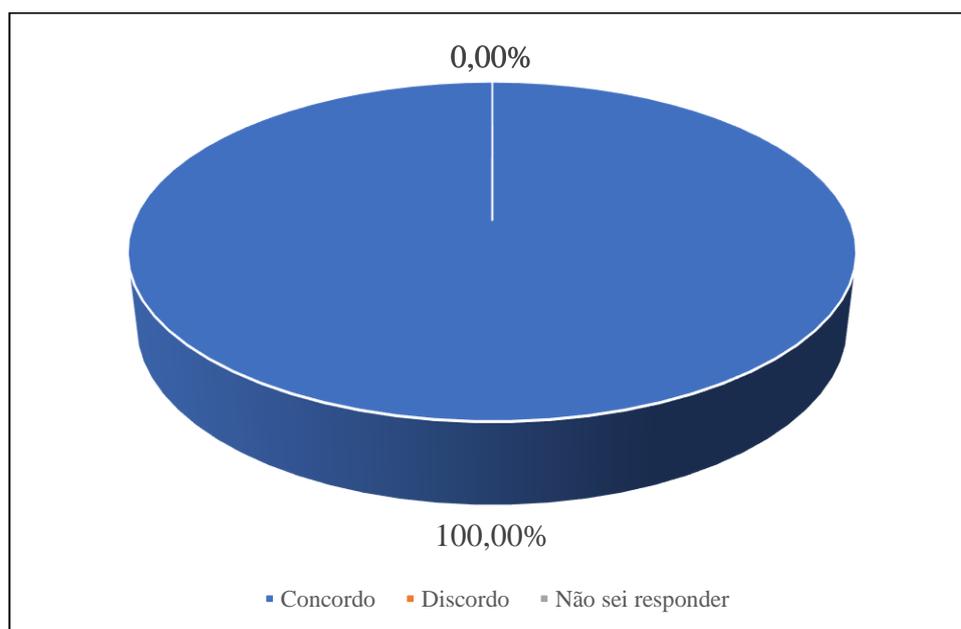
Esse fato chama a atenção, visto que a gestão pública deveria, no mínimo, informar a população dos projetos que envolvem seu espaço, seu território, enfim a sua comunidade.

Entretanto, o mais provável é que a população concordasse com o plano de *turistificação* a ser implementado na localidade, visto que uma das principais pretensões seria a geração de emprego e renda para a comunidade. Contudo, essa falta de diálogo com os moradores, e o conseqüente desconhecimento do que se transformaria Serra Negra nos anos vindouros, fez com que muitos *insiders* (população tradicional) vendessem suas

propriedades a preços muito baixos devido à falta de suporte por parte do poder público, sobretudo a nível municipal, visto que é a esfera mais próxima e que tinha maior conhecimento da realidade local.

Como consequência dessa falta de interlocução entre os órgãos públicos e a comunidade houve a saída em grande número da população tradicional, como mostra a figura abaixo (Figura 20).

FIGURA 21



Percentual das respostas dos entrevistados para a pergunta "Com a venda das casas do vilarejo pelos antigos moradores e a compra pelos mais novos, que só usam estas casas como segunda residência nos fins de semana, feriados, e períodos de festas juninas ou férias escolares, a comunidade ficou "deserta" durante a semana?". Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Um dos aspectos mais notáveis e perceptíveis ao se visitar Serra Negra nos "dias úteis" (segunda à sexta-feira) é que o povoado parece "deserto", sem pessoas, pois as casas da vila estão, em sua maioria, fechadas, visto que os donos são turistas e utilizam esses imóveis como segunda residência/casa de campo apenas durante os fins de semana ou temporadas festivas. Esse acontecimento/ocorrência esteve presente no relato de todos os entrevistados, sem exceção (conforme a figura 20).

De maneira geral, como resultado das relações de poder engendradas em Serra Negra, pode-se visualizar alguns aspectos como:

1) utilização da maior parte da população como mão de obra para servir o turismo, mas ligada, sobremaneira, ao mercado informal, sem vinculação à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o que dificulta o recebimento de muitos benefícios e o pagamento da contribuição previdenciária, por exemplo, o que pode gerar dificuldades atuais e futuras.

2) Outra característica fundamental gerada pelo processo de *turistificação* nessa localidade é o êxodo de grande parte da população tradicional, o que acarretou a *desertificação*⁵ do povoado de Serra Negra, sobretudo na área “urbana”, ou seja, no vilarejo. Com isso, como discutido anteriormente, o arruado passou a ficar “deserto”, sem movimento de pessoas, durante os dias úteis (segunda a sexta-feira).

3) Como complemento ao ponto anterior, cabe destacar que essa *desertificação* foi incentivada, em parte, pelo poder público, na figura da gestão municipal à época da implementação do PNMT (com a construção da infraestrutura do polo turístico e com o início da promoção da atividade turística) pois não deu suporte à população, a qual desconhecia os objetivos de promover a região e, conseqüentemente, vendeu suas propriedades (casas, sítios, fazendas etc.) a preços muito baixos se comparados aos praticados após a “fama” ou “status” alcançados pela localidade.

Alguns entrevistados, inclusive, chegaram a afirmar que o prefeito à época não teria interesse nenhum em informar os moradores que planejava “desenvolver” a região, pois estava interessado em adquirir terras para proveito próprio, visto que tinha conhecimento do que aconteceria ou estava planejado para acontecer posteriormente.

Esses relatos podem ser constatados, pois, a área na qual se encontra a maior pousada presente na localidade pertence à família do ex-prefeito, o qual idealizou o turismo em Serra Negra. Portanto, isso caracteriza o uso de informações privilegiadas para patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado valendo-

⁵ Este conceito encontra-se em construção pelos urbanistas, mas o significado deste termo refere-se, em resumo, ao “abandono” do espaço urbano, ou seja, da diminuição ou inexistência do fluxo de pessoas nas cidades e se diferencia do conceito de desertificação comumente utilizado pelas ciências ambientais, o qual está relacionado a processos relacionados às dinâmicas ambientais provocadas pela interferência social.

se da qualidade de funcionário/gestor de órgão público – nesse caso o prefeito e sua equipe – (BRASIL, 1940), ou seja, para benefício próprio em detrimento do bem comum da sociedade, para o qual foi eleito.

Portanto, as relações de poder estabelecidas em Serra Negra são assimétricas, e essa assimetria foi promovida, contraditoriamente, em certa medida, pelo próprio Estado.

Por fim, de acordo com as respostas coletadas nas entrevistas e nas conversas com os moradores, pode-se concluir que a população de Serra Negra é bastante carente, inclusive de oportunidades, e que vê no turismo uma forma ou uma possibilidade de melhorar a qualidade de vida através do trabalho, mesmo que informal, e dos serviços prestados ao setor turístico, o qual tem dinamizado a economia da localidade e gerado renda para essas pessoas.

Dessa forma, ainda que haja uma certa inclusão social (o que é bastante importante) pelo crescimento da atividade turística na área, essa não acontece de maneira completa ou plena, mesmo que beneficie uma boa parte da população direta ou indiretamente.

6.5 A PAISAGEM E AS INTERPRETAÇÕES ESPACIAIS

Como destacado anteriormente no capítulo 4 (tópico 4.3.3), a abordagem do conceito de Paisagem neste trabalho está muito próxima do que se entende conceitualmente por Lugar na Geografia, ou seja, estão ligados às questões humanistas, de relação dos sujeitos com o espaço em que vivem.

Dessa maneira, essa parte da pesquisa possui cunho qualitativo, um pouco diferente da utilizada na etapa anterior (sobre o Território e as relações de poder). Para tanto, foram elaboradas questões ou perguntas que tiveram o propósito de compreender como as pessoas da Serra Negra percebem a sua localidade, qual o significado desse lugar para eles; quais os aspectos positivos e/ou negativos etc.

As entrevistas abertas são importantes pois, com elas, juntamente com a observação, pode-se chegar mais perto da perspectiva dos sujeitos, da sua vivência e experiência, pois tudo isso permite ao pesquisador apreender, um pouco, as suas visões

de mundo, ou seja, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas ações (LUDKE; ANDRÉ, 1986; CHIAPETTI, 2010).

O espaço experiencial, do dia a dia, da cotidianidade, revela-se um *lugar*. Suas paisagens vividas são, portanto, seus lugares, que abrangem definições e significados (GUIMARÃES, 2002). Os significados atribuídos à Serra Negra pelos locais demonstram sentimento de satisfação psicológica com o ambiente em que vivem, proporcionadas principalmente pelo contato mais próximo com a natureza; com o clima ameno e “gostoso”; ambiente mais calmo se comparado ao urbano com o tráfego constante e barulhento de veículos em geral, e ausência de “fumaça” provocada por esses etc. Essa reflexão foi sendo construída aos poucos através dos pensamentos, das sensações, das lembranças. É o que se vê na fala da maioria dos entrevistados, quando relatam que:

“Aqui a gente vive mais, tem o pulmão mais limpo, é mais sossegado também, né? Eu digo que eu só saí daqui quando eu morrer (...) esse lugar aqui é maravilhoso, é abençoado, eu me sinto muito bem aqui (...) eu gosto muito daqui, porque têm umas matas aqui que eu conservo, umas árvores lá em cima que eu sempre vou pra lá, pelo menos um dia na semana, pra ficar sossegado, é bom demais, é uma maravilha a natureza” (sic) (ENTREVISTADO 1).

“O ar daqui é muito bom, é um ar gostoso, frio. Quando a gente vem uns dois quilômetros daqui já sente a diferença (...) aqui também é um lugar mais calmo, pra quem gostar de um lugar tranquilo aqui é bom, né?” (sic) (ENTREVISTADO 2).

“É um lugar tranquilo pra viver, né? A gente não tem muitas melhorias pra população, mas é um lugar bom, de viver é bom, pra quem pensa em vida tranquila” (sic) (ENTREVISTADO 3).

Ganha destaque a relação de proximidade, de bem-estar, de pertencimento dos sujeitos, sobretudo do primeiro entrevistado, ao manter contato com o ambiente no qual vive e como é especial para ele isso. Pode-se dizer, então, que esse senhor (o entrevistado número 1) atribui significados importantes ao espaço, ao lugar que pertence. A sua paisagem/lugar não se restringe apenas ao substrato material, mas expande-se para significados, pois incorpora o sentido de fonte de vida ao estabelecer relações existenciais entre o sujeito e o *Homem e a Terra*, como diria Dardel (2015 [1952]).

As falas dos entrevistados descritas acima são um resumo do que foi relatado pela grande maioria, pois a partir de um certo número de entrevistas coletadas, as subsequentes não acrescentaram muita coisa ou quase nada ao que as outras revelavam anteriormente,

pois, em um certo momento, chegasse a um número satisfatório de pessoas entrevistadas e as informações vão se tornando repetitivas, com poucas novidades com relação ao tema que se busca conhecer etc., até deixarem de ser relevantes para a pesquisa (MARRE, 1991; DENCKER, 2000; CHIAPETTI, 2010).

Em alguns aspectos, o turismo também se fez presente nos relatos dos entrevistados sobre sua relação com o ambiente, com ponto de vista positivo sobretudo para os quais obtiveram algum tipo de benefício através da promoção dessa atividade. Como pode-se conferir a seguir:

“O progresso aqui é pouco, falta água, falta uma coisa, falta outra aqui na Serra ainda. Mas o turismo melhorou a renda de todo mundo, gerou mais emprego...” (sic) (ENTREVISTADO 3).

Mas também há relatos não tão positivos, sobre a saída de grande parte da população, o que pode ter provocado uma sensação de descontentamento por não terem mais por perto antigos vizinhos e amigos que movimentavam a vila cotidianamente, dando vida ao espaço, ao lugar de vivência, visto que temos a necessidade de viver em comunidade e de interagir com os demais membros da sociedade da qual fazemos parte.

“(...) muita gente que saiu não volta mais. Porque o que tá muito diferente aqui é o pessoal tudo saindo, aí tá muito esquisito durante a semana, a população toda saiu praticamente. Fim de semana é assim movimentado, mas durante a semana é um lugar quase que fantasma, tem muitos dias que tá esquisito de dia e quando é seis horas da noite tá tudo parado mesmo”. (sic) (ENTREVISTADO 5).

As imagens ou descrições construídas sobre o lugar Serra Negra varia conforme a experiência ambiental do sujeito entrevistado, ou seja, há diferença entre os relatos dos entrevistados que vivem na vila e os que vivem nos sítios, fazendas etc., muitos dos quais não se beneficiaram (inclusive alguns foram prejudicados) direta ou indiretamente dos benefícios econômicos do turismo, como descrito, também, pelo entrevistado de número 1, que produz mel de abelha.

“(...) isso me deixa muito triste, porque eu sou um preservador da natureza. Eu quando vejo alguém botar um pau a baixo eu fico doente, porque árvore a gente tem que plantar e não derrubar. (...) Esse lugar aqui já foi bom demais, hoje em dia não tá mais prestando muito mais não, depois do turismo piorou mais porque tão desmatando tudo aí. Mas de um tempo pra cá os turistas, os pessoal que vem de fora, tão

conservando mais, tem um homem aí mesmo que é do IBAMA, e que comprou umas terras da minha irmã, aí ele preserva tudo, não deixa derrubar um galho, só desmatou pra construir uma casinha mesmo e pronto, mas ele preserva tudo, aí agora tá melhorando mais, mas no começo foi pior e também tem outros que ainda hoje desmata muito, porque não tem consciência, mas diminuiu mais. (...) aí de uns tempos pra cá eu tenho vontade de vender isso aqui e ir embora daqui por causa disso, porque eu quero defender e não tem jeito, entendeu? (...) Serra Negra tinha muito pé de pau, era cada um pé de pau bonito, mas meteram o motor pra cima, aí acabaram com tudo. Agora, hoje esses turistas que chegam por aí, eles gostam de ter um matinho, tão até protegendo, mas os primeiros não, deixaram tudo pelado.” (sic) (ENTREVISTADO 1).

Em relação ao discurso do entrevistado de número 1, pode-se ver que sua relação com o meio ambiente chegou a passar por alterações, ou seja, devido à influência negativa provocada pelos turistas que se apropriaram de terras na região e provocaram desmatamento (principalmente em períodos anteriores), os quais prejudicaram esse morador e faz com que, muitas das vezes ele se sinta triste por não conseguir preservar seu lugar da maneira como gostaria.

Essa mudança de olhar e de interpretação da paisagem e do lugar por esse senhor, pode ser explicada, pois, várias vezes, essas conjunturas levam à formação de sentimentos de *topofilia* (alegria, felicidade com relação a um lugar, espaço ou paisagem) ou de *topofobia* (tristeza, medo, aversão a um lugar) (TUAN, 1980) que embora distintas, não se excluem necessariamente, podendo verificar-se em relação a *uma só* paisagem a ocorrência desses dois sentimentos opostos, concernentes a uma só pessoa (GUIMARÃES, 2002), ou seja, de acordo com a mudança dos acontecimentos, das circunstâncias ou do cenário, o mesmo sujeito pode ter visões distintas da mesma paisagem (DUTRA-GOMES; LEMOS, 2019), como visto no caso desse entrevistado (número 1), o qual tem se sentido prejudicado, entre outros fatores, pela degradação ambiental, com o desmatamento da vegetação nativa, que provoca, conseqüentemente, a diminuição da quantidade de abelhas para a produção de mel etc.

Além disso, os sujeitos ainda desenvolvem leituras diferenciadas das paisagens e lugares de acordo com a evolução e mudança/alteração dos acontecimentos e da estrutura do espaço, o que provoca novas interpretações, novos olhares, novas percepções e sentimentos em relação ao lugar (DUTRA-GOMES; LEMOS, 2019). Dessa forma, “a

paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma “impressão” que une todos os elementos” (DARDEL, 2015 [1952], p. 30).

Para tanto, fica claro que os sujeitos de Serra Negra se sentem bem e gostam do lugar, da paisagem, do ambiente do qual fazem parte, e relatam aspectos positivos e negativos da relação que mantêm com esse espaço.

Dessa forma, vale ressaltar, mais uma vez, a importância de que as pessoas sejam ouvidas pelo poder público antes e durante o processo de implementação desses projetos, bem como ao longo de todo o período para saber quais os anseios e necessidades de quem conhece, vive e convive com os problemas e pode, inclusive contribuir para solucioná-los.

Por fim, buscou-se, nessa etapa, resgatar um pouco da memória dos lugares e dos territórios, pois isso nada mais é do que a própria tentativa de compreender o que somos, ou seja, seres humanos, os quais possuem a relação com o *espaço experiencial* como uma das bases para a construção do ser, da cultura etc., iniciada mediante o compreender das experiências de paisagem através dos sentimentos. Visto que é:

Mediante a cognição, percepção, afetividade e memória, [que] reconstruímos mundos vividos, resgatando a multiplicidade das imagens do meio ambiente, porque é neste resgate que também reside a identidade de um ser humano, a conservação de seus testemunhos, o legado cultural, mediante a narrativa da própria história de vida, através das paisagens de seus espaços e lugares (GUIMARÃES, 2002, p. 140).

7. MODELO DE ANÁLISE SISTÊMICA DE ÁREAS RURAIS SOB INFLUÊNCIA TURÍSTICA

Como um dos resultados finais deste trabalho, objetivou-se elaborar um modelo (figura 21) ou proposta de roteiro metodológico com os passos essenciais a serem tomados em pesquisas futuras que tenham o propósito de investigar e/ou analisar as dinâmicas ou impactos sociais e ambientais causadas pela atividade turística e outras que com ela possuem relação, como a imobiliária.

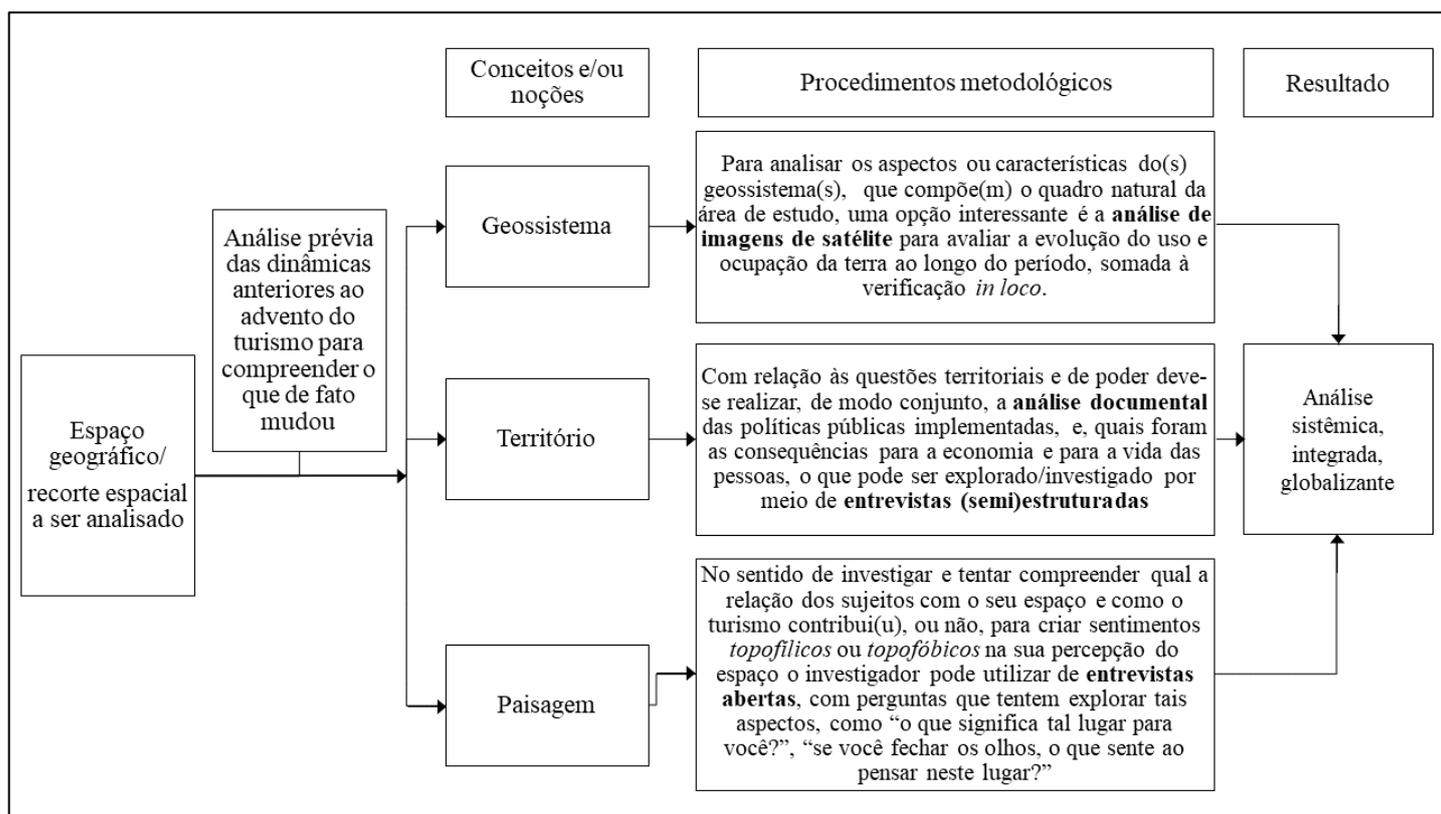
Essa proposta foi embasada na perspectiva sistêmica, que visa abranger uma grande parte de elementos no momento das análises – representada aqui pelo método/modelo GTP, proposto inicialmente por Georges Bertrand (BERTRAND; BERTRAND, 2009) – para retratar o espaço geográfico da maneira mais fidedigna possível, justamente por elencar parte significativa dos elementos que compõem a estrutura socioespacial e ambiental.

Foram os percalços enfrentados ao longo da evolução desta pesquisa que contribuíram para a elaboração deste modelo e que serviram de incentivo para que houvesse a tentativa de colaborar com futuros pesquisadores que tenham objetivos não necessariamente idênticos, mas semelhantes aos aqui estabelecidos.

Ademais, espera-se que esse modelo auxilie na análise e compreensão holísticas de espaços que passem por dinâmicas semelhantes, influenciadas pela atividade turística, haja vista a importância dos modelos para o auxílio nas análises geográficas, permitindo analogias, sistematização das informações, correlações etc. E:

Mesmo os modelos se constituindo como representações, muitas vezes simplificadas e subjetivas, da realidade, são instrumentos valiosos, pois obscurecem condicionantes menos significativos e salientam aqueles mais representativos da análise em questão” (SILVA; PEREZ FILHO, 2007, p. 282).

FIGURA 22



Modelo/proposta de roteiro metodológico para análise sistêmica de áreas rurais sob influência turística. Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Conforme exposto no modelo acima (figura 21), ao ser iniciada a pesquisa de determinado espaço geográfico ou recorte territorial, sobretudo localizado na zona rural, que tenha estado ou esteja sob influência da atividade turística, se faz necessário analisar, em primeiro lugar, o histórico socioespacial desta localidade. Dessa forma os resultados ou diagnósticos elaborados apresentarão as diferenças entre a condição do sistema anteriormente à chegada do turismo e o depois, após sua implementação, e quais as consequências, as novas funções, bem como as permanências, caso ocorram.

Em seguida é importante que o pesquisador aprofunde seus conhecimentos sobre os conceitos/noções/categorias, enfim, sobre o arcabouço teórico-metodológico do qual está lançando mão (neste caso os conceitos de Geossistema, Território, Paisagem, assim como o de Lugar, visto que adotamos uma abordagem híbrida do conceito de paisagem, que está ligado também ao de lugar) para embasar seus procedimentos metodológicos e sua jornada investigativa.

Enquanto procedimentos metodológicos, ou seja, para aquisição dos dados necessários às análises socioambientais, podem ser realizados: diagnósticos ambientais através de imagens de satélite, com o auxílio de sistemas de informações geográficas (SIGs), além de verificação no local; análise das políticas públicas implementadas e seus impactos aos moradores, que podem ser ouvidos por meio de questionários e entrevistas (os quais devem ressaltar aspectos infraestruturais, como emprego e renda, e de percepção e afetividade espacial, por exemplo), semiestruturados e abertas, respectivamente.

Ao final deste processo, o pesquisador terá como resultado uma síntese regional, através de uma análise integrada, global, holística, sistêmica e fidedigna, pois foram levantados e explorados, em conjunto, dados das esferas ambiental e social, as quais fazem parte do cerne da ciência geográfica.

3ª PARTE

Estudai sem cessar, grudai palavras;
dos restos de outrem, cozinhai um prato.

Fausto – W. Goethe

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre a atividade turística e a Serra Negra é complexa, pois foi e continua sendo construída pela interrelação de várias partes (Estado, empresários, população, ambiente etc.). Em resumo:

- 1) Com o advento do turismo o quadro ambiental passou por alterações, as quais geraram retração/diminuição dos elementos naturais originários/característicos/típicos desse brejo de altitude.
- 2) Com relação ao quadro territorial e das relações de poder, houve a saída em larga escala da população tradicional para dar lugar aos novos “moradores”, principalmente pela falta de informação da gestão municipal à época da implementação do projeto na localidade, que evitaria que as pessoas vendessem suas propriedades a preços muito baixos. Como aspecto positivo, houve a geração de emprego e renda para a população, contudo, a maior parte é mal remunerada e não possui vínculo empregatício, o que impossibilita a obtenção de direitos trabalhistas.
- 3) No tocante às representações da paisagem e do lugar a que pertencem, a percepção dos moradores, está ligada, maiormente, a experiências e aspectos positivos, prazerosos ou *topofílicos*, sendo poucos os relatos de sentimentos negativos ou *topofóbicos* com relação à Serra Negra para a grande maioria dos entrevistados.

Dessa forma, seria interessante estabelecer uma organização política local (não no sentido partidário), a qual pode auxiliar nas reivindicações que visam propiciar a melhoria das condições e da qualidade de vida da população, visto que o “desenvolvimento territorial não pode ser burocrático e centralizado, político-institucional, partidário e mascarado” (SAQUET, 2015, p. 177), mas sim participativo, dando voz aos sujeitos e aos seus anseios, os quais podem, inclusive, contribuir com a administração pública na tomada de decisões a fim de evitar problemas futuros e/ou solucionar os atuais.

Como perspectiva para estudos futuros, torna-se relevante destacar que, além dos impactos causados com o advento do turismo na região estudada, a partir da coleta das entrevistas os sujeitos informaram que o principal causador de desmatamento e degradação ambiental atualmente é a prática da agricultura. Muitos moradores, sobretudo

os que vivem nos sítios, afastados da vila, relatam que os agricultores do entorno fazem a retirada desnecessária da vegetação nativa e utilizam bastante agrotóxicos/herbicidas/pesticidas, os quais têm prejudicado o meio ambiente – ao contaminar as águas dos açudes; o lençol freático; e a atmosfera, visto que o veneno chega a se espalhar por quilômetros – e as pessoas que vivem ao redor, ao inalar o veneno que se propaga através do vento; e impossibilitar a prática agrícola para subsistência dos pequenos produtores – visto que torna inviável a utilização da água acumulada nos reservatórios para realizar grande parte das tarefas

Ainda nesse contexto, outro fator com potencial para investigações futuras é sobre como esta interferência ou alterações feitas no meio ambiente local estão prejudicando, por exemplo, a produção de mel, pois, segundo um dos entrevistados, a população de abelhas têm diminuído por dois principais motivos: “a derrubada de árvores nativas e a utilização de defensivos agrícolas” por parte dos agricultores, o que, por conseguinte, tem prejudicado os apicultores da região. Isto evidencia uma problemática que tem consequências, no mínimo, triplicadas, ao afetar 1) a fauna (redução do número de abelhas); 2) a flora (devastação da vegetação); e 3) a população (sobretudo a menos favorecida).

Por fim, a abordagem utilizada ao longo de todo o trabalho visou contribuir para que haja a compreensão mais ampla possível (visto que se trata de um enfoque sistêmico e holístico) dos processos que ocorrem no recorte territorial analisado a fim de colaborar para que haja uma melhor relação entre as práticas sociais e o uso do ambiente/recursos naturais, o que pode vir a auxiliar na elaboração de propostas de desenvolvimento sustentáveis tanto na questão ambiental quanto na social, ao valorizar as necessidades da população.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB’SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** – São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ANDRADE, G. O.; LINS, R. C. O “Brejo” da Serra das Varas (Arcoverde). **Cadernos da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Dep. de Geografia. Série VI-8 n, v. 14,** 1966.

ANDRADE, G. O.; LINS, R. C. Introdução ao estudo dos “brejos” pernambucanos. In: **Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente – Estudos Nordestinos de meio ambiente.** (Org.) JATOBÁ, L. – Recife: Fundaj. Ed. Massangana, 1986. (Trabalho originalmente publicado na revista *Arquivos do Inst. De Ciências da Terra (ICT)*, nº 2, out. 1961).

APARECIDO-SILVA, C.; PEREZ-FILHO, A. Geografia, Turismo e Análise Sistemática. In: VITTE, A. C. (organizador) **Contribuições à história e à epistemologia da geografia.** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 253-290.

AUGÉ, M. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade.** 9ª edição. Campinas: Papirus, 2017.

BACELLAR, N. R. R; MAIA, P. A. Técnicas de pesquisa histórica. In: VENTURI, L. A. B. (organizador). **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula.** – São Paulo: Editora Sarandi, 2011. p. 309-320. – (Coleção Praticando)

BARRETO, M. **Manual de iniciação do turismo.** 7ª edição. Campinas: Papirus, 1995.

BARROS, N. C. C. **Geografia humana : uma introdução às suas idéias.** – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 1993.

BARROS, N. C. C. **Manual de Geografia do turismo: meio ambiente, cultura e paisagens.** – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

BAUMAN, Z. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Tradução Alexandre Werneck. – Rio de Janeiro: Zahar: 2011.

BECKER, B. **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995.

BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (organizadores). **Turismo: espaço, paisagem e cultura.** – 3. ed. – São Paulo : Hucitec, 2002. p. 181-192.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações;** tradução de Francisco M. Guimarães. – 5. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010 (primeira edição traduzida e publicada em 1975).

BEROUTCHACHVILI, N. BERTRAND, G. Le Géosystème ou “système territorial naturel”. **Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Quest**. Tome 49, fasc.2, Toulouse, 1978, p.167-180.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Caderno de ciências da terra**, São Paulo, n.13, 1972, 27p.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma geografia transversal e de travessias** : o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Organizador Messias Modesto dos Passos. – Maringá : Ed. Massoni, 2009 (Esta obra é a tradução de << *Une géographie traversier. L’environnement à travers territoires et temporalités* >>, publicada em 2002).

BERTRAND, G. Un paisaje más profundo. De la epistemología al método. **Cuadernos Geográficos**, 43, 2008, pp.17-27.

BRASIL. Código Penal – **Decreto-Lei n. 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Advocacia administrativa** – Art. 321. Rio de Janeiro, 1940.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 55/66**. Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. Brasília, 1966.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 8181/91**. Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), e dá outras providências. Brasília, 1991.

BRASIL. **Política Nacional de Turismo: diretrizes e programas 1996-1999**. Brasília, Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT), 1996.

BRASIL. **Programa Nacional de Municipalização do Turismo: retratos de uma caminhada. Estratégia e gestão: PNMT 8 anos**. Brasília: Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), 2002.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes**. Brasília, Ministério do Turismo (MTur), 2013.

CANDIOTTO, L. Z. P.; BONETTI, L. A. Trajetórias das políticas públicas de turismo no Brasil. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**. Vol. 8, Nº 19 °(diciembre/dezembro 2015).

CAPEL, Horacio. **Capitalismo y Morfología urbana en España**. Barcelona: Ediciones de Frontera, 4 ed., 1983.

CAPEL, Horacio. **Geografía Humana y Ciencias Sociales: Una perspectiva histórica**. Barcelona: Montesinos, 1987.

CAPEL, Horacio. **La Morfología de las Ciudades. Tomo I: Sociedade, cultura y paisaje urbano**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

CAPEL, Horacio. **Geografia contemporânea: ciência e filosofia**; organizador: Jorge Ulises Guerra Villalobos; tradução: Jorge Ulises Guerra Villalobos... [et al.]. -- Maringá: Eduem, 2010.

CAPEL, H.; URTEAGA, L. **Las nuevas geografías**. Barcelona : Aula Abierta Salvat editores, S. A, 1984, 64p.

CARLOS, A. F. A. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (organizadores). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. – 3. ed. – São Paulo : Hucitec, 2002. p. 25-37.

CARVALHO, R. F. A degradação dos Brejos. **Anais: Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente**. (Org.) JATOBÁ, L. – Recife: Fundaj. Ed. Massangana, 1986.

CAVALCANTI, K. B.; DA HORA, A. S. S. Política de turismo no Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 13, n. 2, p. 54-73, 2002.

CAVALCANTI, L. C. S. Da descrição de áreas à teoria dos geossistemas: uma abordagem epistemológica sobre sínteses naturalistas. – Recife: **Tese** (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) – Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), 2013.

CAVALCANTI, L. C. S.; CORRÊA, A. C. B. Geossistemas e geografia no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 3-33, jul./dez. 2016.

CHIAPETTI, R. J. N. Pesquisa de campo qualitativa: uma vivência em geografia humanista. **GeoTextos**, v. 6, n. 2, p. 139-162, 2010.

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. New Jersey: ed. Englewood Cliff, 1966.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (EdUFSC), 2014.

CORRÊA, A. C. B. Contribuição à análise do Recife como um geossistema urbano. **Revista de Geografia – UFPE – DCG/NAPA**, Recife, v. 23, n. 3, p. 86-105, 2006.

CPRH. Desmatamentos combatidos no Agreste. **Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)**, 2014. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br/home/41823;65694;10;2581;3825.asp>>. Acesso em: 09 de out. de 2017.

CRUZ, R. C. **Política de Turismo e Território**. São Paulo : Contexto, 2000.

CUNHA, R. Modelos conceituais como subsídios a análise ambiental em geociências: proposta metodológica. **Anais: Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente**. (Org.) JATOBÁ, L. – Recife: Fundaj. Ed. Massangana, 1986.

DARDEL, E. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução Werther Holzer. – São Paulo: Perspectiva, 2015 (1952: data da primeira edição).

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. – 3. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 1995.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 4ª ed. São Paulo: Futura, 2000.

DUNCAN, J. Sites of representation: place, time and the discourse of the other. In: DUNCAN, J. ; LEY, D. **Place, culture and representation**. London: Routledge, 1994, p. 39-56.

DUTRA-GOMES, R. Geografia e Evolução Paradigmática: Esclarecimentos para o Diálogo Entre os Conhecimentos. **Qualificação da Tese de Doutorado**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Geociências (IG), 2008.

DUTRA-GOMES, R. Geografia e Complexidade: das diferenciações de área à nova cognição do Sistema Terra-Mundo. **Tese**. Campinas, SP.: [s.n.], 2010.

DUTRA-GOMES, R.; LEMOS, J. E. A Paisagem Percebida por um Sistema Complexo. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 38, p. 1-16, 13 dez. 2019.

EMPETUR. **Inventário do potencial turístico de Pernambuco**. Recife: Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR), 1998.

FERNANDES, A. S. A. Políticas públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social. In: DANTAS, H.; MARTINS JÚNIOR, J. P. (organizadores). **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007. p. 203-225.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas** (pp. 49-76). 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 352p.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016 (1996: data da primeira edição).

GUIMARÃES, S. T. de L. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 117-142, jan. 2002. ISSN 2177-5230. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13971/12802>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas** (pp. 165-206). 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 352p.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978, 203p.

HOCHSCHILD, A. R. **The commercialization of intimate life**: Notes from home and work. Univ. of California Press, 2003.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 2001.

JOLY, C. A. Biodiversidade e mudanças climáticas: contexto evolutivo, histórico e político. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 169-172, June 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2007000100012&lng=en&nrm=iso>. Access on 20 June 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2007000100012>.

JOHNSTON, R. J. Four Fixations and the Quest for Unity in Geography. **Transactions of the Intitute British Geographers**. New Series, Vol, 11, N.4, 1986, p.449-453.

KIMBLE, G. H. T. **A Geografia na Idade Média**. Tradução: Márcia Siqueira de Carvalho. - 2 ed. rev. - Londrina: Eduel, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

KOBAYASHI, A.; MACKENZIE, S. (Ed.). **Remaking human Geography**. Boston: Unwin Hyman, 1989.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Geografia Geral**: os gêneros de vida na Geografia Humana. Revista GEOgraphia, ano 7, nº 13, 2005.

LABOURIAU, M. L. S. **História Ecológica da Terra**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1994.

LEMOS, J. E.; SÁ, A. J. . Homens máquinas e a região do polo de confecções do Agreste de Pernambuco. In: **Anais do VIII Simpósio Internacional sobre as Geografias da Violência e do Medo: os crimes de mortes violentas letais e intencionais (CVLI) e outros tipos de violência como endemia no Brasil**. Recife, 2018. p. 1-14. Disponível em: < <https://viiiisimposiogeogra.wixsite.com/ufpe/anais-do-evento>>. Acesso em: 23 dezembro 2018.

LEMOS, J. E.; SOUZA, B. I.; DINIZ, M. T. M. Sistemas, caos e o processo de desertificação no Semiárido Brasileiro: complexidade e interações. **Ateliê Geográfico**, v. 14, n. 1, p. 136-154, 21 abr. 2020.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. **Introdução ao turismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

LIMA, D. A. Esboço fitoecológico de alguns “brejos” de Pernambuco. **Boletim Técnico nº 8 (Nova Série de Publicações)** – Recife: Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco (IPA), 1966.

LIMA, D. A. Exame da situação atual dos componentes dos ecossistemas do Nordeste brasileiro e atividade humana. In: **Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente – Estudos Nordestinos de meio ambiente**. (Org.) JATOBÁ, L. – Recife: Fundaj. Ed. Massangana, 1986.

- LINS, R.C. **As áreas de exceção do agreste de Pernambuco**. Sudene, Recife, 1989.
- LIMBERGER, L. Abordagem sistêmica e complexidade na geografia. **Geografia** - v. 15, n. 2, jul./dez., 2006, p. 95-109.
- LUCHIARI, A.; KAWAKUBO, F. S.; MORATO, R. G. Técnicas de sensoriamento remoto. In: VENTURI, L. A. B. (organizador). **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. – São Paulo: Editora Sarandi, 2011.p. 231-254. – (Coleção Praticando)
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- LUIZ-SILVA, M. A Dinâmica de Expansão e Retração de Cerrados e Caatingas no Período Quaternário: uma Análise Segundo a Perspectiva da Teoria dos Refúgios e Redutos Florestais (The Dynamics of Expansion and Contraction in Cerrado and Caatinga Quaternary Period: An). **Revista Brasileira de Geografia Física**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 57-73, jul. 2011. ISSN 1984-2295. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/232642/26655>>. Acesso em: 08 jun. 2019.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.
- MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, UFRGS, v. 3, n. 3, p. 89-141, 1991.
- MELLO-NETO, A. V.; COUTINHO, S. F. S. Áreas de exceção do Agreste de Pernambuco. **Anais: Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente**. (Org.) JATOBÁ, L. – Recife: Fundaj. Ed. Massangana, 1986.
- MELO, M. J. G. A inserção do ecoturismo no brejo de Serra Negra/Bezerros/PE: uma proposta concreta de desenvolvimento socioespacial?. – Recife: **Dissertação** (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) – Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), 2005.
- MENDOZA, J. G., JIMENEZ, J. M., CANTERO, N. O. **El pensamiento geográfico: Estudio interpretativo y antología de textos** (De Humboldt a las tendencias radicales). Madri : Editorial Alianza, 1988, 545p.
- MESSERLI, B. Geography in Rapidly Changing World. **Bulletin International Geographical Union**, 47 (1) p. 65-75, 1997.
- MONTEIRO, C. A. F. **Geossistemas: a história de uma procura**. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2001.
- MORENO, J. C. Fuentes, autores y corrientes que trabajan la complejidad. In: VELILLA, M. A. et al. **Manual de iniciación pedagógica al pensamiento complejo**. ICFES–UNESCO, Colombia, 2002a. p. 11-24.

MORENO, J. C. Tres teorías que dieron origen al pensamiento complejo: sistémica, cibernética e información. In: VELILLA, M. A. et al. **Manual de iniciación pedagógica al pensamiento complejo**. ICFES–UNESCO, Colombia, 2002b. p. 25-37.

MORIN, E.; LE MOIGNE, J. L. **A Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

MUYLAERT, R. L.; et al. Uma nota sobre os limites territoriais da mata atlântica. **Oecologia Australis**, [S.l.], v. 22, n. 3, sep. 2018. ISSN 2177-6199. Available at: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/oa/article/view/14317>>. Date accessed: 20 June 2019. doi:<https://doi.org/10.4257/oeco.2018.2203.09>.

NIMER, E. **Climatologia do Brasil**. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1989.

PARK, C. C. **Sacred Worlds: an introduction to Geography and Religion**. London: Routledge, 1994.

PASSOS, M. M. **Biogeografia e Paisagem**. 2. ed. Maringá: UEM, 2003.

PASSOS, M. M. O MODELO GTP (Geossistema–Território–Paisagem): Como trabalhar? **REVISTA EQUADOR**, v. 5, n. 1, p. 1-179, 2016.

PERNAMBUCO, C. D. **Plano de Desenvolvimento do Vale do Ipojuca – Pernambuco**. Recife: Conselho de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, 1974. 3 vol.

PERNAMBUCO, S. T. **Pernambuco para o mundo: plano estratégico de turismo de Pernambuco**. São Paulo: Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR), 2008.

PERNAMBUCO, S. T. **Estudo indicativo de capacidade de carga e seus indicativos de sustentabilidade de atrativos naturais do Polo Agreste**. Olinda, 2014a. Disponível em:

<http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=24303939&folderId=25367150&name=DLFE-119215.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

PERNAMBUCO, S.T. **Projeto de sinalização para cicloturismo nos municípios do Polo Agreste**. Olinda: Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR), 2015.

PERNAMBUCO, S. T. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável no Estado de Pernambuco – PDITS Polo Agreste**. Recife, 2014b. Disponível em: <http://www.setur.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=24303939&folderId=25394195&name=DLFE-119445.pdf>. Acesso em 16 abr. 2020.

PNMT. Programa Nacional de Municipalização do Turismo: relatório da oficina. **Treinamento de monitores municipais: Bezerros – PE. 1ª fase. 1997a. 38p.**

PNMT. Programa Nacional de Municipalização do Turismo: relatório da oficina. **Treinamento de monitores municipais: Bezerros – PE. 2ª fase. 1997b. 46p.**

PÔRTO, K. C.; CABRAL, J. J. P.; TABARELLI, M. (orgs.). **Brejos de altitude em Pernambuco e Paraíba**: história natural, ecologia e conservação. — Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, E. M. Q.; MACIEL, B. Folia dos papangus de Bezerros (PE): um estudo empírico da participação na Associação de Artesãos de Bezerros sob as lentes da folkcomunicação”. *In*: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 13, 2011, Maceió, **Anais...** Alagoas: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), 15-17 jun. 2011.

RATZEL, Friedrich. O Solo, A Sociedade e O Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, v.2, 1983.

RECLUS, Élisée. **Da Ação Humana na Geografia Física**: Geografia Comparada no Tempo e no Espaço. São Paulo: ed. Imaginária, 2010.

RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. *In*: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (organizadores). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. – 3. ed. – São Paulo : Hucitec, 2002. p. 55-62.

ROTA do Cicloturismo e sinalização turística são os novos investimentos da Secretaria de Turismo no Agreste e Vale do São Francisco. **Casinha da Cys**, 2017. Disponível em: <<http://www.casinhadacys.com/2017/01/rota-do-cicloturismo-e-sinalizacao.html>>. Acesso em: 17 de abr. de 2020.

ROUX, M. O re-encantamento do território (o território nos rastros da complexidade). *In*: SILVA, A. A. D; GALENO, A. (orgs.). **Geografia**: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares – Porto Alegre: 2ª ed. Sulina, 2008. p. 42-66.

SÁBATO, E. **Homens e Engrenagens**: reflexões sobre o dinheiro, a razão e a derrocada de nosso tempo; tradução: Janer Cristaldo. – Campinas – SP: Papyrus, 1993.

SALES, V. C. Geografia, Sistemas e Análise Ambiental: abordagem crítica. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, n. 16, p. 125-141, 30 abr. 2004.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. – 7. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007 (1987: data da primeira edição).

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica, e Tempo, Razão e Emoção. – 4. ed. 8. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014 (1996: data da primeira edição).

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. – 4. ed. – São Paulo : Outras Expressões, 2015.

SEVERINO-DOS-SANTOS, L. Estudo das alterações na cobertura vegetal ao longo de perfil topográfico, com ênfase em enclave de cerrado no agreste meridional de Pernambuco, Brasil. – Recife: **Dissertação** (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) – Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), 2014.

SEVERINO-DOS-SANTOS, L.; SILVA, H. P. B.; PEREIRA, E. C. G. Cerrado em área disjunta em Brejo de Altitude no Agreste pernambucano, Brasil - DOI 10.5216/bgg.v34i2.31735. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 34, n. 2, p. 337-353, 1 set. 2014.

SILVA, S. G. D. A região serrana de Taquaritinga do Norte – o quadro natural. In: **Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente – Estudos Nordestinos de meio ambiente**. (Org.) JATOBÁ, L. – Recife: Fundaj. Ed. Massangana, 1986.

SILVA, S. G. D. As limitações ao uso agrícola dos solos da região serrana de Taquaritinga do Norte. **Anais**: Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente. (Org.) JATOBÁ, L. – Recife: Fundaj. Ed. Massangana, 1986.

SILVA, S. D. C. M. Turismo e Desenvolvimento em Bezerros - Pernambuco: A expansão da educação turística numa perspectiva de resgate da cidadania. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SILVA, C. A.; PEREZ FILHO, A. Geografia, turismo e análise sistêmica. In: VITTE, A. C. (organizador). **Contribuições à história e à epistemologia da geografia**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 253-290.

SILVA, M. H. C. Análise da atividade turística em Serra Negra (Bezerros, Pernambuco) à luz do desenvolvimento local sustentável. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Universidade de Pernambuco, Recife, 2010.

SILVA, K. M. P.; SILVA, S. V.; BASTOS, A. F. S.; Percepções da comunidade local sobre as transformações sócio-culturais ocorridas na Serra Negra (Bezerros - PE): um estudo fenomenológico hermenêutico interpretativo. In: **Universidade e Sociedade em Diálogo: equidade, diversidade políticas afirmativas**. (Orgs.) SANTOS, W. P.; MELO, J. R.; NUNES, M. C. M; SOUZA, E. F. - Recife: PROEXT, 2014.

SILVA, M. C. B.; LOPES, A. O. B. Políticas Públicas de Turismo na região de Serra Negra, Bezerros – Pernambuco: o estudo das ações governamentais de 2013 a 2018. In: **Anais do XVI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR)**. Curitiba, 2019. p. 1-19.

SOTCHAVA, V. B. O estudo de geossistemas. Métodos em Questão. São Paulo: **IG-USP**, n.16, 1977, 52p.

SOUZA, M. L. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007. p. 101-114.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas** (pp. 77-116). 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 352p.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. – 2016. 3ªed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SOUZA-SANTOS, B. **Portugal: ensaio contra a autoflagelação**. – São Paulo: Cortez, 2011.

SUGUIO, K. **Geologia do Quaternário e Mudanças Ambientais** (Passado + Presente = Futuro?). 1. reimp. São Paulo: Paulo's comunicação e Artes Gráficas, 2001.

TUAN, Yi-Fu. Place: an experiential perspective. **Geographical Review**, v. 65, n. 2, p. 151-165, 1975.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VASCONCELOS-SOBRINHO, J. O grave problema ecológico da desertificação. In: **Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente – Estudos Nordestinos de meio ambiente**. (Org.) JATOBÁ, L. – Recife: Fundaj. Ed. Massangana, 1986.

VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento Sistêmico – o novo paradigma da ciência**. Campinas: Papirus, 2002.

VELILLA, M. A. et al. **Manual de iniciación pedagógica al pensamiento complejo**. ICFES–UNESCO, Colombia, 2002.

VENTURI, L. A. B. Técnicas de interlocução. In: VENTURI, L. A. B. (organizador). **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. – São Paulo: Editora Sarandi, 2011.p. 447-468. – (Coleção Praticando)

VICENTE, L. E.; PEREZ FILHO, A. Abordagem Sistêmica e Geografia. **Geografia**. Rio Claro: v. 28, n. 3, p. 345-362, set./dez., 2003.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. **Readings in cultural geography**. University of Chicago Press, 1962.

10. APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

1 – Houve a saída de moradores da comunidade devido à venda de casas e terrenos/sítios?

Concordo () Discordo () Não sei responder ()

2 – Os preços dos imóveis e terrenos/sítios na comunidade aumentaram com a “fama” turística de Serra Negra?

Concordo () Discordo () Não sei responder ()

3 – Você e/ou outros conseguiram melhorar a renda através da atividade turística?

Concordo () Discordo () Não sei responder ()

4 – Os hotéis/pousadas trouxeram oportunidade de emprego aos moradores de Serra Negra?

Concordo () Discordo () Não sei responder ()

5 – Houve desmatamento com a venda dos terrenos/sítios para os turistas?

Concordo () Discordo () Não sei responder ()

6 – A prefeitura, o governo do estado e/ou o governo federal ofereceram cursos profissionalizantes aos moradores?

Concordo () Discordo () Não sei responder ()

7 – A prefeitura, o governo do estado e/ou o governo federal ofereceram benefícios aos moradores da comunidade depois que houve o aumento do turismo em Serra Negra?

Concordo () Discordo () Não sei responder ()

8 – Antes da implementação das políticas públicas em benefício do turismo nos anos 1990, a prefeitura, o governo do estado e/ou o governo federal consultaram os moradores para saber se eles queriam ou não que Serra Negra se transformasse em um polo turístico?

Concordo () Discordo () Não sei responder ()

9 – Com a venda das casas do vilarejo pelos antigos moradores e a compra pelos mais novos, que só usam estas casas como segunda residência nos fins de semana, feriados, e períodos de festas juninas ou férias escolares, a comunidade ficou “deserta” durante a semana?

Concordo () Discordo () Não sei responder ()